

Teresa Cristina Rôssas da Ponte

Estruturas Residenciais dos Condes de Pombeiro: O Paço de Belas

Volume I

Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, na área de especialização em História da Arte, orientada pela Doutora Luísa Trindade, apresentada ao Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

**Estruturas Residenciais dos Condes de Pombeiro:
O Paço de Belas**

Volume I

Ficha Técnica:

Tipo de Trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Estruturas Residenciais dos Condes de Pombeiro: O Paço de Belas
Autor	Teresa Cristina Rôssas da Ponte
Orientador	Doutora Luísa Trindade
Identificação do Curso	2º Ciclo em História da Arte, Património e Turismo Cultural
Área Científica	História
Especialidade	História da Arte
Data	Julho de 2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Imagem da capa: Paço de Belas, a partir de um desenho do arquiteto João Rito Afonso.

Índice

Agradecimentos	5
Resumo / Abstract	7
Introdução	9
I - A família Castelo Branco	15
1.1. A ascensão social dos Castelo Branco	15
1.2. A instituição do morgadio de Castelo Branco e o seu reflexo no Paço de Pirescouxe	18
1.2.1. O paço dos Alvernazes - transição entre os séculos XIV e XV	20
1.2.2. O paço de Nuno Vasques de Castelo Branco - século XV	22
1.2.3. O paço dos Castelo Branco - século XVI	37
1.2.4. Estruturas abaluartadas - século XVII	43
2 - O Paço de Belas	45
2.1. A herança dos condes de Pombeiro	45
2.1.1. O paço dos Pacheco e de D. Pedro I - século XIV	46
2.1.2. As obras joanincas - 1.ª metade do século XV	56
2.1.3. Na posse da Casa Viseu-Beja - 2.ª metade do século XV	72
2.1.4. As obras realizadas pela família Correia - século XVI	75
2.2. As obras promovidas pela família Castelo Branco - 2.ª metade do século XVII	100
2.2.1. A mensagem para o exterior	104
2.2.2. Atualização do paço a uma vivência seiscentista	109
2.3. Uma quinta de lazer e festejos - século XVIII	111
2.3.1. Os jardins	111
2.3.2. Reformulações setecentistas no paço	129
2.3.3. Festas e Romarias	135
2.4. O Paço de Belas no século XX	140
Conclusão	145
Bibliografia	151

Agradecimentos

Em antecedência à presente dissertação apresento aqui os meus profundos agradecimentos a todos aqueles que apoiaram, ajudaram e facilitaram o meu trabalho de investigação. Antes de mais, à doutora Luísa Trindade, não apenas pela sua orientação da minha dissertação, mas também pelo seu apoio, pelos ensinamentos, motivação e confiança demonstrada na minha pessoa. Bem como a sua paciência por desacertos e falhas que demonstrei em alguns momentos, naturais de quem percorre há pouco o campo das letras.

Agradeço ainda à doutora Maria de Lurdes Craveiro, pelo seu apoio e disponibilidade em partilhar os seus conhecimentos, para grande benefício da minha investigação. Bem como aos restantes professores e colegas do primeiro ano de mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural (2011/2012), pela partilha de um excelente ano de estudo, trabalho e descobertas.

À Sociedade Agrícola e Abastecedora Sagrial Lda, em especial ao arquiteto João Rito Afonso e Filomena Marques, pelo livre acesso à Quinta do Senhor da Serra e ao Paço de Belas, bem como pelas informações e materiais de apoio requeridas.

Ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belas, Guilherme Correia Dias, pela disponibilidade demonstrada. Ao doutor arquiteto Rui Rodrigues, pela sua gentileza, disponibilidade e ainda pela partilha da sua tese de doutoramento *Las Quintas como sistema de estructuración del territorio de Portugal*.

Agradeço ainda à arqueóloga Ana Raquel Silva, do Departamento de Arqueologia da Câmara Municipal de Loures, bem como à Cristina Mendes da Associação de Defesa do Património de Santa Iria da Azóia (ADPAC), que não hesitaram em partilhar informações, entre as quais algumas das fotografias essenciais para esta investigação, bem como a disponibilidade de ambas em responder prontamente a todas as questões apresentadas.

Reservo ainda espaço para os agradecimentos à minha família, sem os quais não teria sido possível iniciar este novo caminho académico: os meus pais e aos meus irmãos. À Sónia Oliveira pelo apoio e pelos longos anos de amizade. À Laura Faia também pela sua amizade e pela sua disponibilidade para rever estes textos. Ao João Furtado, por permitir o “saque” à sua biblioteca pessoal. E finalmente ao Miguel Furtado, pelas fotografias que tirou a meu pedido, pelo empurrão que necessitava para realizar um objetivo que há muito se formava na minha mente e, sobretudo, pelo constante companheirismo e apoio.

Gostaria de terminar dedicando o esforço desta investigação a toda a minha família.

Resumo

Pretende a presente dissertação aprofundar o estudo da habitação nobre em Portugal, a partir do momento em que, seguindo o exemplo da encomenda régia do final da Idade Média, a nobreza promove a construção de residências que primam pela procura de conforto e exotismo até. Propomos empreender um percurso por diferentes épocas e soluções estéticas, apresentando como caso de estudo as estruturas residenciais da família Castelo Branco, condes de Pombeiro, em particular o Paço de Belas. Desta forma, acompanhamos o percurso desta família, desde a construção do seu primeiro paço, em Pirescouxe, até à tomada de posse do Paço de Belas.

Esta residência é um exemplo de um palácio que atribui por si só poder e estatuto aos seus proprietários, pela sua fundação ligada à Família Real Portuguesa. E a prova de tal é a preservação e mimetização dos elementos quatrocentistas e quinhentistas, bem como o sucessivo assinalar, através do brasão familiar, dos possuidores do paço. À semelhança de outras grandes casas nobres, este paço foi ocupado, reformado e reabilitado ao longo de séculos pelos seus diferentes proprietários e famílias. O resultado é um edifício repleto de elementos de diferentes épocas que convivem e que deixam antever o passado glorioso desta residência.

Abstract

This dissertation aims to deepen the study of the noble house in Portugal, from the moment in which the portuguese nobility, following the example of the Royal House in the Low Middle Ages, promotes the construction of homes that excel in comfort and even exoticism. We propose to engage in a journey through different eras and aesthetic solutions by presenting a case study, the residential structures of the Castelo Branco family, earls of Pombeiros. In particular the Palace of Belas. Thus, we follow the path of this family, since the construction of their first palace , in Pirescouxe, until their possession of the Belas Palace.

This residence is an example of a palace that attaches power and status to their owners, mainly due to its royal foundation. And the proof of this is the preservation and imitation of the 15th and 16th century elements, and the continuous placing of the possessor coat of arms. Like other large mansions, this palace was occupied, reformed and rehabilitated through the centuries by different owners and their families. The result is a building packed with elements from different eras that lets live and lets us foresee the glorious past of this residence.

Introdução

Em consciência, o simples facto de se ter crescido nos arredores de Lisboa, na zona oriental de Loures junto ao Tejo, onde as urbanizações conquistaram terrenos outrora dominados por quintas ancestrais, não justificará por si só a escolha do tema desta dissertação. Todavia, este fator tem um peso particular na medida em que os palácios ou casas grandes dessas antigas quintas sempre despertaram questões relacionadas com a utilização e vivência enquanto habitações. A curiosidade é sempre aguçada pela orgânica de alguns desses edifícios, em especial aqueles que demonstram as marcas de múltiplas campanhas construtivas que, em casos específicos, alteraram a função inicial de casa de campo para casa multifamiliar¹ engolida por urbanizações. Desde sempre uma curiosidade que surgia de uma forma quase inadvertida, tentando imaginar como seriam os interiores, como se articulavam as divisões ou qual seria a visão do edifício habitado, por oposição aos quase constantes cenários de total abandono.

A escolha de um tema que se relaciona de uma forma mais direta com as soluções arquitetónicas, quando o percurso escolar e académico foi direcionado para a produção artística (nomeadamente para a escultura), diz respeito a este cuidado pessoal para com o património arquitetónico do passado, muito do qual foi destruído ou deixado à sorte do tempo. Foi com o pensamento assente nas eminentes perdas de património das antigas quintas, da transição do período medieval para o moderno, alimentada pela nostalgia da infância dos vários “casarões”² que encabeçavam essas propriedades, que foi decidido o tema desta dissertação de mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural.

O objetivo primeiro desta investigação centrou-se na necessidade (e interesse) de aprofundar o estudo da habitação nobre, com especial foco entre os séculos XIV e XVI no contexto português. Datam deste período alguns (poucos) exemplares de arquitetura civil. Destes são consideráveis aqueles que hoje chegaram a um completo estado de degradação, face não só à falta de ação de algumas entidades, mas também de uma certa falta de informação ao nível do público em geral. Um destes casos é o palácio quinhentista de Valflores, em Santa Iria da Azóia que, ano após ano, foi ruindo até ao seu estado atual. Um outro exemplo, é o Paço de Pirescouxe, apelidado de Castelo de Pirescouxe, que apesar das obras de requalificação, foi despido de grande parte das suas estruturas habitacionais.

Foi a respeito deste último caso que iniciámos a nossa investigação, centrada na contex-

1 A maior parte das vezes segundo ocupações orgânicas que não respeitavam qualquer projeto de adaptação à nova finalidade do edifício.

2 Como lhes chamava naqueles anos de meninice.

tualização do mesmo, desde a sua construção no século XV e na procura de informações acerca dos proprietários. O que nos colocou perante a genealogia dos Castelo Branco, senhores do morgado de Castelo Branco o Novo, que tinha neste paço a cabeça do seu senhorio. Por sua vez, no desenrolar genealógico desta família observámos os contratos matrimoniais e as ligações de sangue com outras famílias, igualmente detentoras de senhorios, como os Correias, senhores de Belas. Este senhorio de Belas tinha também um paço de fundação medieval pelo que, a partir da segunda metade do século XVII, os Castelo Branco, entretanto elevados a condes de Pombeiro, passaram a administrar também o senhorio de Belas e a possuir, entre o seu vasto património, dois paços medievais nas imediações de Lisboa, dois exemplos com diferentes histórias e com diferentes soluções arquitetónicas: o Paço de Belas, antigo paço real, associado às amenas paisagens agradáveis de Sintra, e o Paço de Pirescouxe, com a sua dupla característica de habitação e defesa, para além da sua posição estratégica em relação ao rio Tejo. A seu tempo, a família optou por manter apenas uma destas residências, pelo que o Paço de Belas passou a receber as atenções destes senhores, possivelmente pela sua localização nas imediações de Sintra, caracterizada pelo seu agradável clima. Mas talvez também pelo facto de o Paço de Belas ter sido propriedade de reis e infantes, entre os séculos XIV e XVI³, o que imprimia uma importância a esta residência que nenhuma outra que os condes de Pombeiro possuíam, ou viriam a construir, poderia alguma vez alcançar.

Tentou-se conduzir a investigação a par e passo entre os dois paços, de forma a apresentarmos um estudo destas duas propriedades da mesma família. No entanto, a dado momento, tornou-se claro que a cada instante que se descobria um elemento novo do Paço de Belas, que permitia ir cimentando ideias, uma série de questões mantinham-se em aberto acerca do Paço de Pirescouxe. Questões essas que dificilmente seriam respondidas pelos elementos arruinados que se encontram no local⁴. Desta forma, optou-se por dar precedência a uma investigação mais aprofundada da residência de Belas, obedecendo a uma linha condutora centrada nos senhores de Castelo Branco. Neste sentido, procurou-se analisar o Paço de Belas em dois momentos: o paço que os condes de Pombeiro encontraram quando se tornaram senhores de Belas e o edifício que habitaram e engrandeceram. A opção de prolongar o estudo do paço para além do século XVI deveu-se à necessidade de contextualizar o século XVIII como um dos períodos mais

3 Como iremos expor adiante, o Paço de Belas pertenceu, por breves anos, a D. Pedro I e, posteriormente, a D. João I, a partir do qual permaneceu de forma constante, até 1506, nas mãos da família real – infante D. João (filho de D. João I), D. Isabel (filha do infante D. João), infante D. Fernando (irmão de D. Afonso V) e sua mulher, a Infanta D. Beatriz (filha do infante D. João).

4 À falta de elementos físicos, aliou-se a falta de descrições da época e uma campanha de escavações arqueológicas que, apesar de algumas informações importantes, não permitiu a descodificação de todo o recinto.

requintados da residência.

A investigação incidiu em duas áreas: uma centrada nas estruturas edificadas, procurando sempre estabelecer paralelismo com outras construções contemporâneas, pelo que por todo o texto se faz alusão a casos particulares; e uma outra área centrada naqueles que habitaram e possuíram o paço – a origem das famílias, bem como as suas relações com a família real e com outras famílias senhoriais.

O primeiro capítulo abre espaço à ascensão social do ramo da família Castelo Branco que veio a habitar o Paço de Belas, explicando de que forma Nuno Vasques de Castelo Branco, instituidor do morgadio de Castelo Branco o Novo, tomou posse da primeira quintã desta família, onde se inseria o Paço de Pirescouxe, dando ainda a conhecer os anteriores proprietários da mesma. Com os recursos fragmentados que a sua ruína oferece, associados aos resultados das escavações arqueológicas realizadas no local⁵, procurou-se explicar as diferentes fases de construção possíveis de identificar. Desta forma, apresentam-se os elementos que correspondem ao edifício enquanto residência, dos associados às primeiras obras do paço de Nuno Vasques até às últimas obras, antes do abandono da casa, e que corresponderá ao período em que os senhores de Castelo Branco e Pombeiro se tornaram também senhores de Belas.

Tentou-se, de seguida, caracterizar o Paço de Belas na feição em que terá chegado à posse dos condes de Pombeiro. Identificaram-se as fases de reformulação e de ampliação que se estenderam desde o século XIV até meados do século XVII, com a responsabilidade dos seus diferentes proprietários, entre os quais membros da família real. Espera-se, assim, estabelecer uma memória do paço que existia até meados do século XVII, partindo-se depois para a evolução desta residência a partir do momento em que a família Castelo Branco, em detrimento do Paço de Pirescouxe, assumiu em Belas como a sua casa de campo.

Este período ficou marcado por uma nova fase, que se refletiu num novo fausto e exuberância através do usufruto dos exteriores e dando mote aos famosos festejos na Quinta dos Marqueses de Belas. Não poderíamos, portanto, ignorar a *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas e Notícia do seu Melhoramento*, na qual Domingos Caldas Barboza, escrevendo no virar do século XVIII para a centúria seguinte, nos ajuda a visualizar o quão deleitosos seriam os seus jardins e quão aprazíveis seriam as horas dispensadas a percorrer as suas alamedas. Da mesma forma, não poderiam ser ignorados os festejos religiosos e a Romaria do Senhor da Serra, cuja capela se encontra no interior da quinta e que atraiu população de Lisboa e arredores até ao início do século XX. Por essa razão, neste capítulo centramo-nos em grande parte nos

5 Escavações da responsabilidade da Câmara Municipal de Loures, coordenadas pela arqueóloga Raquel Silva, em 2000.

jardins que envolviam o paço dos condes de Pombeiro e que, conforme o uso do século XVIII, se transformaram no “cartão de visitas” da residência de campo dos condes de Pombeiro.

O século XIX foi um período de estagnação para a propriedade de Belas, que acabou por ser vendida pelos condes de Pombeiro, entretanto intitulados marqueses de Belas. Será no século seguinte que novas e importantes alterações nas estruturas do paço vão acontecer, criando alterações significativas na organização interna da habitação. Por este motivo, optou-se por alargar a nossa abordagem para além do século XVIII, de forma a focalizar as alterações aplicadas durante as obras de Raul Lino, nos anos 40 do século XX, bem como a requalificação do edifício, nos anos 90 do mesmo século, que permitiram a descoberta de muitos dos elementos que nos possibilitaram ancorar cronologicamente a evolução desta residência.

A utilização do suporte iconográfico na nossa dissertação revelou-se essencial e adquire um papel que ultrapassa a mera ilustração dos elementos e espaços. Primeiramente porque apenas pelo confronto de fotografias antigas, plantas e alçados nos foi possível fazer uma avaliação do que existia anteriormente à atualidade dos edifícios em estudo. Subsequentemente, a evocação dos vários exemplos comparativos, estabelecidos ao longo dos capítulos, apenas tomam sentido quando fazemos uso das suas imagens. Uma solução escolhida por nós desde o processo inicial de investigação e cuja utilização, entremeio a escrita, facultava e assiste quer a análise quer a mensagem que se pretende transmitir. Reservou-se o segundo volume para apresentar em anexo todas as fotografias, esquemas, plantas e alçados que consideramos pertinentes para o acompanhamento do presente tema.

Subjacente a toda a análise das vertentes, estrutural e humana, ligadas ao Paço de Belas, esteve necessariamente a leitura da bibliografia portuguesa produzida em torno da habitação nobre, sobretudo dos autores que tenham trabalhado acerca de temas e períodos em comum com o tema da presente dissertação. Sem qualquer preocupação de aqui elencar todas as obras consultadas, o que de resto não faria sentido, parece-nos importante, todavia, referir aquelas que constituíram as pedras angulares desta dissertação. Assim, para um estudo da sociedade e das vivências relacionadas com a habitação, foram consultadas, entre outras, as obras *Sociedade Medieval Portuguesa*, de Oliveira Marques, e *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, de Rita Costa Gomes, bem como a *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Média*. No que diz respeito aos estudos das estruturas da habitação medieval, em que são analisadas as áreas e articulações entre áreas da habitação tardo-medieval, e que são citadas ou referidas ao longo de toda a dissertação, foram cruciais: *Paços Medievais Portugueses*, de José Custódio Viei-

ra da Silva⁶; «Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes», de Mário Jorge Barroca para a *Revista de História das Ideias*; e a obra já clássica, *Os Solares Portugueses*, de Carlos de Azevedo, permitindo reter uma perspetiva geral e de uma evolução na habitação nobre, que apoiou os capítulos que abordam os séculos XVII e XVIII. Para o enquadramento das estruturas seiscentistas e setecentistas revelou-se essencial a obra de João Vieira Caldas, *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, bem como obras direcionadas para o estudo do jardim português, como *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal*, de Helder Carita e Homem Cardoso, ou a *Arte Paisagística e Arte nos Jardins em Portugal e Quintas de Recreio* de Ilídio Araújo.

Para a nossa investigação foram ainda fundamentais alguns manuscritos inéditos que tivemos oportunidade de consultar, como a documentação do Mosteiro de Santa Maria de Chelas (Torre do Tombo) e o Arquivo dos Marqueses de Belas (Arquivo Histórico de Sintra). Já num outro patamar, a leitura das crónicas dos reis portugueses que reinaram durante o período em estudo foi necessária para avaliarmos o grau de proximidade de algumas das figuras à coroa portuguesa.

Espera-se conseguir com esta dissertação uma consolidação de vários aspetos acerca da habitação nobre em Portugal, e principalmente sobre o Paço de Belas. Não sendo a primeira vez que este edifício é objeto de análise⁷, acreditamos que esta dissertação tenha conseguido ajudar a perceber a complexa articulação de elementos e estruturas deste paço, bem como a sua sequência cronológica e, em paralelo, potenciais promotores das diferentes obras.

6 Foi neste autor que encontramos, o que consideramos ser, a atribuição mais correta das obras quinhentistas do Paço de Belas à família Correia.

7 De que é exemplo a tese de doutoramento do arquiteto Rui Rodrigues *Las Quintas como sistema de estructuración del territorio de Portugal. El caso de la Quinta do Senhor da Serra. Análisis Arquitectónico y territorial*.

I. A família Castelo Branco

Em 1939, José Lino deslocou-se a Pirescouxe na freguesia de Santa Iria da Azóia, no concelho de Loures, com a finalidade de observar o arruinado paço que havia sido a cabeça do morgadio de Castelo Branco o Novo⁸. No artigo que escreveu para o *Diário de Notícias*, José Lino referia-se ao paço como o que resta da casa fortificada da propriedade, sublinhando que esta é um exemplo raro nos arredores próximos de Lisboa⁹, lançando um apelo ao engenheiro Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas de então, para que salvasse estas paredes da derradeira ruína. Mas esta casa quinhentista permaneceu ao abandono durante os anos seguintes, e as suas paredes continuaram a ruir, chegando aos primeiros anos deste século ainda mais degradado quando, em última instância, foi envolvido por uma urbanização que destruiu os muros da quinta e que deixou apenas visível o núcleo habitacional¹⁰.

Usualmente conhecido como Castelo de Pirescouxe¹¹, designação possivelmente atribuída pelo aspeto militar que as torres proporcionam ou por ter sido a casa da Quinta de Castelo Branco o Novo, trata-se na verdade de um paço, cujas torres e ameias teriam como objetivo o aparato e o reforço do estatuto dos seus proprietários. A importância da família refletia-se no seu paço, e o Paço de Pirescouxe parece ter sido, segundo Carlos de Azevedo, uma das casas mais importantes desta época nos arredores de Lisboa¹².

I.1. A ascensão social dos Castelo Branco

O ramo da família Castelo Branco, que iremos acompanhar nesta dissertação, conheceu a sua ascensão social graças aos serviços prestados à nova dinastia de Avis, quando, em finais do século XIV, D. João I ascendeu ao trono português, trazendo consigo um rol de nomes de famílias da pequena nobreza que tomam partido das oscilações sociais para se colocarem em proximidade com as instâncias de poder. Esta aproximação passava em grande parte pelo servi-

8 Instituído por Nuno Vaz de Castelo Branco e por sua esposa, Joana Jusarte, em 31 de outubro de 1442.

9 José Lino, «Periscope», *Diário de Notícias*, Ano 75, n.º 26404, 11 de agosto de 1939, p. 2.

10 Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto n.º 44 075. Dg. 1.ª Série, n.º 281 de 05 de dezembro de 1961.

11 Optou-se por usar a grafia de “Pirescouxe”, por ser a usada na freguesia de Santa Iria da Azóia, à qual a localidade pertence. Na verdade, a toponímia do lugar surge de formas bastante diversas nos textos consultados, como, por exemplo, Pirescôxe, Pirescoxe, Pirescoche, Piriscouxe, Periscoxe, Pires Coche. Estas formas decorrem de Pero Escouche, nome pelo qual era conhecido este lugar por volta do século XV.

12 Carlos de Azevedo, *Solares Portugueses: introdução do estudo da casa nobre*, 2.ª edição, Mem-Martins, Livros Horizonte, 1988, p. 127.

ço prestado nos ofícios da fazenda e no exercício da caça, departamentos diretamente relacionados com o rei ou com os infantes¹³. O enriquecimento e a notoriedade foram ainda reforçados quando, no preâmbulo do século XV, a expansão na costa africana e nas ilhas atlânticas permitiu que estas famílias reunissem uma série de recursos materiais que enobreceram a sua vivência¹⁴.

Nuno Vasques de Castelo Branco foi um dos que consolidaram a sua posição social e económica graças à participação na Tomada de Ceuta, lutando entre os homens do infante D. Duarte juntamente com os seus irmãos: Lopo Vasques, Pero Vasques, Gil Vasques, Paio Rodrigues, Diego Soares e João Soares¹⁵. O seu pai, Gonçalo Vasques de Castelo Branco, já servia D. João I como alcaide de Castelo Branco, vila que havia dado o nome a toda a sua família por estar associada a um morgado ali situado¹⁶. Este morgado teria sido instituído em Castelo Branco no final do século XIII ou início do século XIV, pelo burguês Martim Esteves, que terá nomeado como administrador do vínculo Vasco Anes, a quem sucederia o filho Rui Vasques¹⁷, e depois, o primogénito deste, Rui Vasques de Castelo Branco¹⁸. Ao seu filho segundo, Gonçalo Vasques, caberia um papel de menor poder. Em síntese, e segundo Braancamp Freire, Vasco Anes seria bisavô de Nuno Vasques de Castelo Branco (Anexo 1.1).

D. António Caetano de Sousa, por seu lado, sugere que o primeiro a usar o apelido de Castelo Branco foi Vasco Pais de Castelo Branco, que viveu no reinado de D. Afonso IV e que largou o apelido de seu pai, passando a usar o de Castelo Branco, em conformidade com a vila onde residia¹⁹. Este autor refere Vasco Pais como avô de Lopo Vasques de Castelo Branco, monteiro mor de D. João I e de D. Duarte, que esteve em Ceuta com o rei e os infantes²⁰. Sabemos que este Lopo Vasques de Castelo Branco era irmão de Nuno Vasques de Castelo Branco, o que coloca Vasco Pais de Castelo Branco na posição de avô de Nuno Vasques de Castelo Branco (Anexo 1.2).

13 Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, “Memória e Sociedade”, Lisboa, DIFEL, 1995, p. 148.

14 Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal...*, p. 148.

15 Gomes Eanes Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, p. 154; Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p. 218.

16 *Vê-se pois, que, por êste morgado ser situado na actual cidade de Castelo Branco, é que seus administradores, tomaram para apelido o nome daquela povoação (...)*. Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, p. 219.

17 Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, p. 219.

18 Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, p. 219.

19 D. António Caetano de Sousa, *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, 4ª edição, Lisboa, Publicações do Arquivo Histórico de Portugal, 1933, p. 303.

20 António Caetano de Sousa, *Memórias Históricas e Genealógicas...*, p. 303.

O que importa reter, todavia, é que Nuno Vasques de Castelo Branco era neto e sobrinho dos senhores de um morgado em Castelo Branco, mas uma vez que seu pai era o filho segundo não estava no seu destino herdar as terras dos seus antepassados. Este facto é muito importante para compreendermos o percurso de Nuno Vasques a partir de 1415, quando o sucesso da primeira empresa africana lhe valeu a honra de ser armado cavaleiro pelas mãos de D. Duarte²¹, dando início à sua proximidade com a Casa Real – primeiro como vedor da Fazenda do Infante, e mais tarde da Fazenda do Rei²², bem como membro do Conselho do Rei.

É no período após o sucesso da tomada de Ceuta que Nuno Vasques de Castelo Branco complementa a sua ascensão social e económica através do seu casamento com Joana Jusarte, a rica viúva de Diogo Afonso de Alvernás. Este casamento veio permitir a reunião de um considerável rol de bens patrimoniais que foram vinculados ao morgado que o casal instituiu em 1442. Os administradores seguintes deste vínculo reforçaram o seu poder económico e social através de estratégias matrimoniais com outras famílias senhoriais. Por exemplo, no século XVI, D. António de Castelo Branco casou em segundas núpcias com D. Maria de Briteiros ou da Cunha, filha de Mateus da Cunha, senhor de Pombeiro e de quem herdaram este senhorio, pelo que a partir de então, os senhores de Castelo Branco passaram a designar-se senhores de Pombeiro²³. O neto deste casal, D. António de Castelo Branco, casou no início do século XVII com D. Maria da Silva, filha de Francisco Correia de Menezes, senhor de Belas. A partir desta união, a casa de Castelo Branco adiciona aos seus domínios o senhorio de Belas, tomando, por consequência, posse do Paço de Belas, objeto de estudo de que nos ocuparemos no segundo capítulo desta dissertação.

21 Luís Miguel Duarte, *D. Duarte: requiem por um rei triste*, “Reis de Portugal”, Lisboa, Temas e Debates, 2007, p. 77.

22 Os documentos datados da década de 20 do século XV referem-no como vedor da Fazenda do Infante (D. Duarte), permanecendo na vedoria mas da Fazenda do Rei quando D. Duarte ascendeu ao trono português. ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, maço 42, doc. 834; ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, maço 31, doc. 620; ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, maço 49, doc. 970; João José Alves Dias (org.), *Chancelarias portuguesas: D. Duarte*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos/Universidade Nova de Lisboa, 1998-2002, vol. II, pp. 23, 24, 58, 127, e vol. III, p. 323.

23 Segundo a inscrição do seu jazigo na Capela mor da Ermida de Nossa Senhora da Conceição, em Pirescouxe: *Foy este fidalgo (...) o primeiro, qe da Familia dos Castellorbrancos se intitulou Senhor da Villa de Pombeiro, porque sua mulher Dona Maria da Cunha era filha unica de Matheus da Cunha, a quem pertencia o Senhorio da dita Villa, e o levou tambem em dote.* Frei António da Piedade, *Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida*, Tomo I, Lisboa, 1728, Capítulo XV, p. 635.

1.2. A instituição do morgadio de Castelo Branco e o seu reflexo no Paço de Pirescouxe

Centremo-nos nos eventos que levaram à instituição do primeiro morgado deste ramo familiar, do qual fazia parte a quinta e o paço que Nuno Vasques de Castelo Branco possuía na aldeia de Pero Escouche, nos arredores de Lisboa. Antes de a quinta pertencer à família Castelo Branco já ali existia o paço de Diogo Afonso Alvernás²⁴, primeiro marido de Joana Jusarte – a mesma que, em conjunto com o seu segundo marido, Nuno Vasques, instituiu o morgado de Castelo Branco. Diogo Afonso Alvernás, filho de Afonso Martins Alvernás (1340-1384)²⁵, tinha as suas casas de morada em Lisboa²⁶, onde, juntamente com o seu irmão João Afonso Alvernás, permaneceu ao lado de D. João I na defesa da cidade aquando do cerco castelhano em 1384²⁷. A escolha de apoio ao mestre de Avis promoveu a tomada de cargos no aparelho do Estado pela burocracia do concelho²⁸, como ocorreu a Diogo Afonso Alvernás que seguiu uma linha de cargos régios chegando a sobrejuiz de D. João I entre 1387 e 1409, e registando-se como vassalo régio a partir de 1393²⁹.

Do seu casamento, Diogo Afonso Alvernás teve pelo menos três filhos: Tomás Afonso, casado com Leonor Vasques (irmã de Nuno Vasques de Castelo Branco), Inês Dias e Joana (Anexo 1.3). Graças ao documento de partilha³⁰ dos bens que o sobrejuiz legou por sua morte (por volta de 1409) aos seus dois primeiros filhos percebemos que Diogo Afonso Alvernás era um importante proprietário na região de Lisboa³¹. Joana Jusarte voltou a casar-se, algures entre a data da morte do seu primeiro marido e 1421, com Nuno Vasques de Castelo Branco, que terá visto nesta união a possibilidade de engrossar os seus bens nos arredores de Lisboa. Quando, por morte de Tomás Afonso, os seus bens revertem para Leonor Vasques e Violante, respetivamente esposa e filha, Nuno Vasques encontra nesta situação uma nova oportunidade, conseguindo que sua irmã lhe faça a doação de todos os seus bens em troca de determinados

24 Sobrejuiz de D. João I

25 Juiz durante os reinados de D. Pedro I e D. Fernando.

26 Miguel Gomes Martins, «Os Alvernazes: Um percurso familiar e institucional entre finais de Duzentos e inícios de Quatrocentos», *Cadernos do Arquivo Municipal*, N.º 6, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2002, p. 37.

27 Miguel Gomes Martins, «Os Alvernazes...», p. 37.

28 Segismundo Pinto e Manuel Lamas de Mendonça, «Quatro povoadores açorianos. Muitas perguntas e poucas respostas», *Atlântida*, Vol. L, 2005, p. 149.

29 Segismundo Pinto e Manuel Lamas de Mendonça, «Quatro povoadores açorianos...», p. 149.

30 ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, maço 42, doc. 834.

31 Mário Sérgio da Silva Farelo, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, Tese de doutoramento em História – História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.

mantimentos durante a sua vida, como professa no Mosteiro de Santa Maria de Chelas³².

Sendo assim, nos anos seguintes ao regresso de Ceuta, Nuno Vasques de Castelo Branco conseguiu reunir um considerável rol de bens pertencentes a Diogo Afonso Alvernás, primeiro através da sua esposa e depois através dos bens doados por sua irmã. Por fim, o falecimento de Inês Dias, filha de Joana Jusarte, trouxe ao casal os restantes bens que haviam pertencido a Diogo Afonso Alvernás, uma vez que esta sua filha deixou em testamento todos os pertences à sua mãe e seu segundo marido³³.

A extensão da propriedade em Santa Iria da Azóia, que em 1868 ainda se encontrava na posse da família e que, segundo D. António de Castelo Branco, era composta por *hum castelo em ruínas, algumas arribanas, lagar de azeite, grande estenção d'olivedo, terras de semeadura, leziria, marinha, pastagens*³⁴, estendia-se desde as *colinas, onde predominava a oliveira, até às margens do Tejo, englobando as lezírias, hoje, e em grande parte ocupadas pelas urbanizações e actividades económicas, e o moução, ainda livre da invasão humana*³⁵. É este conjunto de bens que vai permitir ao casal, Nuno Vasques e Joana Jusarte, instituir o morgado de Castelo Branco o Novo.

Estavam reunidas as condições para que Nuno Vasques de Castelo Branco retomasse o caminho que havia sido impossibilitado a seu pai, instituindo um morgado que viria a honrar o nome da sua família. Como cabeça do vínculo, o Paço de Pirescouxe sofreria as alterações necessárias para reforçar a nobreza dos Castelo Branco e perpetuar o nome do instituidor. As obras de remodelação terão sido profundas, já que se revela difícil identificar no local elementos anteriores ao século XV. Na planta que hoje o paço apresenta (Anexo 2.3.1), podemos identificar elementos de diferentes fases construtivas, mas a reconstituição fundamentada do paço foi muito dificultada pelo avançado estado de degradação e pela falta de elementos concretos que permitissem ancorar hipóteses. Na verdade, a intervenção arqueológica³⁶ realizada no interior dos muros do Paço de Pirescouxe, que teve como objetivo *avaliar o impacto da remodelação a*

32 ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, maço 31, doc. 620.

33 ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, maço 42, doc. 834.

34 Inventário dos vínculos dos condes de Pombeiro, e marqueses de Belas, realizado em 1868 pelo conde de Pombeiro. Citado por Theresa M. Schedel Castello Branco, «A Pedra d'Armas de Castelo Branco, o Novo. História e Descrição», *Boletim de Trabalhos Históricos*, Vol. XLI, Guimarães, Archivo Municipal Alfredo Pimenta, 1990, p. 1.

35 Pedro Gomes Barbosa, «Notas sobre o Castelo de Pirescouxe», in *Castelo de Pirescouxe*, Loures, Câmara Municipal de Loures, novembro de 2001, p. 48.

36 Da responsabilidade da Câmara Municipal de Loures, realizada entre fevereiro e março de 2000. Neste período foram realizadas 11 sondagens em locais que iriam receber obras de remodelação, pelo que uma escavação total da área poderia dar outros frutos para a investigação do paço.

*efectuar*³⁷, não *permitted discernir a sequência construtiva do mesmo, da qual apenas se obteve uma imagem muito truncada*³⁸. Todavia, propomos realizar, de seguida, uma breve análise das diferentes fases construtivas deste paço entre o fim do século XIV e meados do século XVII, data em que, segundo pensamos, esta casa perdeu a sua importância para os senhores de Pombeiro face ao Paço de Belas, que entretanto chegara à sua posse.

1.2.1. O paço dos Alvernazes – transição entre os séculos XIV e XV

As ruínas do Paço de Pirescouxe são, essencialmente, o que resta do paço de Nuno Vasques de Castelo Branco. No entanto sabemos que, em fins do século XIV e inícios do século seguinte, Diogo Afonso Alvernás tinha o seu paço no lugar de Pero Escouche, o qual, por sua morte, foi legado a sua filha Inês Dias. Deste paço pouco parece ter sobrevivido até aos nossos dias, talvez apenas parte de uma torre. É dessa opinião Pedro Gomes Barbosa, que afirma ver *na parede norte deste corredor, um troço de muro que, pelo aparelho empregue e pela sua estrutura e desenho, nos parece ser o que resta de um construção mais antiga*³⁹.

Este troço de muro, a ser o elemento sobrevivente do paço primitivo, pouca informação nos dá para reconstituirmos o edifício em questão. É no documento de partilha dos bens de Inês Dias⁴⁰, datado de 1425, que encontramos uma brevíssima descrição do paço: *a casa do paaço com sua camara e com seu alpendre E a casa da cozinha asy como esta ante a porta do paaço*⁴¹. Esta informação não nos permite, porém, tecer uma reconstituição total do paço, como, por exemplo, perceber se se tratava de um edifício de dois pisos, embora José Custódio Vieira da Silva constate que o paço medieval era, no fundo, uma casa maior e que, por norma, se elevava em dois pisos (o térreo e o sobrado)⁴². Não obstante, ficamos com o dado de que o paço possuía um alpendre que antecederia o acesso à câmara, como era comum nos paços medievais, e que verificamos pela existência de descrições semelhantes, como, por exemplo, a do paço de D. Afonso Rodrigues, de 1290, e que refere *cõ seu alpendere cõ sas duas camaras*⁴³. O documento de

37 Esta remodelação das ruínas foi da responsabilidade da Obriverca – Construções e Projectos, SA pela obtenção da aprovação para a construção da urbanização nos terrenos em redor do imóvel classificado. Ana Raquel Silva e Rui Mataloto, *Intervenção Arqueológica no Castelo de Periscope – Relatório (15/Fev. - 21/Mar.2000)*, Loures, Câmara Municipal de Loures, 2000, p. 2.

38 Ana Raquel Silva e Rui Mataloto, *Intervenção Arqueológica no Castelo de Periscope...*, p. 3.

39 Pedro Gomes Barbosa, «Notas sobre o Castelo de Pirescouxe», p. 46.

40 ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, maço 42, doc. 834.

41 ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, maço 42, doc. 834.

42 José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, p. 22.

43 Citado por José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, p. 26.

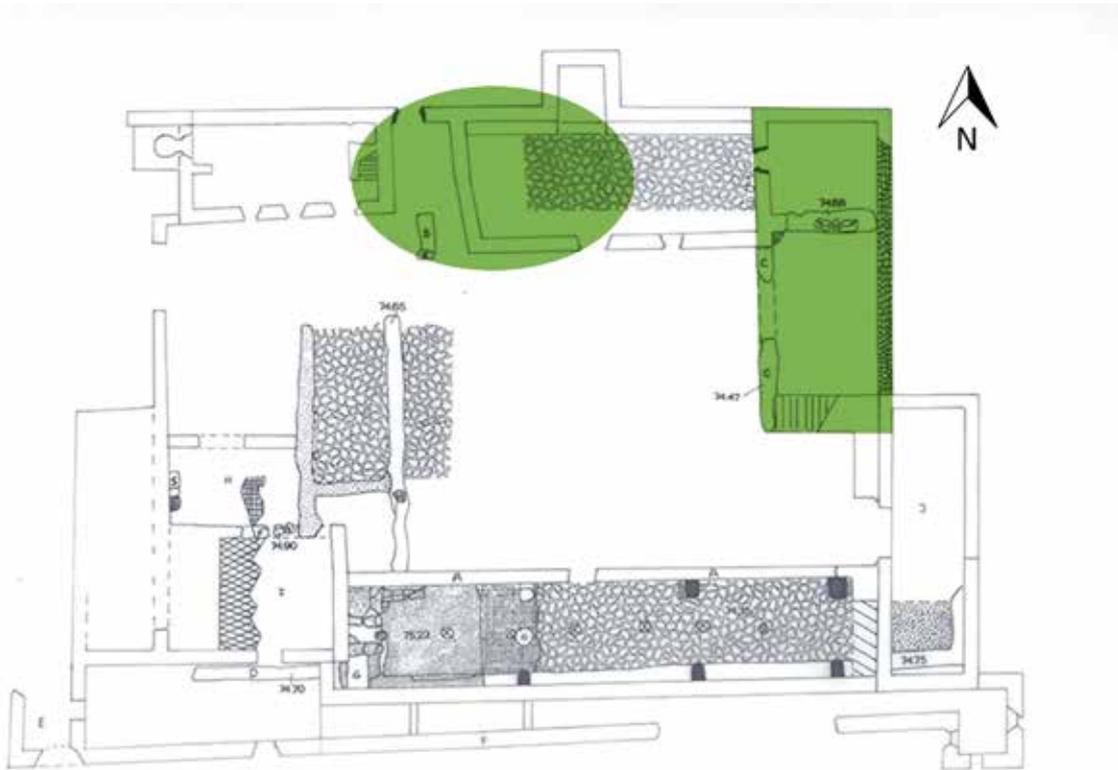


Fig. 1 - Áreas hipotéticas do paço dos Alvernazes

partilha dos bens dos filhos de Diogo Afonso Alvernás diz-nos ainda que a cozinha se situava em frente da porta do paço, pelo que era uma estrutura independente daquele por motivos de segurança contra eventuais incêndios.

O paço possuía ainda a casa da adegas e das mós, que estavam juntas⁴⁴, pelo que percebemos que já nessa época os terrenos eram dedicados ao cultivo do trigo e à produção de azeite e vinho, para as quais as terras férteis da região eram propícias⁴⁵. O documento de doação dos bens de Leonor Vasques refere a obrigatoriedade de Nuno Vasques lhe entregar vinho, trigo e azeite anualmente para seu mantimento, em troca dos bens que lhe doara⁴⁶, certamente os que eram produzidos em Pero Escouche. Encontramos uma outra referência aos olivais na descrição do Convento de Nossa Senhora da Conceição, escrita por Frei António Piedade três séculos mais tarde: (...) *entre densos, e dilatados olivares se vê situado esse Convento (...) ou a respeito da vista que se tinha de alguns dormitórios, que se embaraça nas oliveiras; e suposto que a perspectiva*

44 ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, maço 42, doc. 834.

45 Pedro Gomes Barbosa, «Comércio e circulação no Tejo na Idade Média», In AAVV, *O Comércio em Vila Franca de Xira*, Catálogo de Exposição, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, junho de 1995, p. 58.

46 ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, maço 31, doc. 620.

*não he tão agradável, he com tudo muito proveitosa, pelas grandes esmolos de azeite, com que os seus donos nos favorecem*⁴⁷. Portanto, os olivais a que se refere não pertenciam ao convento, e estando o paço dos Castelo Branco ali junto não hesitamos em considerar que parte deles seria propriedade dos senhores de Pombeiro.

Como seria este primitivo paço? Apenas podemos apresentar uma reconstituição hipotética do mesmo, tendo em conta a descrição do documento de partilha dos bens de Inês Dias e Tomás Afonso, bem como o relatório da escavação arqueológica realizada em 2000.

Analisando o resultado das sondagens, colocamos a hipótese de o edifício do paço, com a sua câmara e o seu alpendre, se situar onde atualmente se encontra a ruína da torre nordeste do paço, uma vez que as escavações revelaram os alicerces de um muro anterior às escadas da torre sudeste e à parede da atual sala polivalente (Fig. 1). O alicerce da parede sul da torre nordeste sobrepõe-se ao da parede exterior leste do castelo⁴⁸, levando-nos a concluir que o alicerce da parede exterior leste seria anterior à torre. Para além disso, observando a planta podemos verificar que a torre nordeste é completamente diferente da sua contemporânea a sudeste, e que a orientação das suas paredes parecem seguir as dos alicerces do muro descoberto na escavação e da parede exterior leste, o que nos leva a supor que nesta área teria existido uma estrutura anterior e que as torres sudeste e nordeste foram construídas posteriormente.

Se ser acertada esta localização do paço, podemos então supor que a cozinha – que segundo consta se situava em frente à porta do paço – estaria localizada onde hoje subsiste a chaminé. Seria um anexo separado do paço, pelo que verificámos através da descrição, como era então comum não só para diminuir o perigo de incêndio, mas também para separar as áreas dos senhores da produção de cheiros, detritos e bichos que as cozinhas de então atraíam⁴⁹.

1.2.2. O paço de Nuno Vasques de Castelo Branco – século XV

No geral, a configuração atual do Paço de Pirescouxe deve-se, em parte, ao instituidor do morgado de Castelo Branco (Fig. 2). Consideramos muito provável que Nuno Vasques tenha promovido obras que visaram engrandecer a cabeça do vínculo e perpetuar o nome dos instituidores do morgado de Castelo Branco o Novo, obras que terão decorrido entre as décadas

47 Frei António da Piedade, *Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida...*, pp. 633 e 637.

48 Ana Raquel Silva e Rui Jorge Mataloto, «O Castelo de Pirescouxe – A Intervenção Arqueológica», in *Castelo de Pirescouxe*, Loures, Câmara Municipal de Loures, novembro de 2001, p. 12.

49 A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos da vida quotidiana*, 6ª edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, p. 120.



Fig. 2 - Áreas hipotéticas do paço de Nuno Vasques de Castelo Branco



Fig. 3 - Torre nascente (2012, fotografia da autora)



Fig. 4 - Torre nascente e torre nordeste (2012, fotografia da autora)



Fig. 5 - Torre nordeste em (1958, fotografia de Vaz Martins; fonte: SIPA)

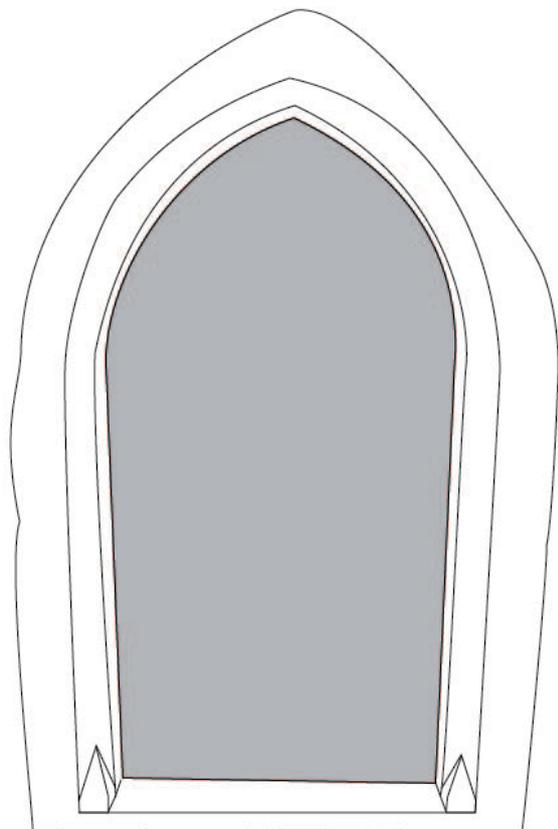


Fig. 6 - Porta da torre nordeste e esquema da mesma (2012, fotografia da autora)



Fig. 7 - Arco (e detalhe do seu pé direito) do Paço do Infante, Convento de Cristo, Tomar (2013, fotografia da autora)



Fig. 8 - Vão de porta descoberto durante as obras na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra (fonte: António Filipe Pimentel, *A Morada da Sabedoria*, p. 296)



Fig. 9 - Aspeto da fachada norte da torre nascente (2012, fotografia da autora)



Fig. 10 - Porta entaipada na fachada norte da torre nascente (2012, fotografia da autora)

de 20 e 40 de Quatrocentos. Em 1425, já o local era designado por quintã de Nuno Vasques de Castelo Branco, provavelmente indicando o período em que o conjunto seria já envolvido por um muro⁵⁰.

Terá sido por esta altura que se ergueram as torres do lado nascente do paço (Fig. 3 a 5) que, pelo aparelho das pedras, parecem ser contemporâneas, embora sejam de proporções diferentes – a torre nordeste quadrangular, a torre sudeste retangular. É ainda a torre nordeste que nos providenciou pistas para atribuir a sua construção a Nuno Vasques, na forma da porta de arco quebrado na parede oeste e na janela, de formato semelhante (Fig. 5), que surge em fotografias antigas nas quais a estrutura ainda estava de pé⁵¹. A referida porta (Fig. 6), que dava acesso ao interior da torre, apresenta ombreiras chanfradas com dois elementos de configuração piramidal junto à soleira. Estes remates junto à soleira lembram, por exemplo, os do arco do Paço do Infante (Fig. 7), no Convento de Cristo, em Tomar, mandado construir pelo Infante D. Henrique durante a primeira metade do século XV. Como refere António Filipe Pimentel, esta tipologia de terminações piramidais é reconhecível em obras do século XV, como é o caso

⁵⁰ José Custódio Vieira da Silva define a quintã como uma casa e anexos, necessários para o trabalho rural, rodeados por um muro que os isolava dos campos de cultivo dependentes. José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, p. 61.

⁵¹ Seria a mesma janela que José Lino descreveu no artigo de 1939.



Fig. 11 - Torres da ala nascente (fonte: *Diário de Notícias*, nº 26404, 11 de Agosto de 1939)



Fig. 12 - Nicho sobre a porta entaipada (2012, fotografia da autora)

de uma porta do antigo Paço da Alcáçova (Fig. 8), descoberta durante as obras de remodelação do soalho da Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra⁵². Estes elementos ajudam-nos a situar a construção da porta e das torres de Pirescouxe num período de vida de Nuno Vasques de Castelo Branco e após a morte de Diogo Afonso Alvernás. Estas torres, com dois pisos e porte algo atarracado, sugerem ser, essencialmente, obra de aparato, integrando-se numa estratégia utilizada por outros nobres nos seus paços: o uso da torre como elemento retórico de afirmação de antiguidade de linhagem, nobreza e poder.

A fachada nascente, enquadrada por duas torres, marcaria a entrada do paço, onde estaria em destaque a pedra de armas dos Castelo Branco. Pedro Gomes Barbosa⁵³ coloca a hipótese de o acesso ao interior do espaço se fazer por uma abertura em arco de volta perfeita que existe na fachada norte da torre sudeste, e que hoje em dia se encontra entaipada (Figs. 9 e 10). Analisando a torre em questão, ficamos com algumas dúvidas se à data da sua construção a entrada para o interior do pátio se faria dessa forma, uma vez que tal obrigaria a fazer um percurso em cotovelo para, por uma segunda porta, se aceder ao pátio. Parece-nos que o mais fácil seria o

52 António Filipe Pimentel, *A Morada da Sabedoria. I. O Paço Real de Coimbra: das origens ao estabelecimento da Universidade*, Coimbra, Almedina, 2005, p. 297.

53 Pedro Gomes Barbosa, «Notas sobre o Castelo de Pirescouxe», p. 46.



Fig. 13 - Nicho da torre nascente (2012, fotografia da autora)



Fig. 14 - Pedra de Armas de Castelo Branco o Novo (fonte: Theresa Castello Branco, «A Pedra d'Armas de Castelo Branco...», p. 7)

acesso por uma abertura no muro entre as duas torres que a fotografia mais antiga do espaço, à qual tivemos acesso, parece mostrar. Trata-se da fotografia (Fig. 11) que acompanha o artigo de José Lino, publicado em 1939⁵⁴, mas cuja qualidade de impressão não nos permite ter a completa certeza de se tratar de uma abertura em arco. Uma vez que esta fotografia não consta do arquivo fotográfico do *Diário de Notícias*, não conseguimos esclarecer esta situação.

A hipótese de a entrada se fazer na fachada nascente parece reforçada pelo nicho (Figs. 12 e 13) que encima a abertura entaipada da torre sudeste e que, pelas suas medidas, parece adequar-se às dimensões da pedra de armas (Fig. 14) que se encontra no acervo do Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa⁵⁵. A pedra de armas representa o leão dos Castelo Branco e possui a inscrição “Castelbranco ho Novo” – designação que apenas Nuno Vasques de Castelo Branco usava e que não perdurou com os seguintes senhores do morgado⁵⁶, parecendo indicar que teria sido o próprio instituidor a encomendar a pedra de armas. A transcrição do documento

54 José Lino, «Periscoxe», p. 2.

55 Não nos foi possível medir a peça, pelo que nos baseámos nas medidas apresentadas por Theresa M. Schedel Castello Branco, em «A Pedra d'Armas de Castelo Branco, o Novo. História e Descrição», p. 11.

56 No documento de 1448, data posterior à morte de Nuno Vasques, volta-se a usar o termo de lugar de Pero Escouche. Theresa M. Schedel Castello Branco, «A Pedra d'Armas de Castelo Branco, o Novo...», p. 10.

SIPA FOTO.00925628



Fig. 15 - Fachada norte (2009, Paula Figueiredo; fonte: SIPA)



Fig. 16 - Ligação da Torre nordeste com o muro norte (2012, fotografia da autora)



Fig. 17- Troços do muro norte junto da porta norte (2012, fotografia da autora)

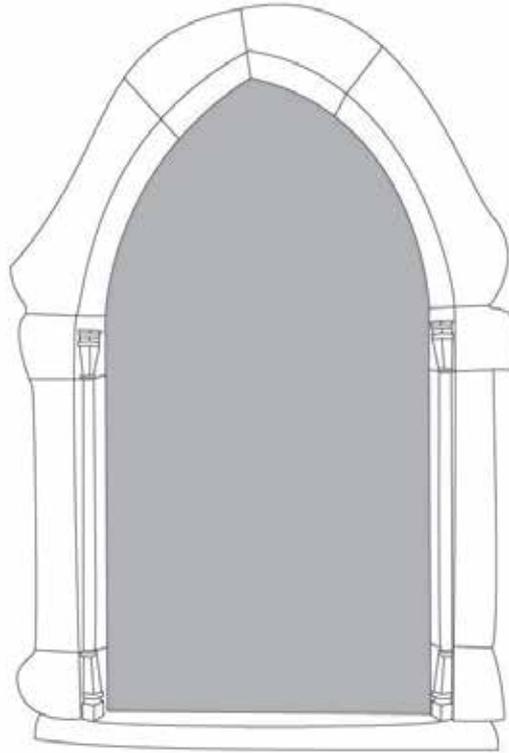


Fig. 18 - Porta norte e esquema da mesma (2012, fotografia da autora)



Fig. 19 - Porta do Paço do Infante, Convento de Cristo, Tomar (2013, fotografia da autora)



Fig. 20 - Porta do Paço de Leiria (2013, fotografia de Miguel Furtado)



Fig. 21 - Fotografia aérea do Paço de Pirescouxe (1996, fotografia de Fotovoo; fonte SIPA)



Fig. 22 - Muros que circunscreviam o paço de Pirescouxe (anterior a 2000; fonte: SIPA)

de instituição do morgado de Castelo Branco o Novo estipulava o desejo de Nuno Vasques em perpetuar a sua casa, sem qualquer alteração ao brasão, *mandando que os primeiros descendentes que o dicto morgado herdarem e ouverem homens que todos sse chamen de Castelbranco e doutro solar nem linhagem nom, e tragam suas armas direytas sem outra mistura nem deferença*⁵⁷.

Quanto à fachada norte (Fig. 15), o muro parece ter sofrido alterações, já que, uma análise dos paramentos revela troços de parede diversos, pelo que percebemos que a torre nordeste é anterior ao muro que a ela encosta (Fig. 16) e que a parede que envolve a porta apresenta um aparelho diferente do muro à esquerda e à direita da mesma (Fig. 17). Esta porta de arco

⁵⁷ ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, maço 49, doc. 970.



Fig. 23 - Chaminé cónica vista do pátio (2012, fotografia da autora)



Fig. 25 - Boca de fogo (2012, fotografia da autora)



Fig. 24 - Chaminé cónica vista do exterior (2012, fotografia da autora)



Fig. 26 - Boca de fogo (2012, fotografia da autora)



Fig. 27 - Paço dos condes de Barcelos (2005, Joaquim Gonçalves; fonte: SIPA)



Fig. 28 - Lareira da Torre das Águias (fonte: SIPA)



Fig. 30 - Chaminés do Palácio da Independência (fonte: SIPA)



Fig. 29 - Chaminés do Paço da Vila de Sintra (2013, fotografia da autora)



Fig. 31 - Interior de uma das chaminés do Palácio da Independência (2012, fotografia da autora)

quebrado (Fig. 18) é semelhante à porta da torre nordeste em termos de medidas, mas possui diferenças decorativas, apresentando nas ombreiras dois colunelos em relevo que, embora de um talhe tosco e com a pedra muito gasta, manifestam algumas semelhanças com portas que se encontram no Paço do Infante no Convento de Cristo (Fig. 19), em Tomar, e no Paço de Leiria (Fig. 20). Esta seria a entrada de serviço ou uma pequena porta de comunicação com a área onde se situariam os edifícios de apoio⁵⁸, ou possivelmente o horto porque sabemos, também pela leitura do documento de partilhas, da existência do pomar e da sua porta⁵⁹. Todavia, a campanha de urbanização e ajardinamento dos terrenos que hoje circundam o edifício dificulta a

58 Pedro Gomes Barbosa, «Notas sobre o Castelo de Pirescouxe», p. 45.

59 ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, maço 42, doc. 834.



Fig. 32 - Embasamento de um muro de orientação sul-norte

identificação destas áreas, pelo que nos restam apenas as fotografias anteriores à urbanização e que ainda representam os muros que circunscreviam os terrenos imediatamente anexos à habitação (Figs. 21 e 22).

Ainda nesta fachada, entre a torre nordeste e a porta ogival, destaca-se uma chaminé cónica (Figs. 23 e 24), num alinhamento diferente dos restantes elementos. A boca de fogo desta chaminé (Figs. 25 e 26), em arco abatido, é bastante alta e profunda, pelo que nos parece ser uma chaminé de cozinha e não de um salão, como refere Paula Noé⁶⁰, embora o arco se assemelhe a lareiras do Paço dos Condes de Barcelos (Fig. 27) ou as presentes na Torre das Águias (Fig. 28), em Mora. Embora muito mais pequena e simples, lembra as chaminés cónicas do Paço da Vila de Sintra (Fig. 29) e sobretudo as do Palácio da Independência ou Almada (Figs. 30 e 31), em ambos os casos chaminés de cozinha. Presumimos que esta seria a área da cozinha do paço de Pirescouxe, independente dos restantes edifícios e da qual resta apenas a chaminé, uma vez que a divisão que hoje a inclui é muito posterior e provavelmente erguida para fins pecuários no século XIX.

Parece-nos interessante o facto de a porta ogival a norte e de a boca de fogo estarem à

60 Paula Noé (1991), *Castelo de Pirescouxe*, SIPA (<http://www.monumentos.pt>).



Fig. 33 - Áreas hipotéticas do Paço de Pirescouxe no século XVI

mesma cota, ou seja, mais elevadas do que a cota atual do chão e dos restantes vãos de portas do paço. Presumimos que tenham pertencido à mesma estrutura e que sejam contemporâneas uma da outra. Todavia, a escavação arqueológica realizada junto a esta porta não permitiu uma correta leitura, uma vez que a área apresentava uma camada de entulhos que pressupõe ter sido alvo de grandes alterações⁶¹.

O pátio central que organizava as diferentes áreas do paço seria menor do que é atualmente, pois a descoberta de alicerces de um muro de orientação sul-norte (Fig. 32), a meio da planta, coloca a hipótese de o pátio ser limitado a oeste desta área. O seu forte embasamento permite pensar que se tratar de um muro exterior e que corresponde a uma fase mais antiga de ocupação do paço⁶². As sondagens realizadas revelaram ainda os alicerces de um muro junto à parede sul e que iam encostar à parede sul da torre sudeste. Tratar-se-ia do limite original do pátio, a sul, que mais tarde seria refeito e endireitado para receber uma ala com um piso superior, do qual são visíveis as aberturas das janelas.

61 Ana Raquel Silva e Rui Jorge Mataloto, «O Castelo de Pirescouxe...», p. 12.

62 Ana Raquel Silva e Rui Jorge Mataloto, «O Castelo de Pirescouxe...», pp. 11 e 24.



Fig. 34 - Parede poente do pátio durante as escavações arqueológicas (2000, fonte: arqueóloga Ana Raquel Silva, CML)



Fig. 35 - Ruínas da torre sudoeste (2012, fotografia da autora)



Fig. 36 - Ruínas da torre sudoeste (2012, fotografia da autora)



Fig. 37 - Merlões da torre sudoeste (2012, fotografia da autora)



Fig. 38 - Merlões da torre nordeste (2012, fotografia da autora)



Fig. 39 - Merlões do Palácio de Valflores (2004, Fernanda Almeida; Arquivo ADPAV)

1.2.3. O paço dos Castelo Branco — século XVI

O século seguinte trouxe novas obras de ampliação do paço e de introdução de novas divisões à habitação, quer a sul quer a oeste do recinto (Fig. 33). Na zona oeste do pátio foram encontrados vestígios – alicerces de muros, soleiras e pisos em cerâmica – que evidenciam a existência de divisões térreas⁶³. A parede que atualmente limita o pátio a oeste parece ser posterior a estas construções e terá sido construída após toda a ala ter entrado em estado de ruína, uma vez que este muro aproveitou os degraus de uma escada (Fig. 34) que daria acesso ao piso

⁶³ Ana Raquel Silva e Rui Jorge Mataloto, «O Castelo de Pirescouxe...», pp. 20 e 21.



Fig. 40 - Soleira de uma porta na torre nordeste (2012, fotografia da autora)



Fig. 41 - Soleira de uma porta a sudoeste (2012, fotografia da autora)



Fig. 42 - Porta da torre nascente de ligação ao pátio (2012, fotografia da autora)



Fig. 43 - Teto abobadado, antes da remodelação (fonte: arqueóloga Ana Raquel Silva, CML)



Fig. 44 - Tecto abobadado, actualmente (2012, fotografia da autora)



Fig. 45 - Aqueduto da Quinta de Valflores (2013, João Lopes; Arquivo ADPAV)



Fig. 46 - Parede sul do paço (2012, fotografia da autora)



Fig. 47 - Parede sul do paço (2012, fotografia da autora)



Fig. 48 - Detalhe parede sul do paço (2012, fotografia da autora)

superior⁶⁴. Pensamos que a ala oeste e a ala sul se uniam através da torre sudoeste, e concordamos com Pedro Gomes Barbosa quando este afirma que na zona oeste e sul se poderia situar, numa época posterior à constituição do morgadio, a parte mais nobre do paço⁶⁵.

A torre sudoeste (Figs. 35 e 36) foi erguida durante este período de obras, uma vez que se situa no exterior do limite do primitivo pátio e que a sua configuração, pelo menos a julgar pela única parede sobrevivente, erguida em plano inclinado, é diferente e de maior dimensão do que as torres na ala nascente. Terá sido ainda por esta altura que se remataram todas as torres com merlões apontados (Figs. 37 e 38), que mostram ser muito semelhantes aos merlões do paço da vizinha Quinta de Valflores (Fig. 39), construído no século XVI, por Jorge de Barros, feitor de D. João III na Flandres⁶⁶.

As alterações nas torres da ala nascente passaram ainda pela abertura de novos vãos, como uma porta na parede sul da torre nordeste, cuja soleira (Fig. 40) se assemelha a soleiras en-

64 Ana Raquel Silva e Rui Jorge Mataloto, «O Castelo de Pirescouxe...», p. 21.

65 Pedro Gomes Barbosa, «Notas sobre o Castelo de Pirescouxe», p. 45.

66 Embora, neste caso, o interior dos merlões seja liso, reforçando a função meramente decorativa destes elementos.

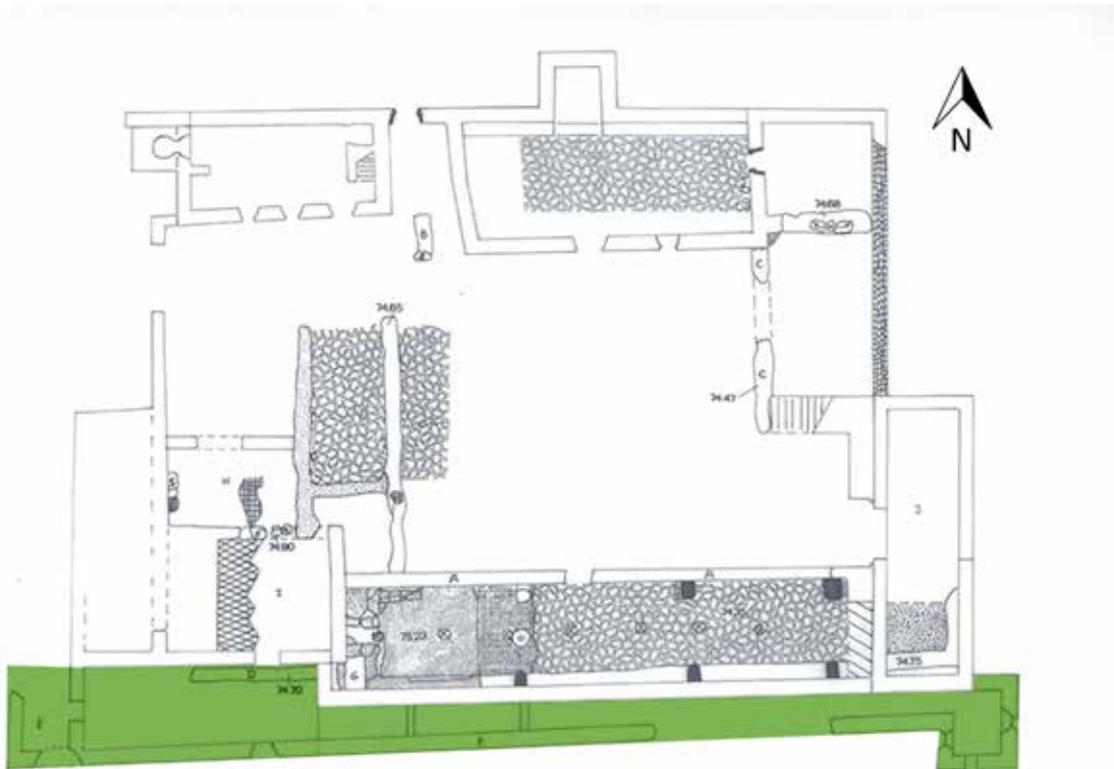


Fig. 49 - Baluartes e corredor a sul do paço



Fig. 50 - Parede do corredor exterior (2012, fotografia da autora)



Fig. 51 - Orifícios da cobertura do corredor exterior (2012, fotografia da autora)

contradas na ala poente (Fig. 41), bem como a porta de acesso ao interior da torre sudeste (Fig. 42) pelo piso térreo, cujas dimensões e lintel de arco abatido parece ser posterior à construção da torre. No interior desta torre, onde atualmente funciona uma galeria municipal, sobreviveu um teto em estuque (Fig. 43 e 44) cujos elementos decorativos, em oval e losangos, como salien-



Fig. 52 - Ruínas do baluarte Sudoeste (2012, fotografia da autora)



Fig. 53 - Baluarte Sudeste (2012, fotografia da autora)

tou Cristina Mendes⁶⁷, se assemelham aos elementos decorativos do que resta do aqueduto da Quinta de Valflores, construído no século XVI (Fig. 45). A configuração da torre por esta altura coloca-nos dúvidas acerca da função deste espaço, mas há autores que assumiram este local como sendo a capela do paço⁶⁸ à qual se acederia pelas escadas erguidas no exterior da torre.

A ala sul terá sido também reformulada nesta época, uma vez que a sondagem ali realizada revelou blocos de calcário, talvez suportes do piso superior, bem como o embasamento do muro anterior à parede que limita o paço a sul. O primeiro piso desta ala é perceptível pelas aberturas das janelas e pelos arranques das paredes interiores (Figs. 46 a 48). O relatório das escavações apresenta como mera hipótese uma configuração do piso térreo da ala sul em arcada aberta para o pátio central⁶⁹, opção muito frequente e que atravessa várias épocas, desde o medieval ao moderno, e de que são exemplo as arcadas do Paço de Belas, do edifício dos Estaus, em Tomar, ou no topo da hierarquia, o Paço da Ribeira, pelo que verificamos nas gravuras da época.

Neste século os senhores de Castelo Branco deram o seu patronato ao Convento de Nossa Senhora da Conceição, vizinho do Paço de Pirescouxe, e do qual ainda hoje se podem ver as ruínas. Terá sido no final do século XV que D. Pedro de Castelo Branco comprou a capela

67 Numa das nossas trocas de informação.

68 Como Carlos de Azevedo e Anne de Stoop.

69 Ana Raquel Silva e Rui Mataloto, *Intervenção Arqueológica no Castelo de Periscope...*, p. 12.



Fig. 54 - Baluarte da Quinta de Nossa Senhora da Piedade (2007, Paula Noé e Paula Figueiredo; fonte: SIPA)



Fig. 55 - Detalhe do baluarte da Fortaleza de Buarcos (2005, Margarida Silva; fonte: SIPA)

mor da Ermida de Nossa Senhora da Conceição *para seu jazigo, e de seus descendentes, por ter junto della o Castelo, e Morgado, Cabeça de sua Casa, e apellido, e com efeito no anno de 1500, o achamos nella enterrado*⁷⁰. Esta ermida seria entregue por D. António Castelo Branco, neto de D. Pedro Castelo Branco, aos franciscanos arrábidos para no local construírem um convento, do qual dá notícia Frei António Piedade, iniciando o patronato dos senhores de Castelo Branco ao local. O convento estaria completo no tempo de D. Pedro de Castelo Branco, filho do anterior, que viu as obras serem terminadas e que doou aos religiosos um crucifixo que havia pertencido a D. Sebastião⁷¹.

1.2.4. Estruturas abaluartadas – século XVII

Adossado à parede sul vemos um corredor de ligação entre duas estruturas abaluartadas inseridas nas extremidades sudeste e sudoeste (Fig. 49). Este corredor, cuja parede exterior possui um aparelho de pedra diferente das estruturas nos extremos (Fig. 50), possui vestígios de

70 Frei António da Piedade, *Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida...*, p. 635.

71 Frei António da Piedade, *Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida...*, pp. 635 e 336.

ter sido um espaço coberto, uma vez que vemos na parede sul do paço os orifícios onde se inseriam os suportes da cobertura (Fig. 51). As duas estruturas abaluartadas (Figs. 52 e 53) teriam sido construídas na fachada virada ao rio, aproveitando a localização estratégica do paço na cota máxima do monte e do qual se teria uma vista privilegiada sobre o rio Tejo e o seu vale. A finalidade de tal acrescento neste paço foi a instalação de armas de fogo, criando mais um ponto de defesa na linha do Tejo, beneficiando do amplo domínio visual sobre o rio. É provável que tal tenha acontecido aquando das lutas da restauração da independência de Portugal. Apesar do baluarte sudoeste se encontrar mais arruinado, tudo indica que seriam semelhantes, ambos apresentando no interior um teto em abóbada de berço. Permitimo-nos situar estas construções como posteriores à torre sudoeste, uma vez que no interior do baluarte que a ela está adossada era visível, antes da remodelação, o acrescento feito à parede que existia anteriormente⁷².

Num colóquio realizado no remodelado Paço de Pirescouxe, em dezembro de 2011, Cristina Mendes, da Associação de Defesa do Património de Santa Iria da Azóia (ADPAC), apresentou uma comunicação intitulada *Castelo de Pirescouxe – as memórias entre brumas* na qual expôs a sua opinião de que os baluartes deste paço são construções do final do século XVI e contemporâneos dos baluartes da Quinta da Piedade⁷³ (Fig. 54), na Póvoa de Santa Iria, construídos para defender o palácio num período de fome e de crise económica⁷⁴. De facto, os baluartes de ambas as quintas são estruturalmente muito semelhantes, no entanto, teremos de ter em atenção que este tipo de estruturas se realizou ao longo de vários séculos. Encontramos, por exemplo na Fortaleza de Buarcos, na Figueira da Foz (Fig. 55), construção da primeira metade do século XVII, o mesmo cordão em cantaria que rodeia toda a estrutura, à semelhança dos baluartes de Pirescouxe e da Quinta da Piedade.

A ocupação do paço continuou neste século, como parecem demonstrar os vestígios de cerâmica utilitária encontrados durante as escavações arqueológicas⁷⁵. No entanto, as obras de remodelação do paço com finalidade de habitação nobre parecem ter terminado no século XVII, o que coincide com a época em que os Castelo Branco se tornaram também senhores de Belas. Acreditamos que os Castelo Branco tenham dado preferência ao Paço de Belas, que havia sido um paço real, pelo que o antigo paço de Nuno Vasques se limitou a ser a casa da Quinta de Castelo Branco, dando início a um lento mas inexorável processo de decadência.

72 Ana Raquel Silva e Rui Jorge Mataloto, «O Castelo de Pirescouxe...», p. 23.

73 Informação obtida após o contacto com Cristina Mendes.

74 Paula Noé (1991), Teresa Vale e Carlos Gomes (1995) e Paulo Figueiredo (2007), *Quinta da Nossa Senhora da Piedade*, SIPA (<http://www.monumentos.pt>).

75 Ana Raquel Silva e Rui Jorge, Mataloto «O Castelo de Pirescouxe...», pp. 15-16.

2. O Paço de Belas

2.1. A herança dos condes de Pombeiro

Durante o século XVI o Paço de Belas manteve-se na posse da mesma família, passando o senhorio de varão para varão até que, no início do século XVII, sucedeu a Francisco Correia uma filha, D. Maria Silva, que não deixou descendência, pelo que o morgado recaiu na pessoa de D. António de Castelo Branco, 2.º conde de Pombeiro, já que era bisneto de um dos administradores do referido senhorio (Anexo 1.4). Desta forma, a varonia do senhorio de Belas passou para os Castelo Branco, que receberam como herança um morgado importante nos arredores de Lisboa e um paço cuja fundação está ligada à coroa portuguesa, uma vez que no rol de proprietários do edifício constam os nomes de D. Pedro I, D. João I, o infante D. João (filho de D. João I) e os infantes D. Fernando e D. Beatriz (Duques de Viseu e Beja, pais de D. Manuel I).

A nova varonia de senhores de Belas via-se na posse de um paço nas imediações de Sintra e do paço medieval que a dinastia de Avis ali havia reformulado⁷⁶. Imaginamos que o Paço de Belas oferecesse um cenário com o qual Pirescouxe não conseguia competir, pelo menos a julgar pela história que o novo paço já carregava à data. Não obstante esta escolha, o patronato ao convento arrábido em Pirescouxe continuou a verificar-se com D. António de Castelo Branco, como descreve Frei António Piedade⁷⁷. A gradual preferência pelo paço de Belas veio a revelar-se estratégica, uma vez que, em meados do século XVIII, o futuro rei consorte D. Pedro III promove a construção do Palácio de Queluz, doravante uma das residências prediletas da coroa portuguesa. O palácio real e a quinta dos senhores de Pombeiro estavam desta forma a uma curta distância e partilhavam ainda uma ligação fluvial graças ao rio Jamor que atravessa ambas as propriedades.

Com o Paço de Belas deu-se início a um novo período de esplendor com o contributo construtivo dos Castelo Branco, entre os séculos XVII e XVIII, mantendo, todavia, o cunho quatrocentista e quinhentista do edifício, demonstrando uma sensibilidade dos condes de Pombeiro para com a herança dos anteriores proprietários e para com a necessidade de manter essa ligação com o passado do local. É esse passado que importa agora analisar.

76 O Paço de Belas fica, inclusivamente, junto à antiga estrada real que ligava Lisboa e Sintra, pelo que havia sido um percurso frequente para a corte fazer nas suas deslocações.

77 Frei António da Piedade, *Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida...*, p. 636.

2.1.1. O paço dos Pacheco e de D. Pedro I – Século XIV

Segundo Carlos de Azevedo, a origem da Quinta do Senhor da Serra⁷⁸, em Belas, remonta ao século XIV⁷⁹, provavelmente tendo em conta o documento de doação da quintã por parte de Gonçalo Eanes Robertes, 4.º alcaide-mor de Atougua, ao Mosteiro de Santos, datado de 1328⁸⁰. Todavia, encontramos referências que dão como certo que a povoação de Belas era bastante mais antiga, tendo sido doada por D. Afonso Henriques a Robert Lacorne após a conquista de Lisboa em 1147⁸¹. Em 1334, um acordo entre o Mosteiro de Santos e Lopo Fernandes Pacheco, senhor de Ferreira das Aves, permitiu a troca de propriedades entre as partes. Desta forma, passou a quintã de Belas a fazer parte do considerável património que o vassalo régio possuía nas regiões do vale do Tejo, Lisboa e arredores, área para a qual este senhor dirigiu os seus interesses, de acordo com a movimentação de outras famílias, mas principalmente da corte régia, para sul⁸².

Lopo Fernandes Pacheco (1280-1349) foi, à sua época, uma das personalidades mais importantes do Reino, com uma carreira notável na corte de D. Afonso IV⁸³. Foi um dos fidalgos que nutriu a máxima confiança da parte do monarca, desde que este era infante, tendo-se mantido durante toda a sua vida no círculo próximo e da privança do Rei⁸⁴. Foi também presença assídua no círculo das rainhas portuguesas: confirmou o testamento da rainha D. Isabel, em 1327; entre 1334 e 1336 foi mordomo-mor e depois chanceler, já no ano da sua morte, em 1349, da rainha D. Beatriz⁸⁵. Privado e membro do Conselho de D. Afonso IV, foi ainda encarregue da educação dos infantes D. Pedro e D. Leonor, o que evidencia o grau de confiança e privança que o monarca depositava em Lopo Fernandes⁸⁶, tendo tido ainda um papel fundamental na

78 Onde se localiza o Paço de Belas.

79 Carlos de Azevedo, *Solares Portugueses*, p. 117

80 Paula Noé (1990) e Teresa Vale e Carlos Gomes (1995), *Paço Real de Belas*, SIPA (<http://www.monumentos.pt>).

81 Paula Noé (1990) e Teresa Vale e Carlos Gomes (1995), *Paço Real de Belas*, SIPA (<http://www.monumentos.pt>).

82 Vanda Lourenço, «Lopo Fernandes Pacheco: um valido de D. AfonsoIV», *Medievalista*, Ano 2, nº 2, 2006, p. 10.

83 Carla Varela Fernandes, *Memórias de Pedra. Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa*, “Monumentos/mografias”, Lisboa, IPPAR, 2001, p. 45.

84 Vanda Lourenço, «Lopo Fernandes Pacheco...», pp. 4-5.

85 Vanda Lourenço, «Lopo Fernandes Pacheco...», pp. 4 e 6.

86 Carla Varela Fernandes, *Memórias de Pedra*, p. 45.



Fig. 56 - Túmulo de Lopo Fernandes Pacheco, Sé de Lisboa (fonte: IMAGO)



Fig. 58 - Estátua jacente de Lopo Fernandes Pacheco, Sé de Lisboa (fonte: IMAGO)



Fig. 57 - Estátua jacente de Lopo Fernandes Pacheco, Sé de Lisboa (fonte: IMAGO)

casa do futuro rei, quando foi nomeado aio e mordomo-mor da casa do infante D. Pedro⁸⁷. Pelos serviços prestados à Coroa, mas também pelas embaixadas de Lopo Fernandes a Roma, Castela e Leão, D. Afonso IV fez-lhe a doação do senhorio de Ferreira das Aves (Sátão)⁸⁸.

O seu papel e o protagonismo político e social são evidenciados pelo seu magnífico túmulo (Figs. 56, 57 e 58), um exemplar notável da produção escultórica nacional do século XIV⁸⁹, possivelmente uma encomenda de sua segunda esposa, D. Maria de Vilalobos⁹⁰. Uma inscrição próxima do monumento fúnebre destaca dois dos seus mais importantes feitos: a participação do fidalgo ao lado de D. Afonso IV, na vitória da Batalha do Salado, bem como a sua deslocação a Avinhão, onde o Santo Padre lhe ofereceu a rosa de ouro, que se guardava naquela capela. O

87 Cristina Pimenta, *D. Pedro I: entre o reino e a recordação de Inês*, “Reis de Portugal”, Lisboa, Temas e Debates, 2007, p. 219.

88 Vanda Lourenço, «Lopo Fernandes Pacheco...», p. 12.

89 O túmulo de Lopo Fernandes encontra-se junto ao túmulo, de semelhante qualidade, da sua segunda esposa, D. Maria Vilalobos, na Capela de São Cosme na Sé de Lisboa.

90 Carla Varela Fernandes, *Memórias de Pedra*, p. 45.



Fig. 59 - Torre norte (fonte: <http://www.zankyout.pt>)



Figs. 60 e 61 - Alçados nascente e norte da torre medieval



Fig. 62 - Planta do piso térreo com a área da torre assinalada

seu primeiro casamento, com D. Maria Gomes Taveira, havia-lhe dado o seu filho herdeiro João Fernandes Pacheco, cuja implicação na morte de D. Inês de Castro fez cair em desgraça o nome da família. Lopo Fernandes casou-se uma segunda vez, e desta feita com D. Maria Vilalobos, uma neta do rei de Castela, D. Sancho IV, completando os laços com a realeza, ele que pertencia a uma linhagem de nobres que não se contava entre as antigas famílias do Reino.

Lopo Fernandes Pacheco era, portanto, um importante nobre, com um papel central e de influência na política de D. Afonso IV. Possuía uma quantidade considerável de propriedades, cuja maioria foi fruto de aquisição da sua parte⁹¹. É neste contexto que surge a propriedade de Belas.

91 Vanda Lourenço, «Lopo Fernandes Pacheco...», p. 12.



Fig. 63 - Alçado norte da torre medieval durante os trabalhos renovação (1992; fonte: Sagrial)

Desta época, ou seja, do século XIV, será certamente a torre na ala norte do paço (Figs. 59 a 61), que será a estrutura mais antiga do paço. Esta seria uma torre de planta quadrangular, ocupando a área da sala dos frescos que hoje se identifica, a norte, na planta do paço (Fig. 62), e cujos cunhais se organizam em silhares regulares de grande dimensão. As obras de remodelação do paço, levadas a cabo nos anos 90 do século passado, permitiram a descoberta de alguns elementos de cantaria que se encontravam escondidos, um pouco por todo o edifício, no reboco das paredes, o que denuncia a quantidade de campanhas de obras e reformulações dos espaços desta habitação ao longo dos séculos. Nas paredes da torre foram descobertos os vãos de janelas ogivais (Fig. 63), a nascente e a norte, a uma altura que corresponderia ao piso nobre da torre, o qual, por norma, era assinalado pela abertura de janelas e que no século XIV se rasgavam na forma de arco quebrado, vãos pequenos e de reduzida altura, como nos esclarece Mário Jorge Barroca⁹². Estando esta característica das casas-torre de acordo com a torre de Belas, poderíamos atribuir a sua construção, no século XIV, a Lopo Fernandes Pacheco (1289-1349) ou mesmo a D. Pedro I (1320-1367), que confiscou a Quinta de Belas a Diogo Lopes Pacheco (1304-1385), filho

⁹² Mário Jorge Barroca, «Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes. A concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)», *Revista de História das Ideias, Coimbra, Instituto de História e Teorias das Ideias*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nº 19, 1997, pp. 71.

de Lopo Fernandes Pacheco, e a tomou como propriedade sua.

Procurámos então identificar, junto dos autores que já escreveram acerca deste paço, a origem desta torre e, por consequência, a origem do Paço de Belas. Acabámos por nos deparar com uma divisão de opiniões: uns pendem para a construção da torre por parte de Lopo Fernandes Pacheco, outros defendem que foi da responsabilidade de D. Pedro. Na sua tese de doutoramento, o arquiteto Rui Rodrigues atribui a construção da primitiva torre a Lopo Fernandes Pacheco, considerando que a sua posição de boa relação com o rei lhe daria a autorização para construir a torre⁹³, contornando assim o *ius crenelandi* que então ainda vigorava e segundo o qual só o monarca podia erguer construções militares. As exceções só seriam possíveis mediante autorização expressa do rei. Segundo este autor, a torre de Lopo Fernandes Pacheco erguia-se em dois pisos, e aponta os vestígios do vão de uma janela geminada, no alçado norte, como sendo parte de uma *loggia* que se abria para norte do paço⁹⁴. Ilídio Araújo afirma que na quinta confiscada a Lopes Pacheco mandou D. Pedro I restaurar a casa de campo que ali existia⁹⁵. E nesta perspetiva também Anne de Stoop coloca a hipótese da existência de um paço no tempo de Lopo Fernandes Pacheco, mas atribui a construção da torre a D. Pedro I⁹⁶, o que parece ir ao encontro da referência de José Custódio Vieira da Silva, que salienta a construção de um primeiro paço pelo mesmo monarca⁹⁷, e com a informação dada por Paula Noé (1990), Teresa Vale e Carlos Gomes (1999) na ficha do SIPA acerca deste paço⁹⁸. O que parece ser aceite por todos os autores consultados é que D. Pedro I realizou obras profundas em Belas, como salienta Rita Costa Gomes em dois dos seus estudos, referindo que, em Belas, D. Pedro edificou ou reformulou o paço para seu uso⁹⁹, lembrando o que Fernão Lopes escreveu a respeito deste paço. Efetivamente, na Crónica de D. Pedro I, o cronista refere que *pousando elle* (D. Pedro I) *nos paços de Bellas, que ele fizera*¹⁰⁰, no que é uma afirmação explícita da autoria da construção.

93 Rui Rodrigues, *Las Quintas como sistema de estructuración del territorio de Portugal. El caso de la Quinta do Senhor da Serra. Análisis Arquitectónico y territorial*, Sevilha, Tese de doutoramento apresentada na Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidade de Sevilha, 2011, p. 67.

94 Rui Rodrigues, *Las Quintas como sistema de estructuración...*, p. 69.

95 Ilídio Araújo, *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1962, Volume I, p.48.

96 Anne de Stoop, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1986, p. 212.

97 José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, p. 123.

98 Paula Noé (1990) e Teresa Vale e Carlos Gomes (1995), *Paço Real de Belas*, SIPA (<http://www.monumentos.pt>).

99 Rita Costa Gomes, *D. Fernando I, “Reis de Portugal”*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 63; Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal...*, p. 267.

100 Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro I*, Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1895, p. 32.

Reforçando esta ideia, no documento de entrega dos bens que haviam sido confiscados a Diogo Lopes Pacheco, datado de 1 de setembro de 1385, D. João I parece querer deixar claro que os Paços de Belas foram construídos na propriedade dos Pacheco. Senão, vejamos:

*Dom Joham pella graça de deus Rey de Portugal e do algarue, a quantos esta carta virem fazemos saber que nos desembargamos e mandamos entregar a diego lopez pacheco do nosso conselho todallas herdades e beens que auja em nosso senhorio que lhe foram tomadas e embargadas Porquanto elle nom fez cousa per que as deuesse perder E porque nos somos certos que os paaços de bellas que som em termo de lixboa foram fectos na herdade propria do dicto diego lopez com todas suas casarias e pumares e vinhas (...).*¹⁰¹

É nesta expressão, *foram feitos na herdade própria do dito* Diogo Lopes, que identificamos a chave para fundamentar que o edifício nobre de Belas, enquanto paço, só passou a existir por causa da vontade de D. Pedro I e que não existiria anteriormente a este rei, quando a Quinta de Belas pertencia aos Pacheco. Caso contrário, D. João I não teria necessidade de ser explícito dizendo que os paços se encontravam dentro da propriedade que ele devolvia a Diogo Lopes Pacheco, pelo que entendemos que seriam edifícios novos e que não estariam erguidos antes de D. Pedro I ter confiscado os bens ao anterior proprietário. O que não é o mesmo que negar a existência de uma torre anterior, ampliada por D. Pedro I. Se disso restar alguma evidência, apenas uma prospeção arqueológica de maior enfoque em torno do atual edifício poderá revelar. A ser descoberta a estrutura da casa anterior a D. Pedro, seria um enorme contributo para o estudo da habitação no século XIV, que, como sublinha José Custódio Vieira da Silva, prima pela inexistência de vestígios arquitetónicos com significado, evidenciando a fragilidade das construções, que seriam modestas e frágeis¹⁰². Por outro lado, e como já referimos, durante o século XIV e parte do século XV, a construção de torres por outrem que não o rei estava sujeita a autorização régia, dada apenas em casos excecionais e quando estava em questão a segurança de um determinado território¹⁰³. Sendo assim presumimos que nem mesmo a proximidade de Lopo Fernandes Pacheco a D. Afonso IV teria tido a graça da autorização para se erguer uma torre em Belas, pelo que a existir antes de D. Pedro I seria uma estrutura muito antiga, depois

101 João José Alves Dias(org.), *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, 1.ª Edição, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004, Vol. I, Tomo 2, p.40.

102 José Custódio Vieira da Silva, «O Paço», In José Mattoso (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*, Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2011, pp. 78-79.

103 Mário Jorge Barroca, «Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes», p. 97.

remodelada. Esta possibilidade é reforçada pela opinião de Helder Carita e Homem Cardoso, para quem, dada a implantação geográfica do Paço de Belas, em local baixo e sem preocupações defensivas ou de domínio sobre a paisagem, sugere a existência de uma estrutura anterior a D. Dinis, monarca que estabeleceu em Portugal o já mencionado princípio jurídico do *ius crenelandi*¹⁰⁴.

As obras promovidas por D. Pedro I não se limitariam, a nosso ver, a uma torre, uma vez que o monarca teria necessidade de uma habitação que lhe oferecesse outras condições que uma estrutura turriforme não permitia, sujeito que estava a uma organização do quotidiano que nesse século se começava a tornar mais complexo¹⁰⁵. Nas suas deslocações a Belas, entre 1364 e 1366¹⁰⁶, com o provável objetivo de colocar em prática os seus desportos favoritos, pois diz-nos Cristina Pimenta que o monarca era caçador, monteiro e viandeiro¹⁰⁷, D. Pedro I não descurava os assuntos da Coroa, tendo inclusivamente procedido ali à redação de alguns documentos¹⁰⁸. Para além do mais, a busca de conforto nas residências régias era já uma preocupação que desde os finais do século XIII, após a reconquista dos territórios algarvios aos Mouros, se fazia sentir nos interiores a influência da corte francesa, quer a nível de etiqueta quer a nível decorativo¹⁰⁹. Desta forma, a estrutura de apoio ao rei e as cerimónias diárias de entrega das vestes pelo camareiro ou o encerramento do espaço onde se encontrava o monarca, bem como a generalização da utilização de duas câmaras, a câmara do paramento e a retrete, que se estabelece no século XIV¹¹⁰, denotam a necessidade da construção de estruturas mais complexas, para além da torre. De acordo com esta ideia, as estruturas do paço estariam anexas à torre, permitindo a multiplicação de espaços, que se inicia na habitação nobre de trezentos e que parece ir ao encontro da hipótese lançada por Rui Rodrigues de que D. Pedro tinha alargado a área construída, erguendo a sul da torre um corpo térreo¹¹¹. Note-se que esta hipótese é, de certa forma, apoiada por Anne

104 Helder Carita e Homem Cardoso, *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal: ou da originalidade e desaires desta arte*, s.l., Edição dos Autores, 1987, p. 31; Mário Jorge Barroca, «D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa», In *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, 1998, II série, tomo XV, p. 807.

105 (...) *a par das funções simbólicas e do alojamento que deve providenciar aos (muitos) que o habitam, o palácio medieval não pode desligar-se de estruturas que o aproximam da propriedade rústica: cavalariças, estábulos, reservas, oficinas diversas, cozinha*. António Filipe Pimentel, *A Morada da Sabedoria*, 2005, p. 258.

106 J. T. Montalvão Machado, *Itinerários de El-Rei D. Pedro I*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1978, pp. 144, 163 e 179.

107 Cristina Pimenta, *D. Pedro I...*, p. 223.

108 A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Dias (ed.), *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, pp. 109-410, 426-428, 492, 501 e 535.

109 A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa...*, p. 94.

110 Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal...*, p. 311.

111 Rui Rodrigues, *Las Quintas como sistema de estructuración...*, p. 76.



Fig. 64 - Planta do piso térreo com a área da sala abobadada assinalada



Fig. 65 - Sala abobadada (2012, fotografia da autora)



Fig. 66 - Planta do Paço da Vila de Sintra com o paço dionísio em destaque

de Stoop ao defender que a sala abobadada que se encontra a sul na planta atual do paço (Figs. 64 e 65), com as suas pedras de fecho da cruzaria ogival desalinhadas do arco frechal, é da família Pacheco quando retoma a posse de Belas após a morte de D. Pedro I¹¹². Desta forma, a ligação entre a torre e a referida sala estaria assegurada por uma grande sala que teria sido erguida pelo monarca e que parece estar de acordo com a descrição que Mário Jorge Barroca faz dos anexos das casas-torre, que se apresentavam por norma em dois andares, sendo que o piso térreo era reservado à *aula* ou sala, a divisão mais pública, onde o senhor do paço recebia os convidados,

112 Anne de Stoop, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, p. 212.



Fig. 67 - Janela da Torre de Oriz (fonte: SIPA)



Fig. 68 - Torre de Lourosa do Campo (fonte: SIPA)

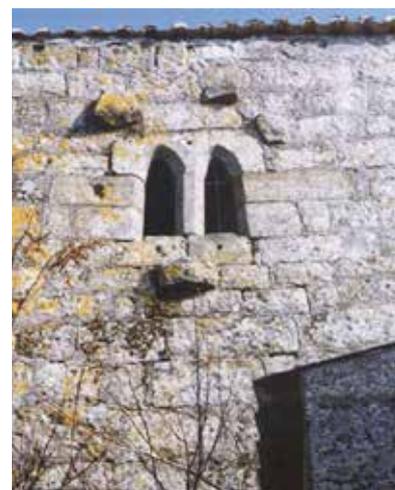


Fig. 69 - Torre da Lagariça (fonte: SIPA)

fazia audiências e onde se tomavam as refeições¹¹³.

Gostaríamos, neste ponto, de relembrar as palavras de Rita Costa Gomes a respeito das residências de propriedade régia que, segundo a autora, inseridas no espaço rural e designando-se por “paços”, não seriam na maioria das vezes *edifícios com feição monumental*¹¹⁴, o que explica a escassa sobrevivência destas casas. Temos o exemplo, décadas depois, do paço do infante D. Pedro em Chaqueda (Penela) de dois andares, tendo no piso térreo uma sala grande, a antecâmara e um alpendre, estando a câmara no piso superior juntamente com um eirado contíguo¹¹⁵. O paço que D. Pedro I construiu em Belas não seria ainda uma residência com uma multiplicação de áreas que o século seguinte veria florescer no nosso território, parecendo ainda ser suficiente a conjugação sala, antecâmara, câmara e trespâmara de que é exemplo a remodelação que D. Dinis promoveu no Paço de Sintra, o volume do atual *Quarto de D. Afonso VI* (Fig. 66)¹¹⁶.

Mas demoremos-nos um pouco mais ainda na questão da torre e dos vestígios de janelas ogivais que surgem nas suas paredes. O vão da janela geminada que surge na parede norte da torre não nos parece datar de meados do século XIV, ou seja, do período em que Belas passou

113 Mário Jorge Barroca, «Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes», pp. 75.

114 Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal...*, p. 256.

115 Luísa Trindade, *A casa corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal, 2002, p. 37.

116 Segundo José Custódio Vieira da Silva, o paço que D. Dinis reformulou em Sintra tinha no seu piso nobre a seguinte organização: a sala grande (atual Sala Chinesa), a antecâmara (compartimento que antecede o quarto de D. Afonso VI), a câmara (quarto de D. Afonso IV) e, finalmente, um pequeno compartimento de planta quadrada. José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, p. 206.



Fig. 70 - Janela geminada da torre norte (2013, fotografia da autora)

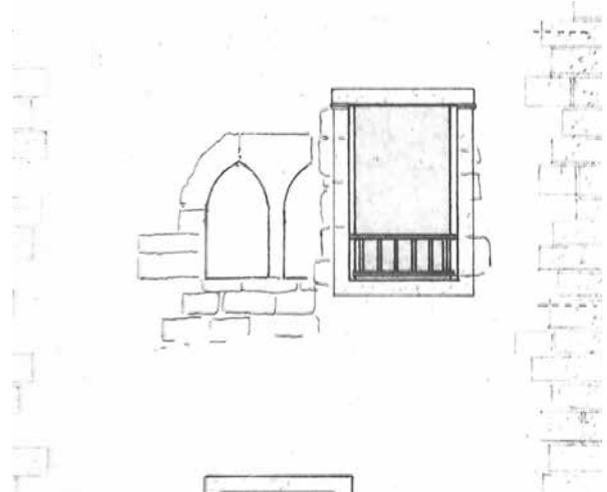


Fig. 71 - Pormenor do desenho do alçado norte do Paço de Belas



Fig. 72 - Janelas geminadas do Paço de Leiria (2013, Miguel Furtado)

pelas mãos de Lopo Fernandes e de seu filho e, posteriormente pela campanha de obras de D. Pedro I. Se bem que certas torres góticas do século XIV apresentem janelas geminadas, estas surgem com uma configuração diferente da janela que se apresenta em Belas. Como exemplo, apresentamos as janelas das torres referidas por Mário Jorge Barroca para este período, a Torre de Oriz (Fig. 67), a Torre de Lourosa do Campo (Fig. 68) e a Torre da Lagariça (Fig. 69), as quais apresentam janelas de *perfil geminado, de duas luzes, com arcos trilobados e mainel central, rasgadas em vãos munidos de bancos afrontados*¹¹⁷. Se compararmos estas janelas com os vestígios da janela da torre de Belas (Fig. 70 e 71) percebemos claras diferenças: a de Belas é maior e mais aberta, permitindo uma maior entrada de luz no interior da torre, um maior usufruto da vista e

117 Mário Jorge Barroca, «Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes», pp. 72.

um maior conforto a habitação. O que nos parece ser sintoma de uma necessidade de conforto que se tornou comum nas habitações nobres do final do século XIV ou inícios do século XV, e com uma configuração mais próxima das janelas geminadas que encontramos, por exemplo, no Paço do Castelo de Leiria (Fig. 72), enquanto campanha construtiva de D. João I¹¹⁸.

De acordo com as informações levantadas a respeito da nossa investigação, a instituição de um morgado pressupunha, na maior parte das ocasiões, obras na cabeça de morgado por parte dos instituidores, por forma a conferir ao edifício o nome e o poder da família morgada. Sabemos que Diogo Lopes Pacheco, tendo regressado e retomado a posse dos seus bens em Portugal, instituiu o morgado de Belas, legado a seu filho João Fernandes Pacheco, e que foi confirmado por D. João I, em 1389¹¹⁹. Assim, parece-nos que nesta ocasião o paço poderia ter sofrido uma nova campanha de obras, como viria a acontecer, por exemplo, no Paço de Pirescouxe (como já referimos no capítulo anterior) e em Belas, com a instituição de um novo morgado de Belas pela família Correia Atouguia, como iremos explicar adiante nesta dissertação. Todavia, ainda sem a análise necessária aos referidos vãos ogivais da torre, atrevemo-nos a propor que sejam elementos da campanha de obras encetada por D. João I ou pelo seu filho, o infante D. João, proprietários da quinta no início do século XV.

2.1.2. As obras joaninas — 1.^a metade do século XV

Antes de findar o século XIV, a Quinta de Belas, que havia sido devolvida por D. Fernando I a Diogo Lopes Pacheco em 1367, transita novamente de mãos, quando, em 1398, D. João I expropria todos os bens do vassalo, guarda-mor e membro do conselho real, João Fernandes Pacheco (filho do anterior), por este ter atraído a Coroa Portuguesa ao entregar a sua lealdade ao rei de Castela¹²⁰. Todos os bens que João Fernandes Pacheco possuía nos arredores de Lisboa, incluindo o lugar de Belas e o padroado da igreja, entregou-os D. João I a Gonçalo Peres Malafaia, escrivão da Chancelaria da Casa do Cível, pelos muito e estremados serviços prestados ao monarca e ao Reino de Portugal¹²¹. Em 1412, já Maria Anes, viúva de Gonçalo Peres, vendia a quinta a D. João I. que a manteve na posse real até 1424, efetuando estadias em Belas nos anos seguintes: em agosto de 1414, no âmbito de viagens entre Lisboa e Sintra aquando da prepara-

118 Sublinhamos que estas janelas do Paço de Leiria são reconstituições, embora seguindo os vestígios e as formas das originais.

119 João José Alves Dias (org.), *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, Vol. II, Tomo 1, pp.63-73

120 João José Alves Dias (org.), *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, Vol. II, Tomo 2, p.55.

121 João José Alves Dias (org.), *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, Vol. II, Tomo 2, p.55.

ção para a Tomada de Ceuta, e no início de 1417, alternando a sua estadia entre Belas, Turcifal e Torres Vedras¹²². Em 1424, o rei fez a doação de Belas a seu filho¹²³, o infante D. João, como dote de casamento com D. Isabel de Barcelos, neta de Nuno Álvares Pereira. É neste período, em que a propriedade esteve na posse do monarca e, posteriormente, na posse de seu filho, que se realizaram as obras que contribuíram em grande parte para a singularização do Paço de Belas, e cujas evidências se podem ainda observar, após séculos de alterações¹²⁴.

Como apoio para a nossa investigação sobre o quatrocentista Paço de Belas procurámos estabelecer paralelos entre este paço e outros edifícios que se inserem no mesmo período histórico, com especial atenção para construções promovidas pelos elementos da dinastia de Avis, com destaque, naturalmente, para D. João I. Este foi, segundo José Custódio Vieira da Silva, o grande impulsionador da evolução da arquitetura no final da Idade Média, assumindo a iniciativa mecénica de um conjunto de edificações¹²⁵. O primeiro rei da dinastia de Avis promoveu a remodelação dos paços das alcáçovas de Lisboa e Coimbra, ergueu os Paços de Leiria e de Sintra, constituindo estes apenas alguns exemplos de campanhas de obras lançadas em resposta às novas necessidades de conforto na habitação real e senhorial de Quatrocentos. Para além do monarca, os seus filhos foram também responsáveis pela construção de residências e outros edifícios civis, tais como: o Paço do Infante no Convento de Cristo e os edifícios dos Estaus, em Tomar, pelo infante D. Henrique; o Paço de Tentúgal, pelo infante D. Pedro; ou os Paços de Guimarães e de Barcelos, erguidos por D. Afonso¹²⁶. Este foi um período crucial para a habitação régia e nobre do final da Idade Média, já que foi na centúria de Quatrocentos que se iniciou o impulso decisivo na edificação de palácios por parte de reis e nobres, como sinal de riqueza, poder e ostentação, mas revelando ainda a preocupação crescente em criar espaços hierarquizados e de organização horizontal¹²⁷.

Tendo estes aspetos em conta, realizar um estudo em paralelo de edifícios contemporâneos do nosso objeto de análise, em especial daqueles cujo denominador comum é a Casa de Avis, pare-

122 Humberto Baquero Moreno, *Os Itinerários de El-Rei Dom João I*, 1.ª Edição, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação, 1988, p. 141.

123 José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, p. 123; Anne de Stoop, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, p. 212; Paula Noé (1990) e Teresa Vale e Carlos Gomes (1995), *Paço Real de Belas*, SIPA (<http://www.monumentos.pt>).

124 José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, p. 32.

125 José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, p. 119.

126 D. Afonso era filho bastardo, mas legitimado, de D. João I. Foi conde de Barcelos, de Neiva e duque de Bragança. A sua filha D. Isabel veio a casar-se com o infante D. João.

127 Paulo Pereira, «As grandes edificações (1450-1530)», In Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa*, 3ª edição, Lisboa, Temas e Debates, 1999, Volume 2, p.19.



Figs. 73 - Arcos na fachada poente (2012, fotografia da autora)



Figs. 74 - Paço de Vila de Sintra (2012, fotografia da autora)

ceu-nos o percurso mais correto de forma a discernirmos os possíveis elementos arquitetónicos que no Paço de Belas são resultantes das obras joaninas.

Quanto à responsabilidade da encomenda da obra quatrocentista no paço em estudo, não encontramos testemunhos que nos permitam atribuir de forma concreta a D. João I ou a seu filho a incumbência da remodelação, uma vez que o monarca usou Belas como parte da sua rede de paços rurais antes de fazer a sua doação ao infante D. João. No entanto, segundo a opinião de José Custódio Vieira da Silva acerca do Paço de Belas, a encomenda parece dever-se sobretudo ao infante D. João¹²⁸, entre a doação que seu pai lhe fizera, em 1424, e a sua morte, em 1442. A mesma opinião têm Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca que afirmam que os paços de Belas foram erguidos pelo infante D. João¹²⁹. Deveremos ter em conta, de acordo

128 José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, p. 32.

129 Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal: o Gótico*, 1.ª Edição, Barcarena, Editorial Presença, 2002, p.99.



Fig. 75 - Vestígios de um arco quebrado na fachada sul do paço (2012, fotografia da autora)



Fig. 76 - Vestígios de fundações junto da fachada nascente do paço (fotografia cedida pelo arquiteto João Rito Afonso)

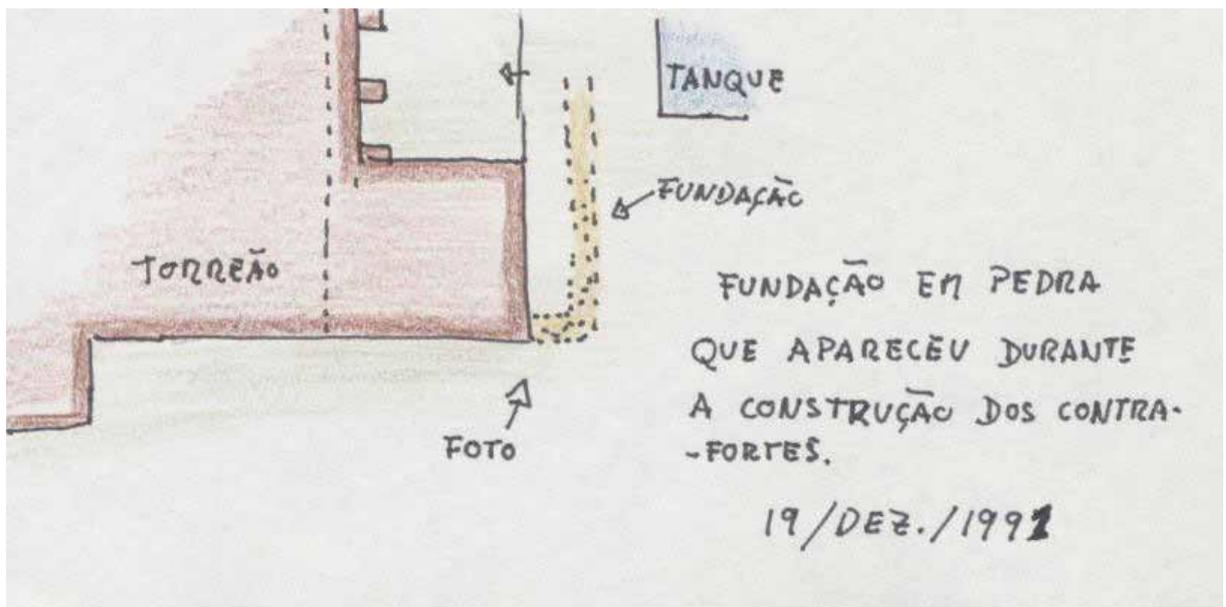


Fig. 77 - Esboço assinalando as fundações encontradas junto da fachada nascente (imagem cedida pelo arquiteto João Rito Afonso)

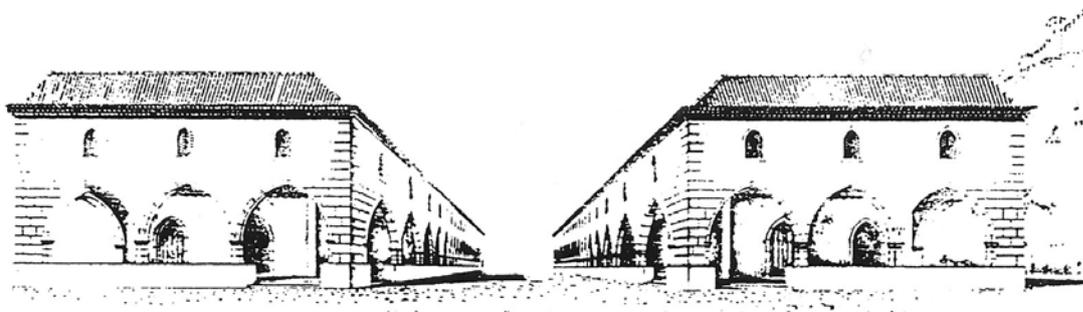


Fig. 78 - Reconstituição Hipotética dos Edifícios dos Estaus, Tomar (fonte: José-Augusto França, *Tomar*, p. 8)

com Rita Costa Gomes, a preocupação de D. João I em dotar os seus filhos de *recursos próprios e de dignidade equivalente*¹³⁰, o que desde a constituição das casas dos infantes, nas Cortes de Évora de 1408, levou a um crescimento da autonomia e da importância social dos séquitos dos infantes da Casa de Avis. À semelhança de seus irmãos, teria sido natural que o infante D. João, enquanto senhor de Belas, tivesse promovido obras no paço em questão, moldando-o ao novo modelo de habitação nobre que despontava no início do século XV.

A primeira evidência das obras quatrocentistas está patente na fachada poente do paço (Fig. 73), que até ao século XVIII era a principal, graças à estrutura de arcos quebrados que nos remete de forma inegável para a *loggia* do Paço de Sintra (Fig. 74), construída na campanha de obras promovidas por D. João I. Em Belas, verificamos que os dois corpos salientes nos extremos da *loggia* são posteriores, uma vez que as suas construções encostam na estrutura da arcaria, o que nos leva a supor que, à data da sua construção, esta *loggia* teria ainda mais semelhanças com a de Sintra. Mas, ao invés de ser uma arcaria aberta numa só frente, a *loggia* do Paço de Belas percorria igualmente a fachada sul, e provavelmente também o alçado nascente, como sugerem as evidências encontradas nas obras de reabilitação do edifício. De facto, na fachada sul foi encontrada parte de um arco semelhante aos arcos da fachada poente (Fig. 75), que posteriormente foi integrada nas estruturas das paredes que fecharam o paço nesta ala, adaptando-se a residência às novas necessidades seiscentistas, como iremos averiguar no capítulo seguinte. As obras realizadas nesta ala permitiram ainda verificar a existência de fundações no encontro dos alçados sul e nascente (Figs. 76 e fig. 77), o que levou Rui Rodrigues a interpretar esta informação como o vestígio da continuação dos arcos quebrados numa terceira fachada,

130 Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal...*, p. 224.



Fig. 79 - Planta do paço com hipotética *loggia* circundante assinalada

tornando a *loggia* circundante ao corpo anexo à torre¹³¹. O nosso estudo do Paço de Belas por comparação com outros edifícios seus contemporâneos levou-nos a confrontar esta perspetiva com os vestígios quatrocentistas da Rua dos Arcos, em Tomar, e com a reconstituição hipotética dos edifícios dos Estaus (Fig. 78), que ali se ergueram a mando do infante D. Henrique por volta de 1420¹³². Os seus arcos quebrados circundavam as fachadas dos dois edifícios, oferecendo uma galeria térrea aberta à circulação. Embora aquela situação fosse urbana, transportando esta ideia para Belas, segundo o que os vestígios revelaram, a galeria de arcos em três frentes permitiria, para além do abrigo do calor e da chuva, o contacto do senhor com a população, a administração da justiça e o espaço de audiência, à semelhança do que acontecia no Paço de Sintra¹³³.

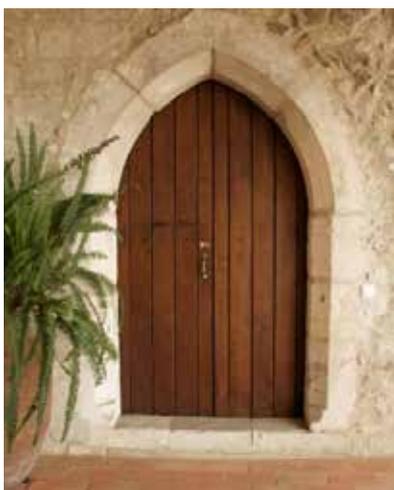
Embora pese sobre esta questão a ausência, entre os exemplos que nos restam, de uma solução semelhante aplicada na construção dos edifícios do final da Idade Média, os vestígios encontrados no local e a sua organização na planta poderão ser um indício de que a *loggia* do Paço de Belas percorria as três fachadas, circundando o módulo da grande sala ou Aula Régia (fig. 79) que, pelo que apurámos, talvez tenha sido remodelada na primeira metade do século XV¹³⁴. Relembramos, no entanto, que podemos apenas contar apenas com uma amostra do que

131 Rui Rodrigues, *Las Quintas como sistema de estructuración...*, p. 81.

132 José-Augusto França, *Tomar*, “Cidades e Vilas de Portugal”, 1.ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 92.

133 José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, p. 125.

134 Como já referimos anteriormente não possuímos testemunhos ou vestígios que nos permitam afirmar que a grande sala térrea tenha sido construída por D. Pedro I, embora sejamos da opinião, como também já tivemos oportunidade de referir, que o seu paço englobaria mais do que a torre. Por este motivo, afirmamos que as obras joaninas, no mínimo, remodelaram a *Aula Régia*.



Figs. 80 - Paço de Leiria (2013, Miguel Furtado)



Figs. 81 - Paço de Ourém (2013, fotografia da autora)



Fig. 82 - Paço do Infante, Convento de Cristo (2013, fotografia da autora)



Fig. 83 - Clausto da Lavagem, Convento de Cristo (2012, fotografia da autora)



Fig. 84 - Arco dos Estaus, Tomar (2012, fotografia da autora)

foi construído neste período, especialmente em termos de arquitectura civil. Chegou até aos nossos dias um número maior de exemplos nos quais é patente a utilização da arcaria em mais de uma frente, sendo que todos são edifícios inseridos nas malhas urbanas das cidades ou vilas, dos quais temos ainda os exemplos de alguns paços dos concelhos. A revelar-se certa a hipótese de que no Paço de Belas a *loggia* percorria as três fachadas da Aula Régia, estamos perante o único exemplo em que esta situação acontece numa residência civil nobre, pelo menos de que se tem conhecimento até ao presente.

À semelhança de outros paços, reais e senhoriais, como o Paço de Sintra, o Paço de Leiria ou o Paço Condal de Barcelos, a divisão mais pública era a grande sala onde o senhor recebia os convidados e era a divisão interior à qual o visitante tinha acesso em primeiro lugar¹³⁵. Sendo

135 E por vezes, a única divisão à qual tinha acesso.



Fig. 85 - Janela geminada da torre norte (2013, fotografia da autora)



Fig. 86 - Porta de arco quebrado na galeria do piso térreo (2012, foto da autora)



Fig. 87 - Porta de arco quebrado na galeria do piso térreo (2012, foto da autora)



Fig. 88 - Arco chanfrado da Sala dos Frescos (2012, fotografia da autora)



Fig. 89 - Arcos chanfrados da Sala Grande (2012, fotografia da autora)



Fig. 90 - Arcos da fachada manuelina do Paço da Vila de Sintra (2013, fotografia da autora)



Fig. 91 - Arcos do claustro do Antigo Hospital Real de Coimbra (2013, fotografia de Miguel Furtado)



Fig. 92 - Detalhe do pé direito de um arco chanfrado (2012, fotografia da autora)

que a fachada nascente desta estrutura sofreu profundas alterações, principalmente após o terramoto de 1755, na parede poente permanecem pelo menos dois vestígios quatrocentistas, na forma de uma janela e de uma grande porta, ambas de arcos quebrados. Por comparação com vãos de portas de outros edifícios, como o Paço de Leiria (Fig. 80), o Paço de Ourém (Fig. 81), o Paço do Infante em Tomar (Fig. 82), ou de arcos como os que foram erguidos no Claustro da Lavagem do Convento de Cristo (Fig. 83) ou dos Edifícios dos Estaus (Fig. 84) também em Tomar, encontramos semelhanças com a janela (Fig. 85) e a porta (Figs. 86 e 87) da Aula Régia de Belas, que apresentam na ligação das ombreiras com as soleiras o talhe estilizado de uma folha. A porta, maior do que as restantes de semelhante formato que permanecem no paço, é encimada por um nicho onde estaria uma pedra de armas e que seria a porta de entrada para a Aula Régia de Belas. Desta forma, somos da opinião de que esta porta e esta janela poderão ser enquadradas



Fig. 93 - Marcas de colocação e siglas de canteiro (2013, fotografia da autora)



Fig. 94 - Vestígios de uma porta na zona sul da Sala Grande (2012, fotografia da autora)



Fig. 95 - Detalhe da ombreira da porta (2012, fotografia da autora)

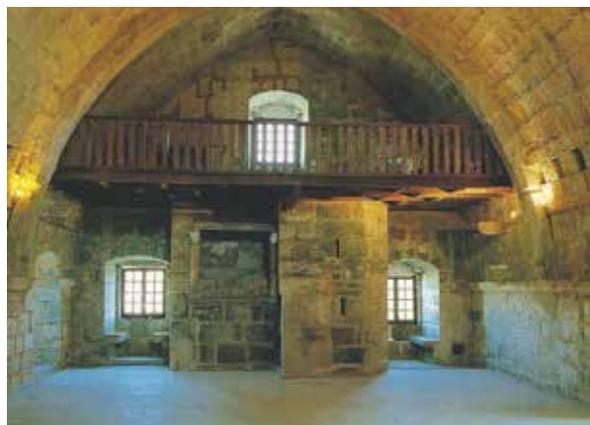


Fig. 96 - Castelo de Santa Maria da Feira (fonte: José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*)



Fig. 97 - Porta de arco quebrado por trás do baixo relevo do muro principal (2013, fotografia da autora)



Fig. 98 - Vestígio da mesma porta no interior do pátio (2013, fotografia da autora)

na primeira metade de Quatrocentos e serão contemporâneas dos arcos quebrados da *loggia*.

A grande sala e a atual sala dos frescos no piso térreo poderão ter sido alvo de obras também neste século, pelo que podemos subentender dos cinco, ligeiramente abatidos, arcos chanfrados (Figs. 88 e 89). Se bem que se continue a construir arcos semelhantes no século seguinte, como os arcos chanfrados das *loggias* da ala manuelina do Paço da Vila de Sintra (Fig. 90) e os arcos sobreviventes do claustro do antigo Hospital Real de Coimbra (Fig. 91)¹³⁶. De todos os arcos chanfrados da sala grande de Belas, apenas um, a norte da porta de arco quebrado, apresenta no pé direito elementos decorativos (Fig. 92), a folha estilizada, semelhantes aos arcos da *loggia* da fachada principal. Esta utilização de arco e a decoração que apresenta estão de acordo com outros elementos presentes em construções quinhentistas e ligados à dinastia de Avis, de que são exemplo os casos citados no parágrafo anterior. O facto de apenas um dos arcos apresentar este elemento decorativo, e de todos os outros possuírem pés direitos simples, poderia ser sinónimo de que só um seria original. No entanto, todos apresentam as mesmas marcas de canteiro, siglas e marcas de colocação (Fig. 93), o que nos leva a considerar que, estando na presença de arcos originais, se tenham anulado os elementos decorativos dos restantes face a um programa decorativo que se teria imposto numa determinada fase de ocupação da residência. De acordo com as plantas desenhadas até à década de 70 do século passado (disponíveis para consulta no Anexo 2.1), a sala grande estava dividida por uma parede que encobria o arco que apresenta a referida decoração, o que reforça a ideia de que este preserva o trabalho de cantaria original.

Ainda na grande sala, foi colocado a descoberto, na secção sul da parede poente e a uma

¹³⁶ Nestes casos, os arcos, apesar de serem abatidos e chanfrados, não são exatamente iguais, pois assentam sobre colunas.



Fig. 99 - Porta de arco quebrado no muro sul do pátio (2012, fotografia da autora)



Fig. 100 - Paredes com diferentes orientações

cota bastante superior às restantes aberturas, o vão de uma porta cujas ombreiras apresentam o mesmo elemento da folha estilizada (Figs. 94 e 95). Não está a uma altura suficiente que nos permita enquadrá-la no primeiro piso da residência, o que nos leva a considerar se seria o acesso a um balcão virado para a sala ou a existência de um piso superior, à semelhança do que aconteceria na sala grande do Castelo de Santa Maria da Feira (Fig. 96).

Encontramos igualmente outros vãos que parecem enquadrar-se neste período, mas no exterior do que é atualmente o paço. No muro poente do pátio central, o mesmo que dá para o exterior da quinta, é perceptível o vão de uma janela de arco quebrado (Fig. 97), que pelo lado de fora do pátio ressurge numa área em que o baixo-relevo d'*O Castigo de Midas* está mais degradado, e no lado interior são visíveis os bancos afrontados que nos permitem identificá-la como janela e não como uma primitiva porta do pátio (Fig. 98). No muro sul do mesmo pátio é visível uma outra porta de arco quebrado (Fig. 99), atualmente entapada, que abria para o lado contrário ao pátio, o que pressupõe que já na altura da sua construção existia neste local um edifício fechado, como revela uma planta da DGEMN do início dos anos 40, do século XX (Anexo 3.1.2). Seria possivelmente aqui que se localizavam as cozinhas e estruturas de apoio ao paço, a julgar pela mesma planta, que revela uma série de divisões a sul do pátio, onde identificamos a presença de um forno¹³⁷. As cozinhas quatrocentistas de Belas continuariam a ser estruturas isoladas do edifício senhorial, como já vimos ser uso da época, o que pode esclarecer as diferenças

¹³⁷ Esta ala do paço foi demolida nos anos 40 no âmbito das obras de remodelação projetadas por Raul Lino; e seriam já fruto de remodelações seiscentistas embora ainda preservassem a porta ogival.



Fig. 101 - Planta com a identificação dos elementos do século XV



Fig. 102 - Porta de arco quebrado no muro de ligação do paço à capela (2013, fotografia da autora)

de orientação entre as paredes a sul do paço: do muro sul do pátio, da sala abobadada e da Aula Régia (Fig. 100). Todavia, esta hipótese inviabiliza a construção da sala abobadada e de arcos quebrados pelos Pacheco no final do século XIV, defendida por Anne de Stoop¹³⁸, tornando-a fruto de uma campanha posterior às obras joaninas.

Tendo em conta os elementos de cantaria que se encontram nos muros do pátio interior deste paço (Fig. 101), constatamos que a configuração deste espaço aberto mas limitado deverá datar, pelo menos, deste período, possivelmente ainda não totalmente fechado como o encontramos agora. A existência do pátio de recebimento, distribuidor dos diferentes espaços do paço, é comum a várias residências nobres. Independentemente de opções formais, as suas funções logísticas de espera, distribuição e privacidade tornam-no uma peça fundamental na arquitetura nobre civil de várias épocas (maiores ainda em contexto rural), da qual possuímos uma considerável sequência de exemplos, entre os quais os paços da Ega, de Santiago da Guarda, da Bacalhoa ou da Vila de Sintra – anterior às demolições ocorridas em 1911.

No exterior do paço encontramos ainda uma outra porta de arco quebrado (Fig. 102, com as mesmas características das portas que já referimos nas linhas anteriores, que se localiza no muro que sustenta o passadiço de ligação entre a capela e a casa, ou seja numa área oposta ao pátio de entrada. Esta era uma porta que abria para o lado norte do paço o que nos leva a colocar a hipótese da existência de uma outra dependência da residência quatrocentista na área onde hoje existe um alpendre e a atual copa de apoio aos eventos que são organizados atualmente no

138 Anne de Stoop, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, p. 212.



Fig. 103 - Palácio Cordovil, Évora (2005, Joaquim Caetano; fonte: SIPA)

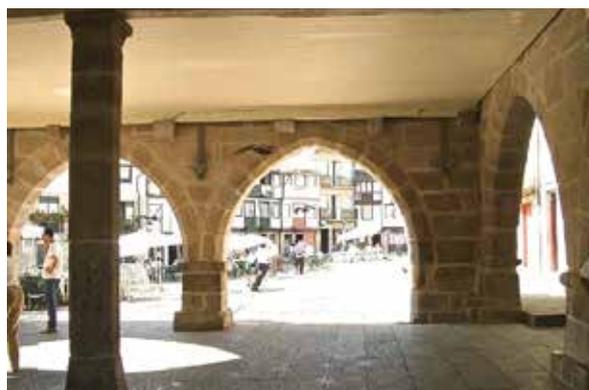


Fig. 104 - Arcos dos antigos Paços do Concelho de Guimarães (fonte: IGESPAR)



Fig. 105 - Paços do Concelho de Viana do Castelo (fonte: SIPA)

edifício. Poderia ser igualmente uma porta de acesso a um horto onde se cultivavam produtos de consumo da casa, situado a norte do passo, que seria murado e fechado sobre si, segundo o uso de então, reavivando as tradições romanas e árabes, mas também fortemente impulsionado pelas habitações requintadas com que os portugueses se viram confrontados desde a conquista de Ceuta¹³⁹. A par da evolução da habitação nobre, o jardim em Portugal inicia igualmente nesta época a sua evolução de horto para espaço de fruição e lazer, onde a água e os cheiros tinham um papel fulcral, até atingir a sua maturidade de um verdadeiro efeito cénico nos séculos XVII e XVIII.

Quanto à existência de um piso superior que encimava a grande sala, encontramos duas perspetivas sobre este ponto. A primeira foi-nos dada por José Custódio Vieira da Silva, que refere que os arcos joaninos eram encimados por uma varanda, no primeiro andar, *possivelmente organizada também em arcaria*¹⁴⁰. Já Rui Rodrigues é da opinião que a galeria era coberta por

139 Helder Carita e Homem Cardoso, *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal*, p. 33.

140 José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, p. 125.

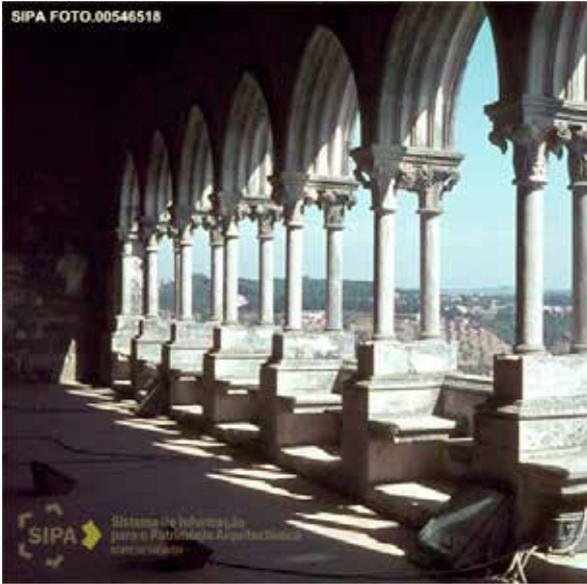


Fig. 106 - *Loggia* do Paço de Leiria (fonte: SIPA)



Fig. 107 - *Loggia* do Paço da Audiência, Estremoz (1994, fonte: SIPA)

uma estrutura de telhas que acompanhava o telhado do módulo anexo à torre, uma vez que no seu entender foram descobertas evidências das inclinações deste telheiro durante as obras de 1991¹⁴¹. Constatámos junto de João Rito, um dos arquitetos responsáveis pelo projeto de reabilitação do paço, que durante as obras foram descobertos pedaços de telha cerâmica na parede que limita a galeria a sul, pelo que foi interpretação da equipa de que se tratava de um telhado. Portanto, José Custódio Vieira da Silva parece considerar a existência de um primeiro piso no paço do infante D. João, mas Rui Rodrigues considera que o piso superior ainda não existia nesta fase. Se considerarmos uma vez mais a *loggia* do Paço de Sintra e os arcos dos Estaus, em Tomar, bem como outros exemplos semelhantes mas posteriores, como a Casa Cordovil (Fig. 103), em Évora, ou os paços do concelho de Guimarães (Fig. 104) e de Viana do Castelo (Fig. 105), verificamos que a utilização destes arcos quebrados acontece na conjugação com um piso superior. No seguimento deste pensamento, parece-nos que os arcos de Belas são demasiado maciços para suportarem apenas uma estrutura de telhas, quando seriam suficientes arcos mais esbeltos, como, por exemplo, os que aparentemente se ergueram no Paço de Leiria (Fig. 106) ou na *loggia* do Paço da Audiência, em Estremoz (Fig. 107).

Reunindo todos os elementos que nos parecem corresponder à primeira metade do século XV, não conseguimos deixar de imaginar o quatrocentista Paço de Belas como uma versão do Paço de Sintra de dimensões mais reduzidas. O conjunto de torre, arcadas e espaços que vão sendo paulatinamente associados, construindo um conjunto de volumetrias diferentes e cuja

141 Rui Rodrigues, *Las Quintas como sistema de estructuración...*, p. 81.

junção é sempre muito plástica. Se bem que as posteriores remodelações tenham contribuído para uma transformação do edifício, mantêm-se ainda os arcos quebrados que dotavam a casa da sua *loggia*, o pátio interior que encerrava o paço sobre si próprio e o que apenas podemos imaginar que seriam as construções independentes a sudoeste do núcleo palaciano e que seriam possivelmente as cozinhas e os anexos de apoio à subsistência da habitação. Em suma, seria um paço que faria justiça ao seu senhor, o infante D. João – governador da Ordem de Santiago, fronteiro-mor do Alentejo e do Algarve¹⁴² –, e que seria digno da visita de seu irmão primogénito, senão enquanto rei, pelo menos enquanto infante, pois D. Duarte estaria no Paço de Belas quando foi aclamado rei, a 15 de agosto de 1433, após a morte de D. João I, tendo sido dali que partiu ao encontro de sua mulher e filhos, que estavam instalados no Paço de Sintra¹⁴³.

2.1.3. Na posse da Casa Viseu-Beja – 2.^a metade do século XV

Após a morte do infante D. João, em 1442, Belas passaria a fazer parte do património de sua filha D. Isabel até à data do seu casamento com João II, rei de Castela e Leão, em 1447. Por essa data, D. Afonso V comprou a propriedade a sua prima, para dela fazer doação a seu irmão D. Fernando, por ocasião do casamento deste com D. Beatriz, irmã de D. Isabel. Desta forma, Belas não só permaneceu na linhagem dos seus anteriores proprietários, como também passou a fazer parte do património, considerável, da casa dos infantes D. Fernando e D. Beatriz, duques de Beja e, posteriormente, de Viseu. Filho segundo de D. Duarte e irmão de D. Afonso V, D. Fernando reuniu na sua pessoa um património que reforçou a sua posição como segunda figura do Reino: ainda em criança foi declarado príncipe logo, herdeiro do reino de seu irmão até ao nascimento do futuro D. João II; foi depois perfilhado por seu tio D. Henrique, tornando-se o herdeiro maioritário do ducado de Viseu; pelo seu casamento com a infanta D. Beatriz, filha do infante D. João, herdou os títulos e o património do seu sogro¹⁴⁴. Desta forma, grande parte da herança de seus dois tios foi concentrada na sua pessoa: o mestrado das Ordens de Cristo e de Santiago de Espada, o título de condestável do Reino, duque de Beja e de Viseu (com o considerável património que detinham) e senhor de territórios a norte, centro e sul do Reino¹⁴⁵. Pelo rol de títulos e senhorios que o infante reuniu em vida, D. António Caetano de Sousa descreveu

142 João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do Renascimento*, “Reis de Portugal”, Lisboa, Temas e Debates, 2011, p. 44.

143 Saul António Gomes, *D. Afonso V: o Africano*, “Reis de Portugal”, Lisboa, Temas e Debates, 2009, p. 53.

144 João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I: 1469-1521*, p.43 e 47.

145 João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I: 1469-1521*, p. 50; Maria Odete Sequeira Martins, *Poder e Sociedade. A duquesa de Beja*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011, p. 10.

-o como o *mayor Senhor que nunca houve em Hespânia, que não fosse Rey*¹⁴⁶, mas era também de uma personalidade ativa e de ambição desmedida, sendo na mesma proporção um senhor magnânimo e generoso que contemplava os fidalgos ao seu serviço com montantes generosos, o que poderia equiparar a sua corte à de um soberano¹⁴⁷.

Como um pequeno estado dentro do estado, o ducado passou a ser gerido pela infanta D. Beatriz, após a morte de seu marido, em 1470, e durante os cerca de vinte anos seguintes, juntamente com a educação dos seus filhos menores, mantendo nas suas mãos *a total orientação da sua casa*¹⁴⁸. Neta, sobrinha, cunhada, tia e mãe de reis de Portugal¹⁴⁹, D. Beatriz foi uma das mulheres mais influentes do seu tempo¹⁵⁰ e com posses consideráveis: os bens do ducado, do mestrado da Ordem de Cristo, rendimentos pessoais e ainda tenças da coroa¹⁵¹. A sua riqueza não proveio apenas de seu marido, sendo anterior ao seu casamento e expressa no esplendor do seu enxoval, digno de uma princesa ou de uma sultana, como sugestivamente caracterizou Maria Odete Martins¹⁵².

Terá tido esta riqueza reflexo no Paço de Belas enquanto propriedade integrada na casa Viseu-Beja? Temos conhecimento de que os pais de D. Manuel I possuíam outros paços como o da Quinta de Azeitão (Bacalhoa) e o Paço dos Infantes em Beja, edificado por ocasião do casamento entre os infantes e do qual pouco resta, já que foi demolido em 1894¹⁵³. Mas que atenção D. Beatriz dado ao Paço de Belas?

Vários foram os autores consultados que atribuíram a esta infanta a renovação ou edificação de estruturas no Paço de Belas e de cujos testemunhos fazemos de seguida um breve resumo. Da opinião de que D. Beatriz promoveu melhoramentos no paço e na quinta é Ilídio

146 Citado por Maria Odete Sequeira Martins, *Dona Brites: Mulher de Ferro*, “Rainhas e Infantas de Portugal”, Vila do Conde, Quidnovi, 2011, pp. 11-12.

147 João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I: 1469-1521*, p. 60.

148 Maria Odete Sequeira Martins, *Poder e Sociedade. A duquesa de Beja*, p. 15.

149 D. Beatriz era filha do infante D- João, portanto, neta de D. João I, sobrinha de D. Duarte e cunhada de D. Afonso V, pelo seu casamento com D. Fernando. Dois de seus filhos ocuparam o trono português: D. Leonor, que casou com D. João II e D. Manuel I, que sucedeu no trono a seu cunhado e primo. Era ainda tia materna de Isabel a Católica, filha de sua irmã D. Isabel.

150 Relembremos, por exemplo, o papel da infanta D. Beatriz na assinatura do Tratado das Alcáçovas (1479) encetando as conversações com a sua sobrinha Isabel, a Católica.

151 João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I: 1469-1521*, p. 64

152 Maria Odete Sequeira Martins, *Dona Brites: Mulher de Ferro*, p. 15; encontramos descrições do enxoval de D. Beatriz em algumas obras, como, por exemplo, nos capítulos dedicados ao traje, à casa e à higiene e saúde em A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*.

153 Maria Odete Sequeira Martins, *Dona Brites: Mulher de Ferro*, p. 16.

Araújo¹⁵⁴, sendo a mesma ideia expressa nas fichas do SIPA¹⁵⁵ e do IGESPAR¹⁵⁶ acerca deste edifício, acrescentando que a capela foi edificada por esta ocasião. Também Rui Rodrigues expressa na sua dissertação que das obras promovidas pela infanta se identificam as renovações da torre medieval, os arcos no piso térreo da torre e da Aula Régia, bem como a construção da capela¹⁵⁷. Anne de Stoop escreveu ainda que a infanta passou longas temporadas em Belas, bem como os seus filhos D. Manuel I e D. Leonor, tendo realizado as obras que outros autores identificaram¹⁵⁸.

No entanto, nas investigações que Maria Odete Sequeira Martins realizou em torno da duquesa de Viseu e de Beja não encontramos a referência a Belas nos seus percursos pelo Reino. Aliás, tendo reunido todos os percursos conhecidos realizados por D. Beatriz, a autora é da opinião de que Belas *não se tornara residência habitual ou sequer momentânea*, tendo residido a maior parte do seu tempo em Beja e acabando por rentabilizar o seu património de Belas aforando, em 1499, a quinta (com toda a sua jurisdição, rendas, casas, paços, terras de pão, pomares, azenhas e vinhas) a Rodrigo Afonso de Atouguia¹⁵⁹. Acordavam as partes que, após a morte de D. Beatriz, a renda anual seria entregue ao Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja. O contrato vigoraria para sempre e era extensível aos seus herdeiros, por aquele ser vedor da sua fazenda e membro do concelho de D. Manuel I, seu filho¹⁶⁰. Na sua análise do Paço de Belas, José Custódio Vieira da Silva não faz menção a obras da responsabilidade de D. Beatriz, mas atribui a fase seguinte de remodelações a Rodrigo Afonso de Atouguia ou a seu filho, Pero Correia¹⁶¹. No mesmo alinhamento, a análise dos elementos e das estruturas do Paço de Belas, levaram-nos a enquadrar as obras segundo o novo gosto quinhentista, quando a quinta estava já aforada aos Atouguia Correia, pelo que estamos de acordo com José Custódio Vieira da Silva quanto ao balizamento da nova fase construtiva como posterior à infanta D. Beatriz.

154 Ilídio Araújo, *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*, volume I, p.48.

155 Paula Noé (1990) e Teresa Vale e Carlos Gomes (1995), *Paço Real de Belas*, SIPA (<http://www.monumentos.pt>).

156 Rosário Carvalho, *Quinta do Marquês*, IGESPAR (<http://www.igespar.pt>).

157 Rui Rodrigues, *Las Quintas como sistema de estructuración...*, pp. 90-91.

158 Anne de Stoop, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, p. 213.

159 Maria Odete Sequeira Martins, *Poder e Sociedade. A duquesa de Beja*, 2011, pp. 60 e 102; João Paulo Oliveira e Costa, D. Manuel I: 1469-1521, p. 64.

160 Arquivo Histórico de Sintra, Arquivo dos marqueses de Belas, folha 798v.

161 José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, p. 126.



Fig. 108 - Brasão dos Correia (2012, fotografia da autora)



Fig. 109 - Coluna encimada pelo brasão dos Correia (2012, fotografia da autora)

2.1.4. As obras realizadas pela família Correia — século XVI

Alguns anos depois de tomar posse do emprazamento, Rodrigo Afonso elaborou o seu testamento, datado de 16 de janeiro de 1505, incluindo nele a instituição do morgado que legava a seu filho primeiro Pero Correia, que havia casado dias antes¹⁶². No alvará datado de março de 1506, a duquesa legava o padroado da igreja e o senhorio de Belas ao Mosteiro de Santa Maria da Conceição de Beja¹⁶³, mantendo-se, no entanto, o aforamento da Quinta e Paço de Belas a Rodrigo Afonso Atouguia, já falecido, estando os seus bens nas mãos de Pero Correia, desde pelo menos o ano anterior¹⁶⁴.

Por este motivo, pensamos que as obras realizadas no século XVI não terão sido da responsabilidade do vedor da fazenda, mas sim impulsionadas pelo seu filho primogénito que, à semelhança de Nuno Vasques de Castelo Branco no seu Paço de Pirescouxe, veria a necessidade

162 Arquivo Histórico de Sintra, Arquivo dos marqueses de Belas, folhas 742 e 799.

163 Maria Odete Sequeira Martins, *Poder e Sociedade. A duquesa de Beja*, p. 65.

164 Maria Odete Sequeira Martins, *Poder e Sociedade. A duquesa de Beja*, p. 102.



Fig. 110 - Mirante (2012, fotografia da autora)

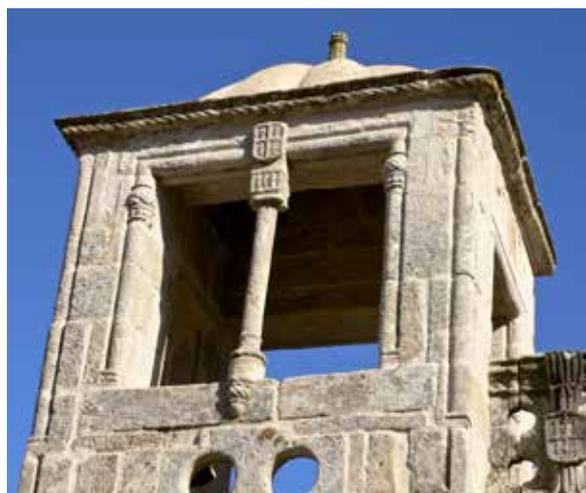


Fig. 111 - Brasão na janela do mirante (2012, fotografia da autora)

de assinalar a mudança de senhorio. Desta forma, à vontade de modernizar o paço, ao nível da estrutura e da gramática decorativa, acresceu o interesse de evidenciar a posse dos Atouguia Correia nas áreas de contacto com o exterior. No muro principal do paço, onde se encontrava a porta de acesso ao interior do mesmo, colocou-se, numa clara afirmação retórica, a pedra de armas da família em três locais: no mirante, na balaustrada que encima o muro e no canto esquerdo, onde uma bica, suportada por uma coluna, jorrava água para um dos tanques¹⁶⁵. Aliás, pela própria instalação do tanque, o senhor de Belas mostrava o seu poder trazendo à vila a água que era conduzida até junto do paço e brotava sob o escudo dos Atouguia Correia, um recurso já usado, por exemplo, por D. Afonso, conde de Ourém, no chafariz que mandou erguer na vila de Ourém.

Os outros escudos parecem datar igualmente das primeiras décadas do século XVI, incluídos na campanha de obras pela qual Pero Correia conferia ao edifício um cunho humanista, de abertura da casa ao exterior. Talvez não seja alheia a essa vontade de *aggiornamento*, ao novo conceito humanista de habitação, sem anular as campanhas de obras anteriores, a influência que Roma possa ter exercido em Pero Correia, embaixador de D. Manuel I na corte papal de Alexandre VI, junto da qual encetou negociações para a atribuição da bula *Ineffabilis et Summi* ao rei português, redigida em 1497, que salvaguardou os territórios conquistados por Portugal

165 A coluna dórica de fuste canelado que, no canto esquerdo do muro principal, segura uma bica de água encimada por um leão que apresenta o brasão da família (Figs. 108 e 109) parece-nos posterior. Será possivelmente fruto de uma campanha de obras realizadas já num período do reinado de D. João III, sensivelmente a partir da década de 30, em que se assume em pleno a tendência de construir “ao romano”, mediante a utilização de elementos e formulações classicistas. Maria de Lurdes Craveiro, *A Arquitectura “ao romano”*, “Arte Portuguesa da Pré-História ao século XX”, Porto, Fubu, 2009, Volume 9, p. 22.



Figs. 112 - Bancos afrontados do mirante (2012, fotografia da autora)



Figs. 113 - Orifício dos gonzos de portadas (2013, fotografia da autora)



Fig. 114 - Banco no interior do mirante (2012, fotografia da autora)

aos infiéis¹⁶⁶. Esta incumbência atribuída a Pero Correia, filho do vedor da fazenda de D. Manuel, revela o grau de confiança que o rei depositava neste fidalgo que, mais tarde, em 1516, se deslocou à corte do imperador Maximiliano para negociar os enlaces da infanta D. Isabel com o arquiduque de Áustria, Carlos e do infante D. João (futuro D. João III) com D. Leonor, irmã de Carlos¹⁶⁷. A confiança em Pero Correia será mantida por parte de D. João III, sendo um dos fidalgos do seu Conselho privativo¹⁶⁸. Foi igualmente vedor da fazenda da Rainha D. Catarina. Esta proximidade é confirmada por D. João III, pelo papel que lhe atribui aquando da chegada de D. Catarina ao território português: ao lado da nova rainha, cumpria-lhe apresentar os nomes e a condição de todos aqueles que vinham ao beija-mão real¹⁶⁹.

Sintoma das novas tendências de utilização de pontos de ligação entre o interior e o exterior dos paços destaca-se, no caso de Belas, o pequeno pavilhão de planta retangular (Fig. 110), encimando um dos cantos do muro que delimita o pátio e oferecendo, segundo o gosto

166 Françoise Soyer, *Persecution of the Jews and Muslims of Portugal: King Manuel and the End of Religious Tolerance (1496-7)*, "The medieval Mediterranean", Leiden, Koninklijke Brill NV, 2007, p. 277; Damião de Góis, *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, Lisboa, Francisco Correia impressor, 1566, parte 1, folha 12v.

167 Ana Isabel Buescu, *D. João III e D. Miguel da Silva, bispo de Viseu: novas razões para um ódio velho*, Lisboa, Departamento de História, FCSH-UNL, 2010, p. 157; Damião de Góis, *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, Lisboa, Francisco Correia impressor, 1566, parte 4, folhas 1 e 1v.

168 Ana Isabel Buescu, *D. João III: 1502-1557*, p. 241.

169 Ana Isabel Buescu, *D. João III: 1502-1557*, p. 184.

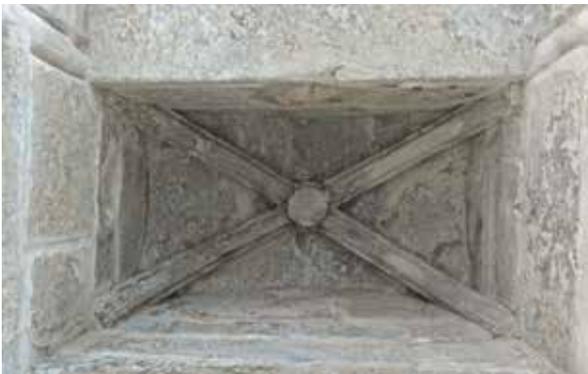


Fig. 115 - Abóbada do mirante (2012, fotografia da autora)



Fig. 116 - Cúpula gomada do mirante (2012, fotografia da autora)



Fig. 117 - Torre de Belém (fonte: IGESPAR)



Fig. 118 - Cúpula do Paço da Quinta da Bacalhoa (fonte: SIPA)



Fig. 119 - Quinta de N^a. S^a. da Piedade, Póvoa de Santa Iria (2007, Paula Noé e Paula Figueiredo; fonte: SIPA)



Fig. 120 - Janela da Sala do Capítulo, Convento de Cristo, Tomar (2013, Miguel Furtado)



Fig. 121 - Castelo de Evoramonte (fonte: IGESPAR)

da época, uma ligação ao exterior e uma vista privilegiada sobre o rossio da vila. O pavilhão é rasgado por duas janelas: a maior, virada para o terreiro, apresenta um mainel onde se destaca o brasão dos Atouguia Correia e dois colunelos de decoração vegetalista (Fig. 111), bem como bancos afrontados (Fig. 112). Restam ainda os vestígios dos gonzos das portadas que o pavilhão possuiria originalmente (Fig. 113). Já a janela mais pequena, virada a norte, apresenta apenas um banco (Fig. 114) e não possui a mesma decoração vegetalista. O pavilhão é coberto por uma abóbada de ogivas que arrancam de quatro mísulas de decoração vegetalista (Fig. 115). Exteriormente, o mirante é rematado por uma cúpula de gomos (Fig. 116), de acordo com um gosto mudéjar, e que nos parece muito semelhante às cúpulas das vigias cilíndricas da Torre de Belém (Fig. 117), obra de Francisco de Arruda, erguida entre 1514 e 1520. Existem outros exemplos de utilização de cúpulas gomadas, mais tardios, já das décadas de 30 ou 40 do século XVI, como as cúpulas do Paço da Quinta da Bacalhoa (Fig. 118) e a cúpula da Capela de São Jerónimo, na Quinta da Nossa Senhora da Piedade, na Póvoa de Santa Iria (Fig. 119).

Não podemos deixar de questionar se o responsável pela obra desta estrutura não terá tido ligações com os Arrudas, ou mesmo se não seria o próprio Francisco Arruda. Não encontramos documentação que fundamentasse esta hipótese, no entanto, sabemos que João Arruda, o qual Daniel Ricardo aponta como sendo provavelmente o pai de Diogo e Francisco de Arruda¹⁷⁰, foi encarregue por D. João II de se deslocar a Beja, em 1485, para avaliar umas casas que pretendia adquirir para ampliar o paço de sua sogra, a infanta D. Beatriz¹⁷¹. Segundo o roteiro

170 Daniel Ricardo, *Francisco de Arruda*, Lisboa, Escola Técnica Elementar, 1966, p. 10.

171 Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental do Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, vol. I, p. 65.

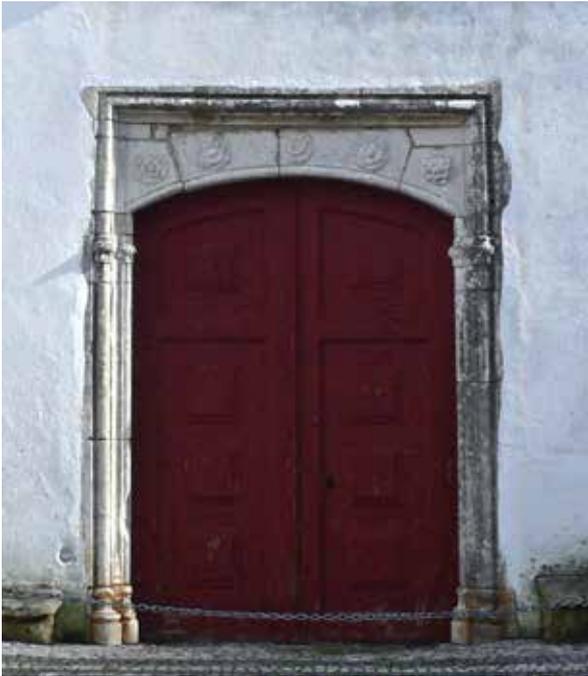


Fig. 122 - Porta de entrada no pátio de recebimento (2012, fotografia da autora)



Fig. 123 - Balastrada no muro principal do paço (2012, fotografia da autora)



Fig. 124 - Balastrada no interior do pátio (2012, fotografia da autora)

geográfico da obra de Francisco de Arruda, Daniel Ricardo coloca Francisco de Arruda a trabalhar nas obras dos paços reais de Sintra¹⁷², já sob encomenda de D. Manuel I. Tendo em conta que Pero Correia e a sua família tinham fortes ligações à casa ducal, nomeadamente a D. Beatriz e a D. Manuel, enquanto duque, é possível que tenham recorrido ao trabalho dos mestres de obras ou da família dos mestres de obras que trabalharam para a casa Viseu-Beja.

Encontramos a presença da corda em vários locais que foram alvo de obras neste período.

172 Daniel Ricardo, *Francisco de Arruda*, Lisboa, Escola Técnica Elementar, 1966, p. 24.



Fig. 125 - Brasão dos Correia (2012, fotografia da autora)



Fig. 126 - Figura zoomórfica (2012, fotografia da autora)



Fig. 127 - Motivos vegetalistas (2012, fotografia da autora)



Fig. 128 - Motivos vegetalistas (2012, fotografia da autora)



Fig. 129 - Figura humana (2012, fotografia da autora)



Fig. 130 - Motivos vegetalistas (2012, fotografia da autora)



Fig. 131 - Representação de índios no Mapa do Brasil, in Atlas Miller (1519; fonte: <http://commons.wikimedia.org>)



Fig. 132 - Sol gravado na balaustrada (2013, fotografia da autora)



Fig. 133 - Sol na capela da Quinta de Nª Sª da Piedade, Póvoa de Santa Iria (2004, Ana Rosa Freitas; fonte: SIPA)

do e que foram usadas com frequência pelos Arruda, nomeadamente no acompanhamento do passadiço que encima os muros do pátio central que, à semelhança do que acontece na fachada da Janela do Capítulo do Convento de Cristo (Fig. 120) e no Castelo de Evoramonte (Fig. 121), parece cintar toda a estrutura. Todavia, o trabalho de entalhamento das pedras do mirante é grosseiro quando comparado com o fino talhe dos trabalhos atribuídos a Francisco ou a Diogo de Arruda. Da mesma forma parece existir uma clara diferença no talhe do pavilhão e no trabalho delicado dos colunelos e flores da porta de entrada no pátio do Paço de Belas (Fig. 122), bem como nos vestígios dos contrafortes e da balaustrada da capela, dos quais falaremos mais adiante. As obras terão sido realizadas por fases, com diferenças cronológicas e por diferente mão de obra, pelo que, a colocar a hipótese de algum dos Arruda ter trabalhado em Belas, a can-



Fig. 134 - Balaustrada do Palácio de la Rambla (fonte: <http://www.palaciodelarambla.com>)



Fig. 135 - Balaustrada do Colégio da Mitra (2013, fotografia cedida pela doutora Luísa Trindade)

taria que ainda subsiste na capela estaria mais próxima da qualidade de trabalho que se conhece desta família do que o trabalho realizado no mirante. O que não invalida, no entanto, que esta pequena estrutura tenha sofrido uma certa influência do trabalho feito na Torre de Belém.

No muro virado ao rossio, o passadiço é decorado por uma dupla balaustrada perfurada por lóbulos de dois tamanhos que conferem ritmo à estrutura (Fig. 123). A secção virada ao exterior é a original, sendo a que está virada ao pátio (Fig. 124) já do século XX, após a queda da original provocada por um ato de vandalismo. Na balaustrada original, para além dos orifícios, vemos ainda elementos decorativos que verticalmente intercalam a platibanda. Numa leitura da esquerda para a direita, o primeiro, de cariz vegetalista, apresenta o brasão dos Atouguia (Fig. 125), que é repetido no segundo elemento vertical, mas desta vez sustido por uma figura zoomórfica: possivelmente um leão (Fig. 126). Os seguintes elementos são igualmente vegetalistas, de acentuado carácter exótico (Figs. 127 a 130), e o terceiro apresenta uma figura humana: possivelmente um índio sul-americano a julgar pelas penas que lhe enfeitam a cabeça (Fig. 129)¹⁷³, sendo uma figura de certa forma semelhante a uma representação dos indígenas presentes no mapa do Brasil, *Atlas Miller*, de 1519 (Fig. 131). Encontramos ainda gravada na pedra a representação do sol, aproveitando o vazio de um dos círculos maiores da balaustrada (Fig. 132), sendo o único que se visualiza na estrutura. A presença do sol está também patente na decoração da porta manuelina da Capela de Nossa Senhora da Piedade, na Quinta de Nossa Senhora da Piedade, na Póvoa de Santa Iria, com a diferença de que aqui o sol está em baixo-relevo e possui um rosto (Fig. 133).

¹⁷³ As primeiras décadas do século XVI foram os anos de descoberta do exotismo das populações índias do Brasil.



Fig. 136 - Reconstituição do passadiço de ligação entre o Convento da Conceição e o Paço dos Infantes em Beja (fonte: <http://www.museuregionaldebeja.net>)



Fig. 137 - Brasão dos Correia na balastrada na parede sul do pátio (2012, fotografia da autora)



Fig. 138 - Janela quincentista no muro principal (2012, fotografia da autora)



Fig. 139 - Porta no muro norte do pátio de recebimento (2012, fotografia da autora)



Fig. 140 - Porta no muro norte do pátio de recebimento (2012, fotografia da autora)



Fig. 141 - A *loggia* com o acréscimo dos dois alpendres



Fig. 142 - Alpendre de entrada do paço (2012, fotografia da autora)



Fig. 143 - Colunelo da aresta do alpendre de entrada do paço (2013, fotografia da autora)



Fig. 144 - Abóbada do alpendre (2012, fotografia da autora)



Fig. 145 - Mísulas da abóbada do alpendre de entrada do paço (2012, fotografia da autora)



Fig. 146 - Vão de porta (2012, fotografia da autora)



Fig. 147 - Vão de porta (2012, fotografia da autora)



Fig. 148 - Vãos de portas no alpendre (2012, fotografia da autora)

O efeito produzido pelos lóbulos encontra semelhanças com a balaustrada do piso superior do pátio interior do Palácio de la Rambla (Fig. 134), em Úbeda (Espanha), construído no século XVI. No território nacional, temos presente o caso do edifício do Colégio da Mitra, na Herdade da Mitra, Évora, que apresenta igualmente uma platibanda lobulada com uma cimalha decorada com bolas (Fig. 135), remetendo para a formalidade da balaustrada de Belas. A reconstituição do passadiço do Paço dos Infantes em Beja (Fig. 136), que se encontra no Museu Regional de Beja, volta a colocar-nos perante uma superfície perfurada por formas circulares, evidenciando o caráter mudéjar desta estrutura que fazia a ligação da residência ao Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição.



Fig. 149 - Alpendre sul da fachada poente (2012, fotografia da autora)



Fig. 151 - Planta do piso térreo com a antecâmara assinalada



Fig. 150 - Porta emparedada de ligação da galeria à Sala Abobadada (2012, fotografia da autora)



Fig. 152 - Porta emparedada no gabinete sul do piso térreo, vista do interior (2012, fotografia da autora)



Fig. 153 - A mesma porta, vista do exterior (2012, fotografia da autora)

A pedra de armas dos Atouguia Correia volta a estar presente na balastrada interior da secção sul do passadiço (Fig. 137), reforçando o assinalar da propriedade e da obra elaborada por esta família, embora certas fotografias mais antigas nos transmitam a ideia de que a balastrada já sofreu algumas alterações nesta secção. Para além das reformulações no exterior do paço, o pátio central terá sido alvo de novas obras que o dotaram da sua atual configuração, como refere José Custódio Vieira da Silva¹⁷⁴. Será deste período a porta de entrada – ampla, de arco abatido encimado por cinco motivos florais finamente talhados, enquadrada por um

174 José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, p. 126.



Fig. 154 - Planta do piso térreo com os gabinetes assinalados

alfiz e dois esbeltos colunelos com capitéis em forma de turbante (fig. 122). Foi também aberta uma janela à direita da porta de entrada (Fig. 138), que atualmente se encontra emparedada mas que à época conferia ao pátio uma nova abertura ao exterior. No muro norte deste pátio encontramos duas portas de arco abatido chanfrado (Figs. 139 e 140) destinadas a dar acesso a outras áreas do paço, nomeadamente ao jardim a norte do edifício. Foram ainda acrescentados dois alpendres à loggia, que mimetizam a formalização dos arcos joaninos e que conferem uma organização em U (Fig. 141) e uma maior profundidade à arcaria térrea. À esquerda da loggia (Fig. 142), o alpendre de entrada, que oferecia o apoio ao varandim de acesso ao piso superior, como iremos explicar, apresenta na sua aresta exterior o mesmo colunelo talhado (Fig. 143) que apresentam as arestas do mirante, pelo que nos parece tratar-se de obras simultâneas, bem como uma abóbada nervurada de fino talhe (Fig. 144) apoiada em quatro mísulas com diferentes motivos decorativos (Fig. 145). Em três destas mísulas encontramos elementos decorativos, no arranque dos arcos, semelhantes ao encontrado numa das portas de arco abatido que foram abertas para dar novos acessos à sala grande do paço (Figs. 146 e 147). Na parede norte deste alpendre foram descobertos dois vãos de portas emparedadas (Fig. 148), das quais a maior nos parece ser anterior à abóbada, por esta se sobrepor à mesma. No extremo oposto foi construído o segundo alpendre que avança sobre o pátio (Fig. 149). Considerado por Rui Rodrigues para abrigo de carruagens¹⁷⁵, pensamos contudo que possa ter sido erguido para dar abrigo ao acesso à sala abobada a sul do paço, possivelmente erguida na mesma ocasião, que se fazia por três portas, pelo que podemos observar na planta do piso térreo elaborada pela DGEMN nos anos 40 (Anexo 3.1.2), das quais resta apenas o vão de uma delas (Fig. 150) – atualmente emparedada.

¹⁷⁵ Rui Rodrigues, *Las Quintas como sistema de estructuración...*, p. 100.



Fig. 155 - Pavimento do alpendre de entrada para o piso superior (2012, fotografia da autora)



Fig. 157 - Porta de entrada no piso superior (2012, fotografia da autora)



Fig. 156 - Pavimento de uma sala da Torre de Belém (fonte: IGESPAR)



Fig. 158 - Inscrição no arco de entrada no piso superior (2012, fotografia da autora)



Fig. 159 - Janelas do piso superior da fachada poente (2013, fotografia da autora)

A sul do paço, a arcaria quatrocentista terá sido emparedada nesta altura, tendo-se criado uma pequena sala contígua à sala grande (Fig. 151). A presença de uma porta de arco abatido com bandeira que abre para o exterior do edifício (Figs. 152 e 153) revela que naquela área, a sul do paço, terá existido pelo menos uma outra estrutura da qual não restam outros vestígios. Esta porta fazia ligação com um pequeno gabinete abobadado, que possui um semelhante do lado oposto da fachada nascente (Fig. 154). Esta fachada foi a que mais sofreu com o Terramoto de 1755, pelo que os gabinetes poderão ter sido alvo de remodelações posteriores. Aliás, à exceção da abóbada do alpendre de entrada, todas as nervuras das abóbadas presentes no interior do paço são em tijolo¹⁷⁶, pelo que colocamos a hipótese de se ter procedido à reconstrução das abóbadas em período posterior, cuja data concreta não nos é possível apurar, aproveitando, todavia, as mísulas originais.

Como já referimos, o alpendre de entrada oferecia um varandim que permitia o acesso ao piso superior e que, ao contrário do que hoje existe, seria um espaço aberto, possivelmente munido de um murete. As lajes deste piso (Fig. 155) apresentam notáveis semelhanças com o piso de algumas salas da Torre de Belém (Fig. 156), o que parece reforçar a nossa datação destas obras nas primeiras décadas do século XVI. A entrada para o interior do primeiro piso fazia-se por uma ampla porta de arco abatido (Figs. 157 e 158)¹⁷⁷, que apresenta a seguinte inscrição: *NEC MINOR EST VIRTUS QUAM QUERERE PARTA TUERI*. Esta é uma frase do poeta Publius

176 Nervuras cujos tijolos foram entretanto rebocados para consolidar a sua estabilidade.

177 Entretanto foi fechada e colocada no mesmo eixo uma porta ligeiramente mais pequena e de entablamento retangular.



Fig. 160 - Planta do piso térreo com os gabinetes assinalados



Fig. 161 - Planta do piso térreo com os gabinetes assinalados



Fig. 162 - Vão de porta na ala norte (2012, fotografia da autora)



Fig. 163 - Porta emparedada no torreão das escadas (2012, fotografia da autora)



Fig. 164 - A mesma porta, vista pelo interior (2012, fotografia da autora)

Ovidius Naso (43 a. C. – 18 d. C.)¹⁷⁸ e, em tradução livre, quererá dizer algo como: Não é menor o mérito de manter o que se tem do que ganhá-lo. Parece-nos clara a alusão à forma como o paço chegou à posse da família Atouguia Correia, por doação e não por aquisição. A forma deste arco e a inscrição clássica que apresenta levam-nos a supor que esta porta se enquadra numa segunda fase de obras do século XVI, tal como a coluna dórica de fuste canelado a que já fizemos referência¹⁷⁹.

A organização dos interiores do primeiro piso foi bastante alterada no século passado: em primeiro lugar pelo projeto de Raul Lino e, posteriormente, pelo projeto que nos anos 90 tentou restituir a organização anterior aos anos 40. Todavia, o atual estado de obra em progresso que decorre nos pisos superiores não nos permite analisar ou sequer visitar estas áreas¹⁸⁰, pelo que nos baseámos, em grande parte, nas plantas e alçados anteriores às obras realizadas por Raul Lino. Identificamos, no entanto, o conjunto de janelas neste piso da fachada principal (Fig. 159) que encimam os arcos joaninos e que iluminavam o interior de uma extensa galeria fechada com as mesmas dimensões da galeria do piso térreo, e que era a área distribuidora dos restantes espaços. É provável que as salas deste piso respeitassem a estrutura do piso térreo, apresentando uma sucessão de divisões contíguas, à semelhança da organização explicada por D. Duarte no *Leal Conselheiro*¹⁸¹, embora atualmente não tenhamos vestígios que nos permitam traçar com exatidão a organização e utilização dos espaços. Pelo menos, a torre medieval sofreu profundas alterações internas, desde logo a alteração da altura dos pisos superiores da mesma. Efetivamente, a subida da cota do pavimento acabou por atingir o nível dos bancos afrontados de uma das janelas (Fig. 160).

No segundo piso da torre medieval, as obras realizadas nos anos 90 permitiram descobrir os vãos originais de duas janelas (Fig. 161) junto ao canto nordeste da estrutura, com ombreiras semelhantes às quatro janelas do primeiro piso da fachada poente, embora, neste caso, sejam enquadradas por alfiz e os seus lintéis sejam substituídos por arcos lobulados, revelando aqui novamente um gosto mudéjar, característico da gramática manuelina. Estas janelas possuíam bancos afrontados e seriam destinadas ao usufruto da paisagem que, do alto da torre, se abarcava para norte e para poente do paço.

Ainda na torre medieval observa-se parte do vão de uma porta que abria o piso térreo

178 Publius Ovidius Naso (Ovídeo), *Livro II, Ars Amatoria* – fonte: www.thelatinlibrary.com

179 Veja-se nota 162.

180 Tivemos a oportunidade de visitar os pisos superiores, graças à amabilidade do arquiteto João Rito, que nos acompanhou. No entanto, são pisos que ainda não oferecem condições de visita e fruição como o piso térreo.

181 D. Duarte, *Leal Conselheiro*, “Pensamento Português”, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, p. 294.



Fig. 165 - Porta no exterior do paço (2012, fotografia da autora)



Fig. 167 - Porta no 1º piso da fachada poente (2012, fotografia da autora)

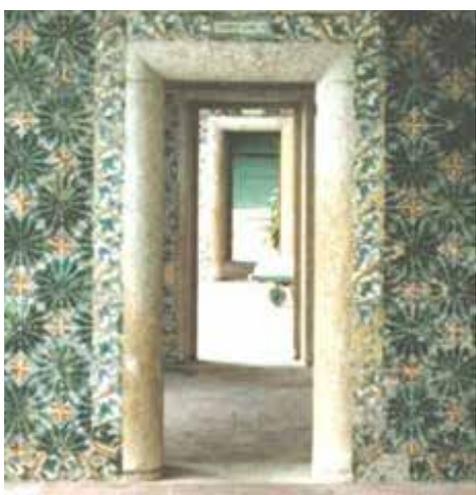


Fig. 166 - Porta do Palácio da Quinta da Bacalhoa (fonte: SIPA)



Fig. 168 - Detalhe da mesma porta (2012, fotografia da autora)



Fig. 169 - Cimalha da torre norte (2012, fotografia da autora)



Fig. 171 - Friso da torre da Sala dos Brasões, Paço da Vila de Sintra (2013, fotografia da autora)



Fig. 170 - Cimalha da torre sul (2012, fotografia da autora)



Fig. 172 - Cimalha da Igreja do Convento de Cristo, Tomar (2013, fotografia da autora)

para norte do paço (Fig. 162). As características que apresenta a ombreira e parte do lintel parecem enquadrar-se num tipo de talhe quinhentista, com um colunelo em baixo-relevo que percorreria todo o vão. Teria sido, pensamos, uma primeira abertura a um jardim que já se situaria a norte do paço, oferecendo uma pronta ligação entre o interior e o exterior da habitação e indicando a importância desse espaço exterior a ponto de haver necessidade dessa ligação direta. Este espaço exterior corresponde ao jardim mais antigo, que foi datado por alguns autores como sendo dos primórdios do paço¹⁸², todavia, a avaliar pelo que nos foi possível observar¹⁸³, os elementos deste jardim são já fruto de reformas da centúria seguinte, com a exceção de três aberturas no muro exterior virado a norte: uma porta, de ombreiras e arco chanfrado (semelhante a vãos que se encontram no pátio de recebimento), e duas janelas de vãos arredondados

182 Cristina Castel-Branco (dir.), *Jardins com História: Poesia atrás dos muros*, Lisboa, Edições Inapa, 2002, p. 134.

183 À data do nosso período de investigação todo o jardim norte estava ocupado por uma grande tenda, o que não permitiu observar convenientemente esta área.



Fig. 173 - Muro e passadiço de ligação do paço à capela (2012, fotografia da autora)



Fig. 175 - Detalhe do contraforte da capela (2013, fotografia da autora)



Fig. 174 - Detalhe da balaustrada da capela (2013, fotografia da autora)

semelhantes à porta emparedada junto às escadas de acesso ao primeiro piso do paço.

Outros vãos de portas e janelas foram descobertos durante as obras de reabilitação do edifício, estando alguns atualmente emparedados, o que revela que o paço foi constantemente alvo de obras de remodelação durante o século XVI e seguintes, criando por vezes mais dúvidas do que respostas. Na escada de acesso ao primeiro piso foi descoberto o vão de uma grande porta de ombreiras e lintel arredondado (Figs. 163 e 164), semelhante à que se encontra no exterior e que atualmente dá acesso a áreas de serviço do paço (Fig. 165), sendo ambas semelhantes, na sua configuração, aos vãos do Paço da Quinta da Bacalhoa (Fig. 166), que datará de meados do século XVI. Uma vez que a localização desta grande porta, parcialmente cortada pelas escadas interiores, não se encaixa na atual configuração do edifício, podemos supor que esta área foi alvo de remodelações após os meados do século XVI, mas cuja data exacta não pudemos determinar. Outra área do paço que foi alvo de profundas alterações, as quais podemos traçar com relativa segurança, corresponde ao terraço que encima o alpendre a sudeste do pátio de recebimen-



Fig. 176 - Decoração boleada de uma lareira da Torre de Belém (fonte: IGESPAR)



Fig. 178 - Porta do Paço da Sempre Noiva (fonte: SIPA)



Fig. 177 - Decoração do contraforte da Sala do Capítulo do Convento de Cristo (2013, fotografia da autora)



Fig. 179 - Arcaria da Galeria das Damas, Évora (fonte: SIPA)

to. Aqui encontramos uma porta (Figs. 167 e 168), possivelmente transportada de outro local da habitação para ali durante uma das muitas remodelações que o paço sofreu desde o século XVI¹⁸⁴, parecendo ser o resultado do reaproveitamento de elementos de diferentes vãos. De facto, as ombreiras parecem-nos ser originais, pelo menos a julgar pelos capitéis dos colunelos em formato de turbante; no entanto o lintel não tem uma ligação formal com os restantes elementos, o que confere a esta abertura um carácter adulterado.

Curiosas são as cimalthas das torres norte e sul deste edifício (Figs. 169 e 170) com uma decoração denticulada, com algumas semelhanças com as decorações que são visíveis no friso que rodeia a torre que recebeu a Sala dos Brasões, em Sintra (Fig. 171), ou na cimaltha da Igreja do Convento de Cristo (Fig. 172), a primeira erguida e a segunda remodelada no âmbito de campanhas de obras promovidas por D. Manuel I.

A partir da fachada nascente da torre medieval encontramos um segundo passadiço (Fig. 173), que fazia a ligação da casa à capela privada do paço e que encima o muro onde já

184 Segundo a opinião do arquiteto João Rito.



Fig. 180 - Porta da capela (2013, fotografia da autora)



Fig. 181 - Vestígios do pavimentos da capela (2012, fotografia da autora)



Fig. 182 - Vestígios do pavimentos da capela (2012, fotografia da autora)

háviamos identificado uma das portas de arco quebrado quatrocentista. Este local de oração, cuja construção foi, como já vimos, atribuída por muitos dos autores consultados a D. Beatriz, apresenta semelhanças com os elementos decorativos do muro principal do paço, sendo datado por José Custódio Vieira da Silva como uma construção do século XVI¹⁸⁵. Na balaustrada que coroava a capela, mais degradada do que a da entrada do paço, ainda permanece um troço da decoração lobulada, com a particularidade de os orifícios menores serem losangos e não círculos (Fig. 174). Era uma estrutura coberta por uma abóbada que ruiu nos anos 30 do século XX e da qual dá notícia Domingos Caldas Barboza no final do século XVIII¹⁸⁶, sustida por contra-

185 José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, p. 32.

186 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 33.

fortes e suportando um terraço a partir do qual se ganhava um outro espaço de lazer e abertura da casa ao exterior sobre os jardins e horto da quinta, *para descobrir em roda muito da Quinta, e vêr muito a seu gosto todo o Jardim antigo da Casa que lhe está visinho*¹⁸⁷. Esta utilização de patamares e varandas, criando a interpenetração da casa com o jardim é sinónimo da evolução ao encontro da tradição mediterrânica islâmica¹⁸⁸, em que o jardim é uma área muito importante da configuração da habitação. Capela e passadiço são abraçados por um colarete decorado com bolas (Fig. 175), semelhantes às que encontramos em outros edifícios quinhentistas, como, por exemplo, na Torre de Belém (Fig. 176), na fachada da Janela da Sala do Capítulo do Convento de Cristo (Fig. 177), no Paço da Sempre Noiva (Fig. 178) ou na Galeria das Damas (Fig. 179). Num dos contrafortes é também visível o talhe de uma possível cimalha de correntes (Fig. 175), outro elemento comum nas decorações da cantaria quinhentista e usado, por exemplo, pelos Arruda. É ainda de salientar a porta de entrada na capela (Fig. 180), apresentando um arco conopial, ou os vestígios de azulejos (Figs. 181 e 182) que ainda restam no que era o interior do pequeno templo¹⁸⁹. Mantemos dúvidas quanto à originalidade de algumas mísulas, embora nos falte quer informação, quer conhecimentos mais profundos para analisar o trabalho de talhe das mesmas. No muro norte da capela foi construído um corredor e dependências, como a sacristia, que permitiam o acesso coberto do paço, pelo gabinete norte, à capela. Destas estruturas, que foram entretanto demolidas, ficaram as marcas da cobertura no muro.

A partir de 1575, uma complicada ação judicial colocou em escrutínio o direito à detenção do título do senhorio de Belas: Francisco Correia de Menezes, bisneto de Rodrigo Afonso de Atougua, entendia que o instituidor do morgado havia imposto a sucessão do senhorio apenas a varões (sendo que a sucessão feminina só era aceitável caso não restassem filhos varões na família) e, dessa forma, ele era o legítimo herdeiro de seu primo, Manuel Correia, que havia legado todos os seus bens à sua única filha, D. Ana Silva (Anexo 1.4)¹⁹⁰. A sentença foi favorável a Francisco Correia de Menezes, e o senhorio de Belas manteve-se na sua linhagem até meados do século XVII, não obstante os recursos judiciais interpostos até meados do século XVII¹⁹¹.

187 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 33.

188 Helder Carita e Homem Cardoso, *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal*, p. 39.

189 No documento do SIPA, TXT.00560876, encontramos uma referência aos azulejos hispano-árabes do século XVI, que forravam os silhares da Capela de Nossa Senhora da Misericórdia.

190 Arquivo Histórico de Sintra, Arquivo dos marqueses de Belas, folhas 735, 799v, 800, 800v e 801.

191 Conforme pudemos constatar pelos documentos do Arquivo dos marqueses de Belas, no Arquivo Histórico de Sintra.

2.1.5. Primeira metade do século XVII: Um momento de glória para o Paço dos Correia

Antes do findar da varonia dos Correia no morgado de Belas, esta vila foi agraciada com um momento de enorme festividade e honra. A 17 de setembro de 1619 – sendo senhor de Belas o filho varão de Francisco Correia de Menezes –, a quinta recebe a visita real de D. Filipe III de Espanha, Filipe II de Portugal, e da sua numerosa comitiva, quando estes se dirigiam de Lisboa a Sintra, com o intuito de o monarca observar a fonte da água que se pretendia conduzir a Lisboa, segundo relata João Baptista Lavanha: *De alli foi à Bellas Villa de Antonio Correa da Silva, onde tem hua boa casa & jardins: nella comeo sua Majestade & Altezas & passarão a dormir à Sintra*¹⁹². A comitiva real havia feito o percurso de Lisboa a Sintra, como indica o mapa do itinerário da visita de D. Filipe II a Portugal apresentado por Fernanda Olival¹⁹³, e, segundo Manuel Severim de Faria, foi oferecido ao monarca um esplêndido banquete em Belas¹⁹⁴. Imaginamos que terá sido um momento alto para os senhores de Belas, aquele em que receberam na sua vila o rei que nunca havia estado em Portugal. Segundo Júlio Castilho, a visita do segundo rei filipino provocou uma *desusada e extraordinária festa*, celebrando-se esplendorosamente em Lisboa e arredores¹⁹⁵. A entrega da Coroa Portuguesa a Filipe I havia resultado num afastamento da figura régia do território nacional, sendo o poder focalizado em vice-reis e governadores – embora a administração se mantivesse nas mãos de portugueses. Uma autonomia garantida pela assinatura, em 1581, de um compromisso do novo monarca que reunia sob o seu poder as coroas da Península Ibérica¹⁹⁶. A partir de 1600, as consequências de uma corte e rei distantes, aliadas ao incumprimento de D. Filipe II em relação aos acordos que garantiam a autonomia lusa, assinados por seu pai, criavam mal-estar e descontentamento junto dos nobres portugueses. De forma a apaziguar os ânimos, D. Filipe II resolve finalmente empreender uma viagem de alguns meses a Portugal, a única que este monarca fez ao Reino Português¹⁹⁷.

Este momento, embora de grande importância na história da administração do morgado de Belas pelos Correia, foi o findar de mais de uma centúria desta linhagem senhorial. O filho de António Correia da Silva, de seu nome Francisco Correia, deixou como herdeira a filha Maria

192 João Baptista Lavanha, *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II N. S. do Reyno de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez*, Madrid, Thomas Unuti, 1621, folha 73.

193 Fernanda Olival, *D. Filipe II: de cognome «o Pio»*, “Reis de Portugal”, 1.ª Edição, Lisboa, Temas e Debates, 2008, p. 299.

194 Citado por Ana Paula Megiani, «Entre comidas públicas e merendas íntimas: alimentação, cerimonial e etiqueta de mesa no tempo dos Filipes», In Ana Isabel Buescu e David Felismino (coord.), *A Mesa dos Reis em Portugal*, 1.ª Edição, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 223.

195 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1884-1885, Vol. III, p. 383.

196 A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, 4.ª Edição, Lisboa, Palas Editores, 1974, vol. 1, pp. 426.

197 A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. 1, pp. 428-430.

da Silva, possivelmente a única herdeira da linhagem, visto que a instituição do morgado previa que o senhorio passaria de varão para varão e apenas para uma mulher caso não existisse um varão vivo¹⁹⁸. Esta senhora, no entanto, e apesar dos seus dois matrimónios, morreu sem descendência, pelo que o senhorio de Belas, com o seu paço, ficou entregue à varonia dos Castelo Branco, graças aos laços matrimoniais que se haviam estabelecido entre filhos de ambas as casas de há três gerações até então.

2.2 As obras promovidas pela família Castelo Branco — 2.ª metade do século XVII

Importa clarificar um aspeto respeitante ao proprietário da Quinta de Belas aquando da visita de D. Filipe II àquela vila, no âmbito da viagem que fez a Portugal em 1619. Anne de Stoop afirma que o monarca *é recebido com magnificiência pelo conde D. António*, que mais tarde será partidário da Rainha D. Luísa de Gusmão¹⁹⁹. A informação presente na ficha do SIPA refere que o monarca é recebido na quinta por D. António de Castelo Branco da Cunha e por D. Maria da Silva, proprietários da mesma²⁰⁰. Ora, estas duas informações carecem, a nosso ver, de veracidade à luz das informações que referimos algumas linhas atrás ou, pelo menos, denotam alguma confusão nos nomes. Como já referimos anteriormente, João Baptista Lavanha escreveu, em 1621, que o proprietário da quinta, aquando da visita real, era António Correia da Silva, portanto, o senhorio ainda estava na posse dos Correia. Sabemos ainda, graças aos documentos presentes no Arquivo dos Marqueses de Belas que tivemos oportunidade de consultar no Arquivo Histórico de Sintra, que os processos apresentados em tribunal para determinar os direitos de sucessão do senhorio de Belas se prolongaram, pelo menos, até meados do século XVII, permanecendo a quinta na posse dos Correia. Por último, quando Stoop refere o *conde D. António* parece-nos que estamos perante um lapso: António Correia da Silva não possuía um título nobiliário; se a autora se refere a D. António de Castelo Branco, casado com D. Maria da Silva, senhor de Pombeiro e de Castelo Branco o Novo, este também não foi conde, título apenas atribuído a seu filho, D. Pedro de Castelo Branco.

Consideramos, portanto, que apenas na segunda metade do século XVII passaram os senhores de Pombeiro a administrar também o morgado de Belas, uma vez que por morte de D. Maria da Silva (neta de António Correia da Silva) ficou como seu herdeiro D. António de Cas-

198 Arquivo Histórico de Sintra, Arquivo dos marqueses de Belas, doc. 791.

199 Anne de Stoop, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, p. 213.

200 Paula Noé (1990) e Teresa Vale e Carlos Gomes (1995), *Paço Real de Belas*, SIPA (<http://www.monumentos.pt>).



Fig. 183 - Brasão dos Castelo Branco (2012, fotografia da autora)



Fig. 184 - Caleira (2012, fotografia da autora)



Fig. 185 - Paineis no muro principal do paço (2012, fotografia da autora)

telo Branco, segundo conde de Pombeiro (Anexo 1.4)²⁰¹. Neste período, já os senhores de Pombeiro e de Castelo Branco o Novo tinham completado um novo ciclo de elevação da importância desta casa, graças ao apoio à causa da Restauração e a D. João IV. O anterior morgado de Castelo Branco, D. Pedro de Castelo Branco, filho de D. António de Castelo Branco e de D. Maria da Silva (irmã de António Correia da Silva), foi capitão da guarda do Rei D. João IV, do príncipe D.

²⁰¹ Padre António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa E Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1708, p. 52.

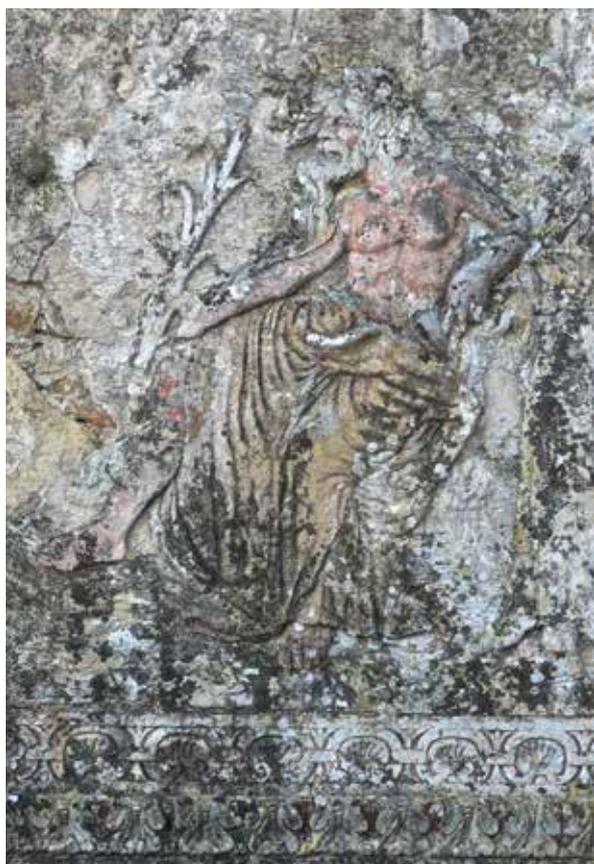


Fig. 186 - Tmolos (2012, fotografia da autora)



187. Midas e Mársias (2012, fotografia da autora)

Teodósio e, mais tarde, de D. Afonso VI. Foi ainda agraciado por D. João IV, em carta datada de 25 de setembro de 1649, com o título de visconde de Castelo Branco, pelo seu casamento com D. Luísa Ponce de Leon, dama da Rainha D. Luísa de Gusmão e depois camareira da rainha viúva da Grã-Bretanha, D. Catarina de Bragança²⁰². Posteriormente, D. Afonso VI concede-lhe o título de conde de Pombeiro, por carta passada a 6 de abril de 1668²⁰³. Pelo que podemos afirmar que este ramo familiar, já considerado um dos grandes de reino²⁰⁴, foi ainda mais elevado pela dinastia de Bragança, e que sua posse do Paço de Belas permitiu o início de um novo e importante período para a caracterização da antiga residência e da quinta.

202 D. António Caetano de Sousa, *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, pp. 303 e 305.

203 Cristovão Alão de Morais, *Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal)*, Porto, Livraria Fernando Machado, 1943, Volume II, Tomo 1, p. 484; D. António Caetano de Sousa, *Memórias Históricas e Genealógicas...*, p. 303.

204 O brasão desta família é um dos que figura na Sala dos Brasões do Paço da Vila de Sintra.



Fig. 188 - Sátiros (2012, fotografia da autora)



189. Musas (2012, fotografia da autora)



Fig. 190 - Musas (2012, fotografia da autora)

2.2.1. A mensagem para o exterior

À semelhança da estratégia de propaganda familiar que julgamos ter sido encetada por Pero Correia no início do século XVI, quando tomou posse do morgadio instituído por seu pai, também o primeiro senhor de Belas, sob varonia dos Castelo Branco, procurou assinalar a presença dos novos morgados. Por esta razão, terá sido D. António de Castelo Branco quem encomendou a colocação da pedra de armas dos Castelo Branco à direita da porta de entrada do pátio do paço (Fig. 183), encimando uma das janelas do muro, provavelmente na década de 70 ou 80 do século XVII. Deste relevo, já um tanto ou quanto mutilado, ainda conseguimos perceber duas figuras e o brasão da família Castelo Branco, mas muitos dos seus detalhes já se perderam. Felizmente, as sempre preciosas descrições do padre Domingos Caldas Barboza permitem-nos ter uma ideia visual deste relevo: *he admiravel a graça com que são contornados aquelles dous Corpos dos Genios; e a energia com que arregação as pontas da Cortina, que pende da boca do Leaõ do Timbre*²⁰⁵. Imediatamente abaixo da pedra de armas, uma bica lançava água sobre o tanque que se encontra à direita da entrada do paço, criando em conjunto com o tanque da esquerda uma simetria de quedas de água sobre os dois volumes que ladeiam a entrada no espaço privado dos senhores de Belas. Podemos ainda ver a caleira (Fig. 184) que foi colocada pelo lado de dentro do muro que tinha como finalidade transportar a água até à bica e depois ao exterior, caindo sobre o tanque.

Imediatamente ao lado deste relevo deparamo-nos com um outro de muito maiores dimensões (Fig. 185), igualmente muito destruído pela ação do tempo mas que se adivinha ter sido magnífico, a julgar, quer pelos elementos que ainda conseguimos identificar, quer mais uma vez pela descrição de Domingos Caldas Barboza. A cena, virada para o rossio da vila, prende-se com uma das lendas gregas relacionadas com o Rei Midas – o castigo de Midas – episódio em que Apolo e Pã (ou Mársias) fizeram um concurso para determinar qual dos dois tocava melhor, sendo juízes o rei da Frígia, as musas, Tmolo e Atenas. Acontece que Midas, agastado com os resultados do seu desejo de ouro, havia-se tornado um fervoroso seguidor de Pã, pelo que fez pender a vitória para o lado deste. A cena que está representada aqui é o momento em que Apolo castiga Midas pela sua falta de ouvido, transformando as orelhas reais em orelhas de burro²⁰⁶.

No painel de Belas, conforme a informação dada pelo padre Domingos Caldas Barboza²⁰⁷, a composição da cena do Castigo de Midas organiza-se da seguinte forma. Na secção

205 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 10.

206 George Hacquard, *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, 1.ª Edição, Porto, Edições Asa, 1996, pp. 207-208.

207 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, pp. 10-12.



Fig. 193 - Detalhe da moldura com frutas (2012, fotografia da autora)



Fig. 194 - Medalhões da Quinta da Bacalhoa (2002, Luís Boléo; fonte: <http://www.panoramio.com>)



Fig. 195 - Medalhões no Palácio dos Marqueses de Fronteira (fonte: SIPA)

da direita do painel ainda é visível uma figura, praticamente inteira, masculina e barbada que, estando sentada olha para o centro do retângulo (Fig. 186); Barboza apelida-o de Zeus, mas a lenda não refere o pai dos deuses, pelo que esta figura barbada e com folhas no cabelo será Tmolo, o deus da montanha – o único que não é referido na descrição do escritor. À esquerda de Tmolo encontram-se Midas – do qual apenas resta o panejamento do seu traje (Fig. 187) –, já com umas orelhas que *já se mostram tão crescidas, que sobem muito assim das abas do seu barrete* – e o sátiro Mársias – do qual resta muito pouco –, que *traz na mão o rouco instrumento do seu triunfo injusto*; observam-se ainda outros sátiros trepando um corpulento sobreiro – tal como ainda se pode ver, no canto superior direito, parte da árvore e dois destes seres (Fig. 188). A secção central do painel desapareceu completamente, mas sabemos que à direita de Zeus estava Apolo segurando a sua lira. Das musas que presenciavam a cena ainda são visíveis os panejamentos nas secções esquerda (Fig. 189) e central inferior do painel (Fig. 190) – sobrevivendo igualmente a nuca de uma delas. Domingos Barboza conta que observando a cena estava ainda a deusa Atena, com a sua armadura, acompanhada do mocho que os *Crédulos athenienses*

lhe consagrarão, como Ave que vigia esperta nas horas nocturnas. Estas figuras, que estariam na secção central do dito painel, desapareceram por completo.

Quer Anne de Stoop, quer Rui Rodrigues, no artigo escrito com João Casa e Rui Oliveira, balizam a elaboração deste relevo na segunda metade ou mesmo no final do século XVII, sendo portanto uma encomenda dos Castelo Branco²⁰⁸. Uma encomenda cujo desenho foi copiado de uma gravura de Hendrick Goltzius (1558-1617), intitulada *O Julgamento do Rei Midas* (1590) (Fig. 191). Recorrendo à fonte podemos observar, de uma forma mais completa, a cena retratada e preencher os vazios do painel de Belas, determinando quem eram as musas presentes e onde se situavam as personagens em falta (Fig. 192). Hendrick Goltzius foi um dos gravadores mais importantes e aclamados do seu tempo, tendo entre os seus patronos monarcas europeus, como Rodolfo II, imperador sacro-romano²⁰⁹. As suas gravuras, à semelhança de outras impressões, circularam com frequência pela Europa, em formato individual ou incluídas em publicações temáticas, não nos sendo possível precisar, no caso do *Julgamento de Midas*, de que forma o encomendante ou o executor chegaram ao conhecimento desta estampa de Goltzius.

Emoldurando a composição, regista-se uma faixa de elementos decorativos, dos quais ainda sobreviveram alguns troços comprovando a delicadeza da sua modelação (Fig. 193). É a típica cadeia de ovados tão comum, por exemplo, em peças de ourivesaria seiscentista. De ambos os lados da moldura, duas faixas de frutas e folhagem variada pendem de cabeças de dois leões, terminando na forma de dois *Delfins, que pousando sobre o Lago, parecem querer entrar nelle*²¹⁰. Este emolduramento de frutas traz à memória os medalhões de Andrea della Robbia (1435-1525), pela sua modelação, principalmente se tivermos em conta que todo o painel teria cor, visto que ainda subsistem vestígios de pigmentos. Este uso de folhagem e de frutas organizadas em molduras de bustos ou de cenas está presente em outros jardins de quintas de recreio, como, por exemplo, na Quinta da Bacalhoa (Fig. 194) e no Palácio dos Marqueses de Fronteira (Fig. 195). Completando a moldura, e seguramente contextualizando o painel, existia uma cartela, centrada na secção inferior do conjunto, e que possuiria uma inscrição, cujo conteúdo desapareceu entretanto.

A escolha desta cena mitológica é, provavelmente, resultado de uma associação ao mon-

208 Anne de Stoop, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, p. 213; Rui Rodrigues, João Casa e Rui Oliveira, «Cena Mitológica do Julgamento do Rei Midas: História e Origem do Painel Grutesco em Baixo Relevo do Paço Senhorial de Belas», *Tritão: Revista de História, Arte e Património de Sintra*, Nº 1, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, dezembro de 2012, p. 4.

209 Nadine Orenstein, *Hendrick Goltzius (1558-1617)*, New York, Department of Drawings and Prints, The Metropolitan Museum of Art, fonte – www.metmuseum.org/toah/hd/golt/hd_golt.htm.

210 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 11.

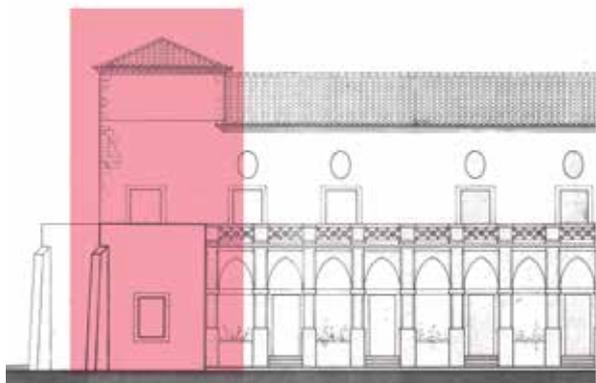


Fig. 196 - Alçado Poente com a torre Sul assinalada



Fig. 198 - Arco de volta perfeita na parede sul da Sala Grande (2012, fotografia da autora)



Fig. 197 - Nicho de volta perfeita (2012, fotografia da autora)

te Suímo, nas proximidades da Quinta de Belas, local de exploração de pedras preciosas, desde tempos antigos, e que a casa Viseu-Beja continuou a explorar. Efetivamente, conta o mito que o Rei Midas para se libertar da sua maldição do toque dourado banhou as mãos nas águas do rio Pactolo, que nascia no monte Tmolos, transformando as areias do rio em ouro²¹¹.

A degradação do painel era já uma realidade no século XIX, como percebemos por um artigo do *Archivo Pittoresco*, de 1863: *obra muito antiga, e ainda que bastantemente estragada, deixa distinguir algumas figuras e ornatos*²¹². Os anos passaram e, à exceção de uma cobertura plástica para tentar conter a ação das condições atmosféricas, nada mais foi feito. De resto, mesmo essa ação parece ter sido contraproducente a médio prazo: em 1977, uma avaliação do Instituto de José de Figueiredo dava conta de que a cobertura de plástico que os Monumentos Nacionais haviam colocado sobre o painel não estava a proteger o baixo-relevo, promovendo,

211 Rui Rodrigues, *Las Quintas como sistema de estructuración...*, p. 193.

212 J. Vilhena de Barbosa, «Quinta dos senhores de Bellas», *Archivo Pittoresco*, 1863, Volume VI, p. 186.



Fig. 199 - Vestígio de uma janela rectangular (2013, fotografia da autora)



Fig. 200 - Alçado do Palácio Corte Real (fonte: <http://purl.pt>)

pelo contrário, a sua degradação. Segundo o relato, a colocação terá sido desastrada, prendendo-se os plásticos a troços de madeiras pregadas ao próprio painel, colocados sem respeitar uma distância que impedisse a acumulação de humidade, e permitindo, por conseguinte, que a água escorresse pelo relevo²¹³. Os documentos do ano seguinte, redigidos pela DGEMN e pelo instituto supracitado, dão conta da necessidade de deslocação do baixo-relevo para o interior do pátio de recebimento do paço, onde seria possível criar novas condições de proteção²¹⁴. Remoção essa que nunca chegou a acontecer, mantendo-se até hoje no exterior da quinta.

2.2.2 Atualização do paço a uma vivência seiscentista

Escreveu Carlos Azevedo que a construção de grandes casas no século XVII sofreu um considerável abrandamento em relação a períodos anteriores, motivado provavelmente pelo ambiente bélico que a Restauração determinou entre as décadas de 40 e 60. Isso explica, em parte, que apenas a partir da segunda metade do século XVII se tenha retomado a construção de residências nobres, aproveitando muitas das construções antigas, ainda que tentando regularizar plantas orgânicas criando o dispositivo de “fachada-biombo”²¹⁵. Formulando conjuntos arquitetónicos de grande porte, estes palácios apresentavam alçados de grande simplicidade, no que se convencionou caracterizar como arquitetura chã, em que as janelas e portas eram organizadas de uma forma repetitiva, quase monótona²¹⁶.

213 SIPA, TXT. 00560810.

214 SIPA, TXT. 00560821; SIPA, TXT 00560825.

215 Carlos de Azevedo, *Solares Portugueses...*, p. 56.

216 Carlos de Azevedo, *Solares Portugueses...*, p. 56

No caso do Paço de Belas, pouco parece ter sido feito no corpo central da residência, com exceção de uma procura de simetria construindo a torre sul erguida sobre a divisão a sul da sala grande (Fig. 196). Esta divisão não possuía a porta de ligação que existe hoje à sala de arcos quebrados a sudoeste, existindo nesse local um nicho com arco de volta perfeita (Fig. 197). A abertura de um grande arco na parede que dividia a sala grande desta antecâmara (Fig. 198) veio permitir a ampliação da área da divisão maior do paço – entretanto a parede foi refeita, permanecendo o arco e fazendo a transição entre as duas divisões por meio de uma abertura menor.

Um outro corpo do paço que terá sofrido uma remodelação neste período é a ala sudoeste, já que observamos ainda o vão de uma pequena janela retangular na parede sul do pátio de recebimento (Fig. 199). Uma vez que este corpo da casa sofreu profundas alterações em todo o corpo que existia a sudoeste durante a campanha de obras de Raul Lino nos anos 40, restam-nos apenas as plantas e alçados do que existia antes desta intervenção. No registo do alçado sul do pátio (Anexo 3.1.8), anterior à remodelação, podemos identificar que o corpo que envolvia a porta de arco quebrado possuía ainda um conjunto de sete janelas de vãos simples, organizadas em dois pisos, das quais três são de menores dimensões. Encontramos semelhanças entre estas três janelas menores e as janelas dos pisos que corresponderiam às áreas de serviço, que surgem no registo do alçado do Palácio Corte Real (Fig. 200), erguido na segunda metade de Seiscentos. Possivelmente, esta ala sofreu intervenções no final do século XVII, de forma a reestruturar as áreas de serviço do Paço de Belas, adaptando a antiga ala serviçal às necessidades de uma casa que se pretendia cada vez mais autossuficiente, contendo *em si as comodidades que a vida exigia*²¹⁷, ou seja, para além das cozinhas, as muitas arrecadações e, possivelmente, as áreas dos criados. Raul Lino refere, no documento descritivo da intervenção a realizar no paço, que este corpo a sudoeste era seiscentista²¹⁸. Podemos observar na planta do piso térreo do paço (Anexo 3.1.2) que antes de 1942 esta ala se prolongava em direção a oeste, onde hoje está a Clínica Senhor da Serra e cujo volume podemos observar no mapa de 1830 (Anexo 3.1.1).

Este paço que os senhores de Pombeiro passaram a possuir em Belas tornou-se na residência de campo por excelência situada numa quinta de recreio que procuraram transformar segundo os novos gostos do final de Seiscentos. Em breve deixaram de utilizar o Paço de Pirescouxe como residência, preferindo o magnífico Paço de Belas.

No entanto, alguns autores, apoiados no texto de Júlio de Castilho, consideram que os senhores de Pombeiro não habitaram o paço logo no início, uma vez que por volta de 1654 ali viveria D. Francisco de Melo, estabelecendo-se ali, a partir de 1734, a corte do infante D. Manuel,

217 Carlos de Azevedo, *Solares Portugueses...*, p. 58.

218 Raul Lino, SIPA, TXT.01801427



Fig. 201 - Fonte octogonal do jardim norte (2013, fotografia da autora)

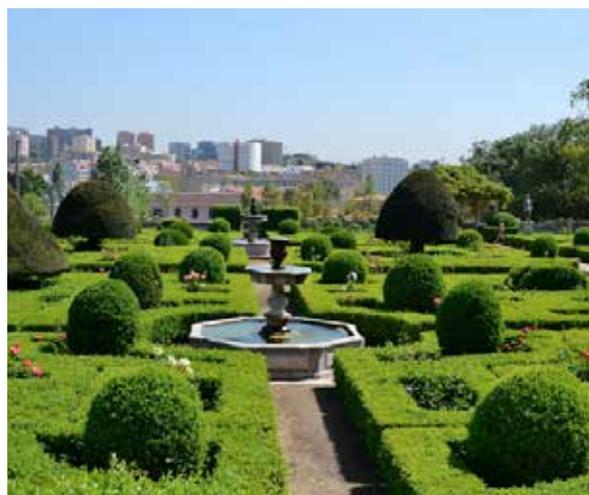


Fig. 202 - Fontes octogonais, Palácio dos Marqueses de Fronteira (fonte: <http://odolicocefalo.blogspot.pt>)

irmão de D. João V²¹⁹. Mesmo assim, os senhores de Pombeiro dedicaram a sua atenção ao paço que lhes havia sido legado, carregado de história e de simbolismo régio.

2.3. Uma quinta de lazer e festejos — século XVIII

2.3.1. Os jardins

Para além do relevo na fachada exterior da quinta e da remodelação seiscentista na estrutura a sul do pátio, os senhores de Pombeiro conduziram igualmente a sua atenção para os jardins envolventes do paço. Alguns elementos originais dos jardins do paço em estudo são ainda visíveis e permitem-nos imaginar o quão aprazíveis seriam as vistas circundantes da residência de campo dos condes de Pombeiro. Todavia, descrições da época, como o testemunho de Domingos Caldas Barboza, permitem-nos completar os cenários, percebendo o que se perdeu desde 1799 e ter uma melhor noção do ambiente que se vivia naquele local.

Fontes do Jardim Antigo

Das primeiras remodelações realizadas nos exteriores do paço permanece a fonte colocada no centro do jardim norte, com uma taça gomada elevada por onde descia a água, logo depositada no tanque octogonal (Fig. 201). Este elemento demonstra a mudança que se efetuou no jardim português no século XVII, ao contrário do que acontecia no século anterior, adotan-

219 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, p. 211; Eduardo Sucena, «A Quinta e o Paço de Belas», *Olisipo: Boletim do Grupo "Amigos de Lisboa"*, II série, Nº 19, Julho/Dezembro de 2003, p. 24



Fig. 203 - Muro poente do jardim norte (2012, fotografia da autora)



Fig. 204 - Nicho com pequena fonte (2012, fotografia da autora)

do a presença da água em movimento sob a forma de fontes em que a água percorre diferentes patamares. O jardim português do século XVI, onde já imperava a importância da água, havia sido marcado pela presença de grandes tanques de reserva e refresco da quinta, segundo a configuração dos jardins árabes²²⁰. A fonte octogonal de Belas parece-nos ter sido o primeiro passo na direção da nova configuração dos jogos de água, que no século XVIII, se multiplicaram nos jardins de alguns dos mais emblemáticos palácios e quintas portuguesas. Encontramos, por exemplo, fontes semelhantes a esta no jardim do Palácio dos Marqueses de Fronteira, em S. Domingos de Benfica, erguidos na década de 70 de Seiscentos (Fig. 202).

Até ao século XVII os jardins eram ainda espaços privados, virados para o interior e contidos por muros altos, de forma a salvaguardar sobretudo o círculo feminino da residência, uma vez que até então as mulheres das classes sociais mais elevadas raramente eram vistas por pessoas exteriores à casa²²¹. Foi, no entanto, no século seguinte que o jardim se transformou no recinto privilegiado da habitação nobre²²² que, libertando-se dos muros altos, experimentou uma multiplicação de ambientes diferentes. O resultado é a presença de elementos polarizan-

²²⁰ Helder Carita e Homem Cardoso relembram que para a cultura árabe a água brotava no chão, em forma de lagos. Helder Carita e Homem Cardoso, *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal*, p. 27.

²²¹ Carita Helder e Homem Cardoso, *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal*, pp. 79-80.

²²² João Vieira Caldas, *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no século XVIII*, "Série 2 Argumentos", 2.ª Edição, Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1999, p. 59.



Fig. 205 - Cascata (2012, fotografia da autora)

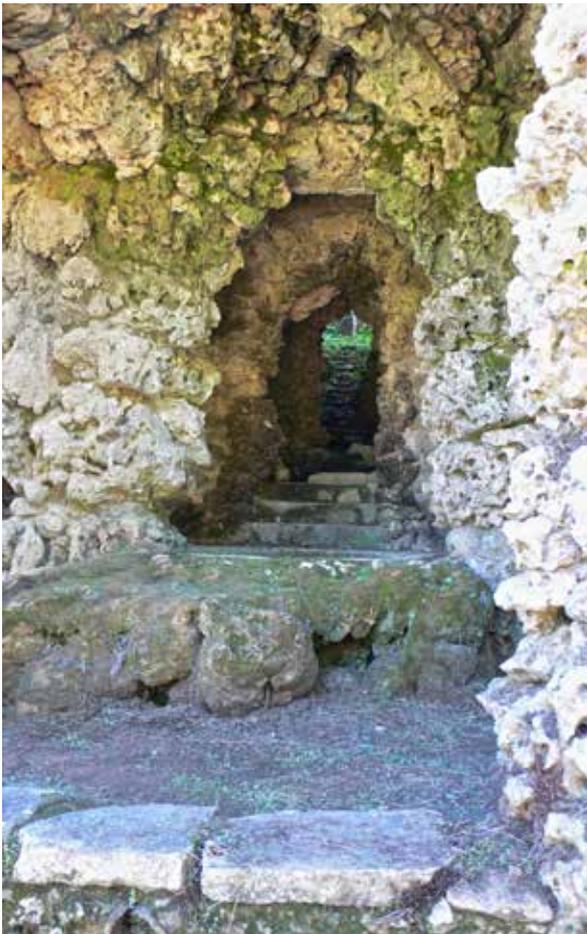


Fig. 206 - Escadas no interior da cascata (2012, fotografia da autora)



Fig. 207 - Cascata dos Poetas, Palácio dos condes de Oeiras (2012, M. J. Matos; fonte: SIPA)



Fig. 208 - Cascata da Quinta Real de Caxias (1910, fonte: SIPA)

tes do espaço²²³, observando-se uma espécie de urbanização do espaço verde²²⁴ que contempla o grande lago, a fonte ou a cascata monumental, as casas de fresco, os passeios ou as grandes vias, as ermidas e os monumentos régios. Os jardins passavam a oferecer percursos onde os visitantes, seguindo os diferentes caminhos, se confrontavam com diferentes cores, volumes e arranjos; por vezes, como acontecia em Belas, intercalando árvores de grande porte com a cultura utilitária, como as hortas de cheiros ou os pomares. Os jardins do Paço de Belas foram alvo de atenção constante durante o século XVIII, e a sua estrutura desenvolveu-se (principalmente) como resultado do esforço de três gerações de condes de Pombeiro: D. Luís de Castelo Branco, D. António de Castelo Branco e D. Maria de Castelo Branco.

Um dos elementos característicos do jardim português, a água, tinha uma presença muito acentuada nos jardins do Paço de Belas; uma característica presente na primeira metade do século XVIII e que vai ao encontro de descrições da época que referem que a quinta era toda murada e tinha muitas fontes de água que regavam os pomares e árvores silvestres²²⁵. No alinhamento da fonte octogonal anteriormente referida encontra-se uma outra, mais simples e inserida num nicho em arco de volta perfeita, com cantaria almofadada. Marca o centro da parede recortada que fecha o jardim (Figs. 203 e 204). Apesar de a configuração nos parecer enquadrar-se no período setecentista das quinta, Domingos Barboza não faz qualquer menção a este elemento.

Cascata

A sul do paço, no sopé do monte, encontra-se uma típica cascata barroca (Fig. 205), construída com pedras talhadas a imitar o natural, muito semelhante à Cascata dos Poetas do jardim do Palácio dos Condes de Oeiras (Fig. 207) ou à Cascata do Palácio Real de Caxias (Fig. 208). A de Belas, cujo desenho foi da responsabilidade de Cyrilo Wolkmar Machado²²⁶, define um espaço térreo rasgado por três arcos a partir dos quais se tem acesso ao piso superior (Fig. 206). Aqui encontra-se uma pequena casa de fresco rodeada por quatro arcos em cada canto. À época, a água, que brotava de uma mina situada acima da cascata, caía continuamente até ser recolhida por uma bacia de pedra que se encontra debaixo do arco central, indo depois *acom-*

223 Carita Helder e Homem Cardoso, *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal*, p. 87.

224 João Vieira Caldas, *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no século XVIII*, p. 63.

225 Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V, "Reis de Portugal"*, 7.^a Edição, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, p. 46.

226 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 55.

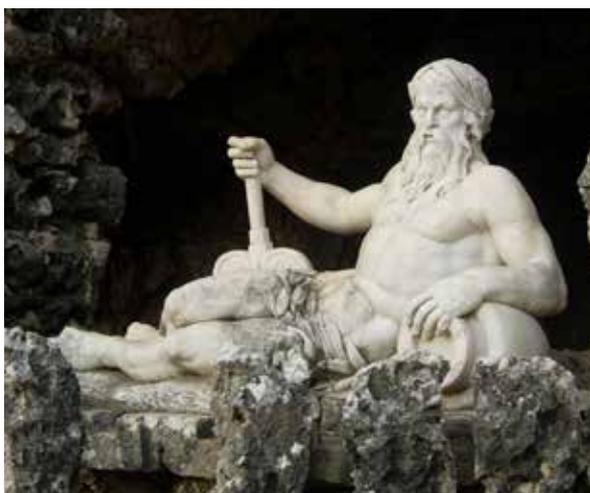


Fig. 209 - Neptuno, Cascata dos Poetas, Oeiras (2008, Eunice Teixeira, fonte: www.flickr.com)



Fig. 210 - Neptuno, vista posterior (2008, Eunice Teixeira, fonte: www.flickr.com)



Fig. 211 - Detalhe da gravura do retrato do infante D. Manuel, Jacob Andreas Fridrich (fonte: <http://purl.pt>)

*panhar aquella, que notamos arremeçada da boca do Delfim*²²⁷. Em frente à cascata, Domingos Barboza descreve *um irregular Tanque, com graciosas sinuosidades (...) sem simetria alguma*²²⁸, no meio do qual se erguia um pequeno monte onde se encontrava uma escultura que representava *Glauco, metade homem, metade peixe*:

(...) se vê alli erguido sobre a escamosa Cauda; e mostra-me o Corpo, (...) e no bem apalpado dos musclos se conhece a grossaria natural, e até se aviva o esforço que faz, para segurar na rede, que aperta entre os nodosos dedos, os Peixes, que malharaõ nella. A

227 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 58.

228 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 52.



Fig. 212 - *Fonte do Neptuno*, jardins do Palácio Nacional de Queluz (2013, fotografia da autora)

cabeça deste Semi-Deos he notavel entre os admiradores da Arte. Os Cabellos, como escorridos para a tésta, parecem gotejar a agoa que trouxeraõ de donde se suppoem sahido. A Boca está aberta, naquella posição em que se costuma vêr a do Pescador que se alegra com achar huma boa prêa. Todo o Corpo, longe de mostrar o lizo, e nedio do Homem farto, e descansado, representa o secco de um Trabalhador solícito: e o Ventre em vez de tufar para fóra de gordo, se recolhe em rugosas dobras para dentro. As Costas porém mostraõ a lizura que convem á sua posição hum pouco curvada; dando a conhecer a fortaleza dos ossos da sua formatura. Em fim, não se exprime mais propriamente hum corpo affeito ao trabalho. O Rosto acaba de aperfeiçoar esta figura, exprimindo na applicação dos olhos o que em tal acção se devia esperar della; e mostrando nas seccas maçans, e na hirsuta crespa barba, o natural desenfeito da sua laboriosa occupação²²⁹.

Quer a escultura de Glauco, quer o lago descrito pelo padre Caldas Barboza já não existem. Hoje, em frente à cascata passa um caminho, tendo o lago sido destruído ou aterrado a determinada altura.

No patamar superior da cascata, em frente à pequena casa de fresco, encontrou Domingos Barboza uma segunda escultura que lhe parece ser uma divindade fluvial, possivelmente o Tejo, com uma respeitosa laureada cabeça: este remo, que, como divisa, tem alçado na esquerda

229 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, pp. 52-53.

maão, em quanto com a potente dextra parece determinar ao escamoso Delfim em que está recostado, que despeje sem cessar a torrente de agoa, que cahida de tanta altura, pela larga boca²³⁰. Esta descrição corresponde quase na perfeição à escultura que se encontra na Cascata dos Poetas do Palácio dos Condes de Oeiras, designada por Neptuno (Figs. 209 e 210). Pela sua inclusão numa cascata, que pretendia imitar a fluidez das águas da nascente de um rio, parece mais certo que a divindade com o remo esteja ligada a um rio, já que Neptuno é normalmente representado segurando um tridente. Sublinhe-se como esta associação sai reforçada pelo confronto com uma figura que está representada na gravura do retrato do infante D. Manuel, realizada por Jacob Andreas Fridrich, entre 1715 e 1725, e que segura um remo com a inscrição “Tagus” (Fig. 211). A cascata estava, desta forma, povoada por esculturas de temática aquática, pelo que não admira que o padre Caldas a caracterize como huma das fabulosas Estancias dos Deoses aquaticos²³¹.

Ao fim da rua que passa a sul do paço, ou seja, a sudoeste da casa, existia ainda um tanque rústico que recolhia a água excedente da rega e despejava a mesma para um açude (e daí para o rio). Rodeado de loureiros, encontrava-se em frente à entrada de serviço para carroças – a atual entrada através da qual se faz o acesso à quinta²³².

Fonte de Neptuno

Na proximidade deste extremo da quinta encontrava-se a *Fonte do Neptuno* (Fig. 212), comprada em 1770 pelo 5.º conde de Pombeiro, D. António de Castelo Branco, ao 6.º conde da Ericeira, D. Henrique de Menezes, continuando assim o processo de restauro dos jardins de Belas²³³. Originalmente, a fonte ornamentava o famoso jardim do Palácio da Anunciada, em Lisboa, propriedade dos condes da Ericeira²³⁴, destruído pelo Terramoto de 1755. Resultava de uma encomenda que o 3.º conde da Ericeira havia feito em Roma, por intermédio do Arcebispo de Braga, D. Luís de Sousa, embaixador nessa cidade entre 1676 e 1682. Orgulhoso da sua carreira militar durante as guerras da Restauração, D. Luís de Menezes encomendara originalmente uma escultura de Marte, segundo o seu próprio retrato, para encimar a estrutura, mas acabou por ser realizado um Neptuno, tema mais apropriado para uma fonte²³⁵.

230 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 54.

231 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 59.

232 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, pp. 70-71.

233 Angela Delaforce, Jennifer Montagu, Paulo Varela Gomes e Miguel Soromenho, «A Fountain by Gianlorenzo Bernini and Ercole Ferrata in Portugal», *The Burlington Magazine*, Volume 140, nº 1149, dezembro de 1998, p.805.

234 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand – José Bastos, 1902, Volume 1, p. 216.

235 Angela Delaforce, Jennifer Montagu, Paulo Varela Gomes e Miguel Soromenho, «A Fountain by Gianloren-



Fig. 213 - *Neptuno e Tritão* (d. 1619), Bernini (fonte: Daniele Pinton, Bernini)



Fig. 214 - *Fonte do Tritão* (1642/43), Bernini (fonte: Daniele Pinton, Bernini)



Fig. 215 - *Fonte do Mouro* (1575), Giacomo della Porta (2008, Jensens; fonte: <http://commons.wikimedia.org>)

Associada desde a sua feitura a Gian Lorenzo Bernini e identificada como sendo a última obra elaborada pelo famoso escultor italiano, a fonte foi elogiada por todos os que visitavam o Palácio da Anunciada. Que a fonte era admirada prova-o o facto de, por ocasião dos festejos do casamento de D. Pedro II com D. Maria Sofia Isabel de Neuburg (1687), e no âmbito da recriação dos jardins do conde da Ericeira levada a cabo no Terreiro do Paço, ter sido realizada uma cópia do referido monumento. É, aliás, da sua reprodução que temos a primeira descrição dos jogos de água da fonte:

*(...) no meio de todo o jardim se via huma airosa fonte (...) que se forma com hum grande tanque de excellente lavor, & nelle quatro tritões voltados para hum jardim, sustentando cada hum delles na mão direita hum busio por onde lanção agora com grande força, & nas esquerdas diversas tarjas; entre os tritões estão outros Delfis, que ficão mais inferiores, & com as gargantas abertas mostrão tragar a agoa que deitão os tritões. No meio do tanque se levanta hum pedestak sustentado de outros quartos Delfis, que com os rostros para o ar lança cada hum delles tres esguichos em grande altura, & levantando as caudas sustentão huma concha, & sahem fora della a formar hum assento, em que se firma huma excellente estatua de Neptuno com manto, & tridente de cujos pès arrebentaõ quatro canos de agoa.*²³⁶

zo Bernini and Ercole Ferrata in Portugal», p.806.

236 Antonio Rodrigues Costa, *Embaixada que Fez o Excellentissimo Senhor Conde de Villar-Maior (Hoje Marques de Alegrete) dos Conselhos de Estado, & Guerra*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal, 1694, p. 280-281.



Fig. 216 - Esboceto para tritões da *Fonte de Neptuno*, Ercole Ferrata (fonte: *The Burlington Magazine*, 1149)



Fig. 217 - Tritões da *Fonte de Neptuno* (2013, fotografia da autora)

Percebemos, quer pela descrição de António Rodrigues Costa, quer pela carta que o Arcebispo D. Luís de Sousa escreveu em janeiro de 1682 ao conde da Ericeira²³⁷, que certos elementos originais desta fonte se perderam, desde logo, os quatro peixes que ficavam entre os tritões, recebendo destes a água que saía dos búzios.

A atribuição a Bernini desta fonte monumental foi apresentada por vários escritores da época, mantendo-se posteriormente esta informação: é assim que Domingos Barboza refere que esta fonte *ficará não tendo inveja á fermosura da célebre Praça, que com semelhante obra do mesmo Auctor se enriquecêra na invejada, e roubada Roma*, acrescentando que Belas passaria a ser mais visitada por professores de escultura para apreciarem e copiarem aqueles modelos²³⁸. Outros autores, como Júlio de Castilho, seguiram esta linha de pensamento e continuaram a promover a ideia da autoria de Bernini²³⁹. Todavia, estudos recentes em torno das esculturas do jardim do Palácio de Queluz permitiram trazer para a mesa de discussão o nome de um outro escultor –

237 Angela Delaforce, Jennifer Montagu, Paulo Varela Gomes e Miguel Soromenho, «A Fountain by Gianlorenzo Bernini and Ercole Ferrata in Portugal», p.808.

238 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, pp. 71-72.

239 Como Júlio de Castilho (1902)



Fig. 218 - *Neptuno* (2013, fotografia da autora)

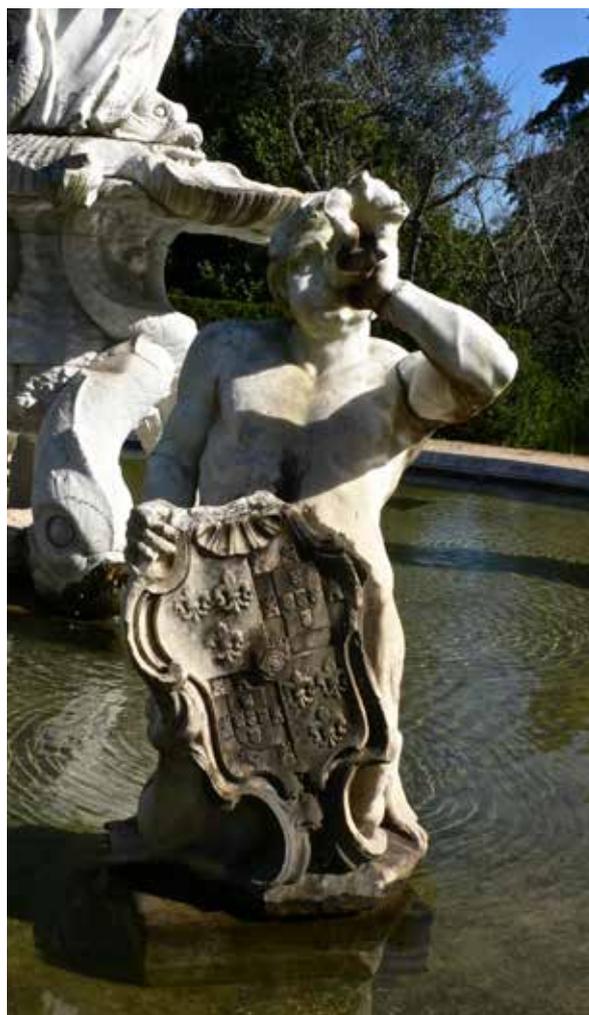


Fig. 219 - Brasão dos condes da Ericeira (2013, fotografia da autora)

Ercole Ferrata²⁴⁰ – a quem Bernini subcontractava certas peças²⁴¹. Na sequência destes estudos, Angela Delaforce, Jennifer Montagu, Paulo Varela Gomes e Miguel Soromenho, a quem se deve o mais atualizado estado da questão, mantêm, ainda assim, a dúvida quanto ao envolvimento de Bernini ao nível do desenho, como testemunham as informações sobre este assunto presentes na correspondência do Arcebispo de Braga²⁴². No artigo publicado em 1998, os autores questionam o interesse que o grande escultor possa ter tido por uma peça que era um mero *pastiche* de duas esculturas, desenhadas por si décadas antes, pondo em causa uma inspeção rigorosa do trabalho

240 Angela Delaforce, Jennifer Montagu, Paulo Varela Gomes e Miguel Soromenho, «A Fountain by Gianlorenzo Bernini and Ercole Ferrata in Portugal», p. 804.

241 Daniele Pinton, *Bernini: sculptor and architect*, “Art Courses”, Roma, Ats Italia Editrice s.r.l., 2009, p. 8.

242 Angela Delaforce, Jennifer Montagu, Paulo Varela Gomes e Miguel Soromenho, «A Fountain by Gianlorenzo Bernini and Ercole Ferrata in Portugal», p. 807.



Fig. 220 - Sigla (2012, fotografia da autora)

de Ferrata²⁴³.

A verdade é que, tendo estado frente a frente com esculturas executadas por Bernini e convocando a nossa própria experiência no campo da escultura, não podemos deixar de estranhar que Bernini tenha estado tão envolvido na execução desta fonte. A modelação do corpo do Neptuno de Belas não tem a força nem o perfeito movimento, quase fotográfico, das esculturas de Bernini, como o *Neptuno e Tritão* (1619) (Fig. 213), da coleção do *Victoria and Albert Museum*. Todavia, não é de facto uma peça escultórica de menor importância, e apresenta algumas semelhanças ao nível da composição e da formalização com fontes romanas, de que são exemplo o pedestal da *Fonte do Tritão* (1642-43) de Bernini (Fig. 214), e os quatro tritões (1575) da *Fonte do Mouro*, na Piazza Navona, em Roma (Fig. 215). Outro facto que nos leva a atribuir o projeto e execução da peça a Ferrata é a data da execução da fonte, entre 1675 e 1682, uma vez que, entre

243 Angela Delaforce, Jennifer Montagu, Paulo Varela Gomes e Miguel Soromenho, «A Fountain by Gianlorenzo Bernini and Ercole Ferrata in Portugal», p. 807.



Fig. 221 - Lago no centro do jardim de buxo (2013, fotografia da autora)

1671 e 1678, Bernini, já idoso, estava a trabalhar no *Monumento Funerário ao Papa Alexandre VII* – encomenda muito importante e que lhe terá ocupado toda a sua atenção. Por fim, a existência, no *Museu Nacional do Palazzo di Venezia*, em Roma, de um *esboço* em terracota de um tritão (Fig. 216), igual aos que figuram na *Fonte do Neptuno* (Fig. 217) e que está atribuído a Ercole Ferrata²⁴⁴, parece indicar a responsabilidade deste escultor também do projeto da fonte.

A fonte que se encontra hoje instalada em Queluz é composta por um largo tanque redondo – mandado fazer em Portugal²⁴⁵ – no centro do qual Neptuno se ergue numa plataforma concheada sustentada por quatro golfinhos, de cujas narinas saem fios de água que caem em arco no tanque. O deus dos mares surge envolvido num panejamento, cujo talhe ajuda a conferir movimento à escultura; bem como o seu pé direito que avança enquanto os seus braços se lançam para o mesmo lado e se erguem, preparando-se para desferir um golpe com o tridente, que já não existe (Fig. 218). Rodeando esta figura central estão, ajoelhados sobre a água do tanque, quatro tritões que, segurando com uma mão um escudo, levam com a outra mão um búzio à boca, do qual brotava também água (Fig. 217)²⁴⁶. Originalmente, todos os escudos apresentados pelos tritões deveriam possuir elementos diferentes: por indicação do Arcebispo de Braga, um escudo deveria apresentar o brasão dos Menezes, o segundo deveria apresentar uma *cifra* que o conde da Ericeira lhe iria enviar, o seguinte apresentaria o retrato do encomendante, faltando

244 Angela Delaforce, Jennifer Montagu, Paulo Varela Gomes e Miguel Soromenho, «A Fountain by Gianlorenzo Bernini and Ercole Ferrata in Portugal», p. 808.

245 Angela Delaforce, Jennifer Montagu, Paulo Varela Gomes e Miguel Soromenho, «A Fountain by Gianlorenzo Bernini and Ercole Ferrata in Portugal», p. 809.

246 Sopram os búzios, anunciando a vitória dos deuses sobre a desordem e o caos. Daniele Pinton, Bernini..., p. 35.



Fig. 222 - Obelisco (2012, fotografia da autora)



Fig. 223 - Palácio de Seteais, Sintra (fonte: IGESPAR)

decidir o que colocar no quarto escudo²⁴⁷. O que acabou por ser executado foi o que ainda hoje podemos observar: dois dos escudos apresentam o brasão dos condes da família Menezes (Fig. 219), enquanto os outros dois apresentam um elaborado monograma onde identificamos as iniciais “I. F. L” (Fig. 220), a *cifra* enviada pelo conde, mas cujo significado não foi clarificado.

Em 1944, de forma a defender e a preservar o conjunto escultórico, a Sociedade Agrícola e Abastecedora Sagrial, que já era então proprietária da quinta, ofereceu a *Fonte e lago dos Golfinhos*, com a condição de que esta se mantivesse na posse do Estado e fosse instalada nos jardins ao Palácio Nacional de Queluz²⁴⁸.

247 Angela Delaforce, Jennifer Montagu, Paulo Varela Gomes e Miguel Soromenho, «A Fountain by Gianlorenzo Bernini and Ercole Ferrata in Portugal», p. 807.

248 SIPA TXT.00560734.

Outros elementos de fruição da água

Outro tanque existia a sul do paço virado para a grande rua que ali atravessava a quinta de nascente a poente, aproximadamente com as mesmas proporções do tanque que se apresenta no exterior sob o painel do *Castigo de Midas*. Naquele, descreve Domingos Barbosa, ouvia-se a abundante corrente de água que, por meio de um largo canal suspenso sobre três colunas de ordem toscana, caía de uma grossa bica para o lago²⁴⁹.

No final do século XVIII era ainda possível a navegação de pequenos barcos no rio que corria junto ao obelisco: (...) *vejo para á direita o Rio tomado como em hum longo Tanque, em que vem nadando hum gracioso Batel, carregado com hum lindo rancho feminino (...)*²⁵⁰. As águas dos três rios que atravessavam a quinta seriam estancadas para permitir aumentar o caudal dos mesmos que, ao se unirem, na área sul da quinta, iam *abraçar huma pequena viçosa ilha*, povoada de variadas árvores²⁵¹.

Existia ainda junto ao paço hum engraçado Repucho, no meio de huma Casa, que mandava a água ao teto e por um ramo de flores caía, imitando a chuva. Esta era uma casa de fresco que, com o par de duas alcovas que ali estavam juntas, oferecia repouso agradável nos dias de maior calor²⁵². Dois bustos, representando D. Manuel e D. João III, haviam sobrevivido à ruína causada pelo terramoto e encontravam-se ali em nichos²⁵³. Pelo que averiguámos, resistiu desta estrutura.

A última referência a um elemento de água no jardim no final do século XVIII diz respeito a um lago redondo, junto ao jardim antigo, sobre o qual Domingos Barboza não quis tecer mais descrições por ter sido ali que os senhores do paço haviam perdido um filho. Talvez seja a fonte redonda que ainda hoje se encontra no meio do jardim de buxo, a sul do paço (Fig. 221).

O Obelisco

Em 1795, D. Maria Rita de Castelo Branco e D. José de Vasconcelos e Sousa, condes de Pombeiro, e posteriormente os primeiros marqueses de Belas, inauguraram um monumento régio, na forma de um imponente obelisco (Fig. 222), em honra ao príncipe regente D. João e à princesa D. Carlota Joaquina. como forma de celebrar a visita do casal real à quinta. Colocado no ponto de encontro de três caminhos da Quinta de Belas, entre os quais a alameda que seguia

249 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 15.

250 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 76.

251 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 77.

252 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 34.

253 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 35.



Fig. 224 - *Fama* (1795), Barros Laborão (2012, fotografia da autora)



Fig. 225 - *Verdade Revelada pelo Tempo* (1646/52), Bernini (fonte: Daniele Pinton, *Bernini*)

para sul e onde ainda hoje existe uma outra entrada para a propriedade. A prática de erguer monumentos dedicados a reis ou príncipes não é inédita a Belas; em 1802, o 5.º marquês de Marialva, D. Diogo José de Menezes Noronha Coutinho, mandava erguer um arco triunfal no seu Palácio de Seteais (Fig. 223), igualmente como homenagem à visita do príncipe regente e da sua esposa²⁵⁴.

O obelisco de Belas possui em cada face um medalhão com quatro iniciais diferentes – “J” de João, “C” de Carlota, “A” de António e “M” de Maria – que dizem respeito aos nomes dos príncipes e dos seus dois filhos (os únicos até à data). Na base que suporta o obelisco, encontra-se a inscrição em latim que se destina a enquadrar o propósito desta estrutura:

Joanni. Brasilie. Principi. Marie. Primae. Et. Petri. Tertii. Filio. Josephi. Primi. Nepoti. Joannis. Quinti. Pronepoti. Principi. Inquem. Admirandis. Virtutibus. Et. Incomparabili. Gloria. Cujus. Scilicet. Ea. Inmatrem. Reverentia. Et. Pictas. Fuit. Ut. Ita. Heu.

254 AAVV, *Palácio de Seteais*, SIPA (<http://www.monumentos.pt>).

Aegritante. Invitus. Clavum. Regni. Susceperit. Et. Dolens. Quartum. Jam. Annum. Retineat. Ea. In. Christi. Vicarium. Remanum. Pontificem. Observantia. Et. Veneratio. Ut. Antonio. Nato. Filiolo. Desideratissimo. Fidei. Ejus. In. Baptismo. Sponsorem. Pium. Sextum. Delegerit. Puelloque. Pii. Cognomen. Indiderit. Ea. Denique. Felicitas. Ut. Ex. Carlota. Lectissima. Conjuge. Duobus. Auctus. Liberis. Primum. Maria. Dein. Antonio. Aeterno. Imperio. Destinatum. Ostenderit. Inclitam. Stirpem. Brigantinam. Tantas. Has. Dotes. Contemplatus. Et Merita. Josephus. Vasconcellius. Sousa. Josephi. Marchionis. Castelli. Melioris. Filius. Secundo. Genitus. Praefectus. Praetorio. Marie. Primae. Et. Magne. Crucis. Ut. Vocant. Apud. Equites. Sancti. Jacobi. Dignitate. Praefulgens. Idem. Vero. Uxor. Mariae. Jure. Comes. Etiam. Pombariensis. Regiorumque. Sasellitum. Ductor. Et. Bellarum. Dominus. Juveni. Celsissim. Animi. Et Invicti. Pectoris. Insignem. Pyramidem. Marmoream. Erigendam. Curavit. Atque. Hoc. Monumento Suburbanum. Palatio. Sane. Et. Luco. Pridem. Nobile. Et. Olim. Etiam. Regium. Multo. Nunc. Sacratius. Et. Magnificentius. Redidit. Anno. A. Partu. Virginis. MDCCXCV²⁵⁵.

A informação da inscrição refere D. João, príncipe de Brasil, filho de Maria I e de Pedro III, neto de José I, bisneto de D. João V, regente desde há quatro anos, quando a rainha doente lhe confiou as chaves do reino. Elogia ainda a “felicíssima” cónjuge D. Carlota e a benção dos dois filhos: Maria e António. Termina referindo que foi intenção de D. José de Vasconcelos e Sousa – filho segundo de D. José, marquês de Castelo Melhor, reposteiro mor de D. Maria I, cavaleiro de Santiago, comandante da Guarda Real, jovem senhor de Belas– mostrar a beleza da raça brigantina e do Eterno Império, erigindo uma distinta pirâmide de mármore, colocada no nobre, e agora régio, palácio suburbano no ano de 1795²⁵⁶.

A representação da *Fama*, sentada no plinto que suporta o obelisco, era de imediato vista por todos quantos entrassem na quinta pela alameda. Expressiva e de talhe cuidado, a escultura alada, com uma túnica clássica e coberta por uma coroa de louros (Fig. 224), foi vandalizada em torno de 1974, apresentando os braços e pés mutilados. Originalmente, amparava com a mão esquerda um medalhão que, em baixo-relevo, apresentava os retratos dos príncipes D. João e D. Carlota Joaquina e na a mão direita erguia um clarinete²⁵⁷. Domingos Caldas Barboza deixa-nos

255 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, pp. 45-47.

256 Para a decodificação da inscrição em latim, apoiámo-nos na tradução presente em Rui Rodrigues, *Las Quintas como sistema de estructuración...*, p. 193.

257 Como se pode observar numa fotografia publicada em 1905 na *Ilustração Portuguesa* (Anexo 3.2.3)

o nome do escultor que a produziu: Joaquim José de Barros²⁵⁸, também conhecido como Barros Laborão, autor de uma vasta obra, entre as quais algumas esculturas para o Palácio Nacional da Ajuda²⁵⁹. A posição desta figura, a sua contorção e a inclinação da sua cabeça, remetem-nos para *A Verdade Descoberta pelo Tempo* (1646-52) de Bernini (Fig. 225), pelo que, provavelmente, Barros Laborão se apoiou em gravuras ou cópias da escultura romana para produzir este trabalho. José-Augusto França afirma mesmo que esta escultura resulta do plágio da escultura de Bernini²⁶⁰.

Em 1994, os terrenos da quinta foram cortados por um enorme viaduto de autoestrada (CREL) que, correndo justamente sobre este monumento, veio não apenas ferir a paisagem da quinta, como também alterar a perceção de escala e a proporção da obra.

Flora dos jardins da quinta

Por toda a obra descritiva da quinta dos marqueses de Belas, há constantes referências ao arvoredado e à multidão de verdes e folhudas árvores por entre as quais se viam e ouviam pássaros variados e exóticos. Eram os espaços da quinta ocupados por árvores variadas, nacionais e estrangeiras, como, por exemplo, americanas e brasileiras, algumas das quais Domingos Barbosa supõe terem sido trazidas por D. António de Castelo Branco *das visinhanças da grata Olinda*²⁶¹. Pela planta de 1830 podemos ainda identificar alguns dos diferentes ambientes do jardim cortados pelas ruas ao longo das quais foi colocada uma grande quantidade de árvores que, desta forma abrigavam todos os percursos da quinta, como na alameda norte-sul que conduz até ao obelisco, onde Domingos Barboza descreveu:

Tornaõ aqui a apparecer-nos as Patricias Tuinantibas, entre os florigeros Azereiros: Os copados Sycomoros entremeaõ as Acacias amarellas, e brancas: Frondosos Platanos de Virginia, e Orientaes, daõ entre si accommodado lugar aos Estrangeiros Azedracos, e aos Sanguineos: Crescem também alli os ramalhudos Castanheiros da India; e os Tilholos fazem companhia ás Azarollas, que se adornaõ com o seu encarnado, e saboroso fructo. Também descubro na mesma Rua, entre as sempre verdes Alfarrobeiras, as nossas No-gueiras fructuosas, e tanto amigas deste terreno. No meio desta Rua perfumaõ de huma e

258 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 49.

259 José Fernandes Pereira (dir.), *Dicionário de Escultura Portuguesa*, 1.ª Edição, Lisboa, Editorial Caminho, 2005, pp. 351-353.

260 José-Augusto França, *A Arte em Portugal no século XIX*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1966, Volume 1, p. 112.

261 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 16.

*outra parte o ar as bellas odoríferas Arvores que chamaõ do Paraizo. As Tintureiras que tem o nome de bellas Sombras, pela que daõ, crescem aqui, e fazem companhia a Ormeiros estranhos; e saõ misturadas estas árvores com os Trifólios de diversas castas, e com as diferentes geraçoens de Freixos, que alli se encontraõ.*²⁶²

A variedade da flora incluía também a presença de muitos loureiros, que envolviam os pomares ou alguns dos tanques, bem como flores que povoavam de cor a quinta, onde havia ainda espaço para as flores silvestres e flora medicinal – como o alecrim, a manjerona, o estragão, a segurelha ou a alfazema²⁶³.

Como já era tradição desde o horto medieval e o jardim árabe, a presença de árvores de fruto era ainda uma realidade no jardim setecentista de Belas: pomares de limoeiros, laranjeiras – cujas flores perfumavam o ar –, damasqueiros, bananeiras, amendoeiras, pessegueiros e muitas oliveiras e zambujeiras²⁶⁴.

Pela descrição de Barboza, uma vez mais, podemos ainda perceber que no final do século XVIII a Quinta de Belas possuía uma variedade de ambientes diferentes, entre os quais três novos jardins, localizados nas imediações do paço, erguidos a mando de D. Maria Rita de Castelo Branco²⁶⁵. O primeiro jardim tinha a forma de um triângulo no meio do qual um canteiro, de igual formato, incluía variadas flores²⁶⁶. No jardim seguinte, já a área era a de um retângulo irregular, onde dominavam as plantas de cheiro e morangos que *augmentaõ a graça deste jardim*²⁶⁷. O terceiro jardim estava organizado como uma espécie de labirinto, que imaginamos ter sido o maior dos três, a avaliar pelas diferentes variedades de plantas que Barboza descreve: entre flores e plantas, encontravam-se madressilvas, giestas, rosas encarnadas, lírios, perfeitos amores, tangerinas, toranjas, limeiras, limoeiros, amendoeiras, pereiras, medronheiros, cerejeiras e maçarocas. Alguns autores identificam este último jardim com o espaço hoje ocupado pelo jardim de buxo a sul da casa²⁶⁸.

Curiosamente, as maravilhas paisagens da quinta que serviam para deleite dos seus pro-

262 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 43-44.

263 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 18-19 e 44.

264 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 19, 64 e 67.

265 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 78.

266 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 79.

267 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 80.

268 Cristina Castel-Branco (dir.), *Jardins com História*, p. 133.



Fig. 226 - Arcos da fachada nascente (fotografia da autora)

prietários, bem como para descanso da Rainha D. Maria I²⁶⁹, estavam acessíveis a todos os que quisessem entrar na propriedade, constituindo-se o parque da Quinta de Belas uma espécie de Passeio Público.

Saiba o curioso Estrangeiro, a quem a fama da viçosa e saudável Bellas tem aqui chamado, que achará sempre livre, e franca a entrada da célebre Quinta de seus Generosos Senhores. São livres os passeios della: as suas flores, e os seus mesmos fructos se confião da cortesia pública: as suas agoas saborosas, e medicinaes correm para todos tanto de graça, como nascem²⁷⁰.

2.3.2 Reformulações setecentistas no paço

No início do século XVIII, a Quinta dos senhores de Belas, foi novamente agraciada com a presença da família real. A Rainha D. Maria Ana d'Aústria, acompanhada pela sua comitiva, passeava frequentemente pelos arredores de Lisboa, visitando entre outras localidades a Quinta de Belas²⁷¹. Foi ainda em Belas que a mulher de D. João V procurou aliviar a asma do infante D.

269 (...) atravessando o Arroyo por outra Ponte, que alli he respeitada, por ser lugar em que ordinariamente costuma descansar a Grande, a Incomparavel Maria I. Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 28.

270 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, pp. 36-37.

271 Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V*, p. 35.

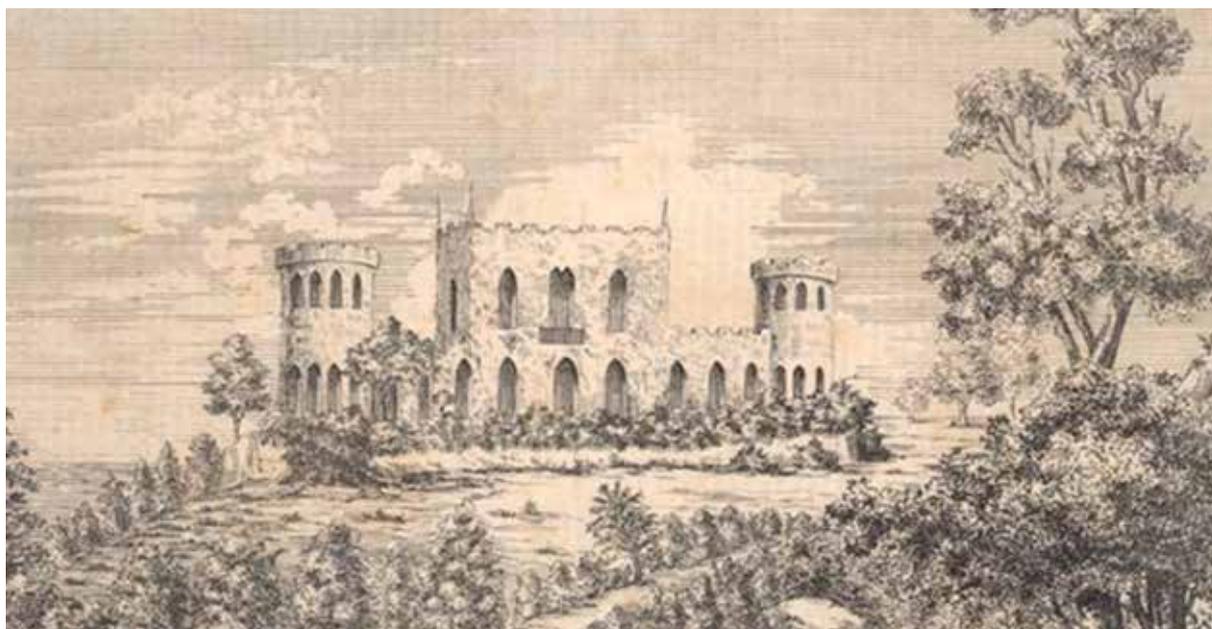


Fig. 227 - Palácio de Monserrate, de Devisme (fonte: *Portugal or the young travellers*, p. 131)

Carlos, primeiro com breves deslocações à quinta do conde de Pombeiro e depois, em 1728, ali deixando o infante para concluir a sua cura²⁷². De maior significado para a história da propriedade é o facto de, a partir de 1738, o infante D. Manuel, habituado à sociabilidade das cortes estrangeiras, estabelecer um circuito paralelo ao da corte soturna de seu irmão (D. João V), com sede justamente na quinta do conde de Pombeiro em Belas. Aí viveu até à sua morte, em 1766²⁷³.

Em 1755, o grande terramoto que destruiu Lisboa, deixou cicatrizes profundas no Paço de Belas. A fachada nascente, em especial, parece ter sofrido consideravelmente, assim se justificando a nova e profunda reforma, como relata Domingos Caldas Barboza, admirado por vê-la tão mudada em relação ao que era anteriormente e à destruição que presenciara²⁷⁴. Não foram esses os únicos danos sofridos nas propriedades da família Castelo Branco: também foi atingida a residência de Lisboa, o palácio que havia sido construído no início do século XVIII pelo 3.º conde de Pombeiro, D. Pedro de Castelo Branco, num terreno doado por D. Catarina de Bragança à sua avó, D. Luísa Ponce de Leon (que havia sido camareira da rainha de Inglaterra)²⁷⁵. A segunda metade do século XVIII foi dedicada à reconstrução tanto do palácio urbano, onde atualmente está instalada a Embaixada de Itália, como do paço nos arredores da cidade.

272 Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V*, p. 46.

273 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, p. 211; Eduardo Sucena, «A Quinta e o Paço de Belas», p. 24; Anne de Stoop, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, p. 214; Maria Paula Marçal Lourenço, *D. Pedro II: o Pacífico*, “Reis de Portugal”, Lisboa, Círculo de Leitores, 2007, p. 198.

274 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 84.

275 Teresa Vale e Carlos Gomes (1995), *Palácio Pombeiro*, SIPA (<http://www.monumentos.pt>).



Fig. 228 - Palácio Pombeiro, Lisboa (fonte: SIPA)



Fig. 229 - Palácio Foz, Lisboa (fonte: IGESPAR)

José-Augusto França escreveu que as obras de reconstrução do Paço de Belas, bem como do palácio urbano, foram encomenda de D. José de Vasconcelos e Sousa²⁷⁶ durante a década de 80 de Setecentos²⁷⁷. Vários foram os autores consultados que expressaram a vasta cultura do 6.º conde de Pombeiro e de sua esposa, D. Maria Rita de Castelo Branco (filha do anterior conde de Pombeiro). Formaram um dos casais mais cultos do seu tempo, dedicados à proteção das artes, e deixaram a marca da sua sensibilidade nas escolhas que fizeram para a reformulação dos jardins e especialmente do paço – reflexo de uma *certa sensibilidade artística da segunda metade do século XVIII, recuperadora de valores góticos com um vincado sentido historicista*²⁷⁸.

Procurando estabelecer uma ligação com a linguagem da construção medieval, a reconstrução da fachada posterior ficou dotada de um conjunto de oito arcos quebrados, mais estreitos do que os da fachada poente, rematados com uma balaustrada que imita a conjugação de lóbulos da balaustrada do pátio (Fig. 226). Este pórtico de arcos dá acesso, por meio de quatro portas²⁷⁹, à grande sala do piso térreo, estabelecendo-se uma ligação entre a sala e o jardim; é enquadrado por dois compartimentos de planta quadrangular ligeiramente salientes, criando a ilusão de uma planta em “U”, como era usual nos palácios setecentistas em Portugal. Esta ala já estava arranjada quando, em 1799, Domingos Caldas Barboza realizou a sua descrição da quinta dos senhores de Belas, e com espanto verificou:

276 Era o segundo filho do marquês de Castelo-Melhor, casou em 1783 com D. Maria Rita de Castelo Branco, filha e herdeira do 5.º conde de Pombeiro, D. António de Castelo Branco.

277 José-Augusto França, *A Arte em Portugal no século XIX*, Volume 1, p. 167.

278 José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, p. 126.

279 Embora numa fotografia do início do século XX sejam visíveis portas em todos os arcos, o que abria ainda mais o piso térreo ao exterior.



Fig. 230 - Sala dos frescos (2012, fotografia da autora)



Fig. 231 - Representação de uma fonte (2012, fotografia da autora)



Fig. 232 - Representação de uma fonte (2012, fotografia da autora)

A parede do Palacio, que eu tinha visto arruinada, e com hum concerto improprio, toma huma fôrma ajustada, e adaptada á Architectura antiga. Huma Varanda de pedra, rasgada em buracos semelhantes aos que mostra a fachada exterior, com dous Gabinetes salientes dos lados, acaba de realçar esta figura. Esta Varanda he tractada sobre esbeltos Arcos de Pedra, que com as suas Pilastras lhe daõ o parecer, e o respeito de Gothica Architectura²⁸⁰.

Efetivamente, note-se como os condes de Pombeiro escolheram duas linguagens diferentes para os seus paços: se o de Lisboa seguia as linhas clássicas que dominavam o gosto e se impunham como predominantes no final do século XVIII, o palácio de Belas seguia outra sensibilidade, romântica e historicista, que permitiu manter o equilíbrio formal com os elementos

280 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 85.



Fig. 233 - Ceres (2012, fotografia da autora)



Fig. 234 - Hefesto (2012, fotografia da autora)



Fig. 235 - Clóris (2012, fotografia da autora)



Fig. 236 - Dionísio (2012, fotografia da autora)

quincentistas e seiscentistas, reinterpretando os elementos medievais originais da residência. Sensibilidade que seria, de resto, comum na região de Sintra: recorde-se a cedência ao gosto anglo-saxónico do neogótico patente, por exemplo, no vizinho palácio de Monserrate de Gerard Devisme (Fig. 227), um projeto de 1791²⁸¹, cujas torres cilíndricas e janelas ogivais, segundo José-Augusto França, se assemelhavam à construção de um castelo antigo, tendo anteriormente utilizado um programa neoclássico para o seu palácio urbano de Lisboa²⁸². As duas escolhas dos condes de Pombeiro refletem o conhecimento do complexo quadro artístico da época, certamente aprofundado pelo contacto com a cultura inglesa que o conde mantivera aquando da embaixada a Londres.

O palácio de Devisme em Sintra e a fachada nascente do Palácio de Belas parecem ser exemplos das primeiras manifestações de correntes neogótica e neomanuelina, que durante o século seguinte seriam desenhadas em projetos como o Palácio da Pena ou o restauro do Mosteiro dos Jerónimos e da Torre de Belém. Será importante sublinharmos que em finais do século XVIII um número considerável de intelectuais deixa-se maravilhar com a arquitetura da Batalha e de Alcobaça, iniciando-se uma verdadeira campanha de registos de alçados, plantas e desenhos que depois de passados a gravura circularam por toda a Europa, como, por exemplo, em publicações como *Observations in a tour to Portugal and Spain* (1760) de Thomas Pitt ou *Gothic Architecture: Designs of the Monastery of Batalha* (1795) de James Murphy.

Encimando esta falsa loggia, foi desenhada uma varanda onde se rasgaram quatro janelas de sacada e onde, por cima de cada uma, correspondendo ao segundo piso (possivelmente o

²⁸¹ Projeto anterior à construção que atualmente existe e que data de meados do século XIX.

²⁸² José-Augusto França, *A Arte em Portugal no século XIX*, Volume 1, pp. 174-175.



Fig. 237 - Esculturas da *Fonte das Quatro Estações*, Oeiras (2003, Filipa Thedim; fonte: www.flickr.com)



Fig. 238 - Esculturas da *Fonte das Quatro Estações*, Oeiras (fonte: <http://uplainterns.blogspot.pt>)

dos criados), se abriam quatro janelas ogivais – conferindo um modelo de fachada que encontramos em outros edifícios da época, como, por exemplo, no Palácio Pombeiro (Fig. 228) ou no Palácio Foz (Fig. 229)²⁸³, em Lisboa.

No interior do Paço de Belas, *as Casas Melhoraõ-se, fazendo-se regulares no seu interior: cobriãõ-se as paredes, e mobilharaõ-se as Sallas como convinha*²⁸⁴. Não sabemos se as casas a que Domingos Barboza se refere são as do piso térreo ou dos pisos superiores, mas encontramos, em ambos, vãos de portas inseridos durante o restauro do século XVIII. Na grande sala do piso térreo, as quatro portas viradas a nascente possuem vãos de entablamento simples, semelhantes à porta que se abre na fachada norte e que dá acesso à sala dos frescos, no piso térreo da torre medieval. Esta sala é assim apelidada pelos frescos que revestem as suas paredes (Fig. 230), dos quais distinguimos seis momentos e que, apesar do seu estado degradado, nos dão uma ideia de como seria toda a sala. O facto de estes diferentes elementos se apresentarem inseridos num retângulo rodeado de vestígios de pigmento que ocupam $\frac{3}{4}$ da altura das paredes sugere-nos que estas secções foram alvo de um restauro. Isso mesmo parece ser confirmado pela ficha do SIPA que refere que, em 1993, a Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra intervencionou os frescos, *com remoção de pregos e da camada de cal que os cobria, limpeza com água e bicarbonato de amónio, consolidação do intónaco, preenchimento de lacunas com betume celuloso para nivelamento e reintegração cromática a aguarela*²⁸⁵.

²⁸³ Este palácio era propriedade dos marqueses de Castelo Melhor, casa da qual era filho segundo D. José Luís de Vasconcelos e Sousa.

²⁸⁴ Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 85.

²⁸⁵ Pereira de Lima (2004), *Quinta do Marquês de Belas*, SIPA (<http://www.monumentos.pt>).

Os vestígios destes murais sugerem ainda que os frescos procuravam criar a ilusão de um jardim dentro de portas. Na parede oeste, que é dividida pelo arco chanfrado que sustenta o primeiro piso, vemos duas cenas que seriam iguais: uma fonte de taças e tanque redondo rodeada por sebes altas (Figs. 2301 e 232). Nas paredes norte e sul desta mesma divisão identificamos o desenho como sendo de quatro esculturas de linguagem clássica: uma figura feminina que segura uma foice, e que identificamos como a deusa Ceres (Fig. 233); uma figura velada com uma chama junto aos pés, que poderá ser Hefesto (Fig. 234); uma figura feminina que segura nas mãos uma grinalda de flores e que parece ter também flores no cabelo, podendo representar Clóris (Fig. 235); e, por fim, uma figura masculina com uma túnica curta que poderá remeter para Dionísio (Fig. 236). Poderão ser a representação das diferentes estações do ano – uma divindade para cada momento do ano –. o que está de acordo com o programa normalmente escolhido para o jardim do século XVIII, povoado por esculturas de representações de divindades associadas à natureza. Recordemos, por exemplo, a *Fonte das Quatro Estações* do jardim do Palácio dos condes de Oeiras (Figs. 237 e 238), onde as quatro figuras possuem os mesmo atributos que as quatro divindades da sala dos frescos de Belas.

Este trabalho pictórico poderá ser o que resta das pinturas que Cyrillo Volkmar Machado realizou para o paço dos marqueses de Belas, se bem que o pintor na sua *Colecção de Memórias* refere que nesta residência, para além dos trabalhos que Domingos Caldas Barboza descreveu, pintou o *Valor Português*, a *Idade do Ouro* e o *Triunfo das Artes*²⁸⁶. Resta muito pouco da decoração que os interiores do Paço de Belas ostentavam por esta época, que para além dos frescos tinha ainda paredes revestidas de azulejos, dos quais temos notícias dos painéis de motivos campestres do final do século XVIII que decoravam a escadaria do paço²⁸⁷.

2.3.3 Festas e romarias

Os autores consultados, especialmente os da época, dão-nos uma imagem de uma quinta, cujos jardins tinham vindo a ser moldados desde o início do século XVIII, que atingiu o auge do esplendor no final dessa centúria. O papel de D. Maria Rita de Castelo Branco e de seu marido, D. José de Vasconcelos e Sousa – que viriam a ser os primeiros marqueses de Belas –, foi crucial para que tal tenha acontecido. Tenhamos em consideração que foi segundo a orientação deste casal que se realizaram as reformas e as obras mais emblemáticas nos jardins da quinta.

286 Cyrillo Volkmar Machado, *Colecção de Memórias, relativas às vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portuguezes, E dos Estrangeiros, que estiverão em Portugal*, Lisboa, Imp. De Victorino Rodrigues da Silva, 1823, p. 307.

287 SIPA TXT. 00560876.

Cyrillo Volkmar Machado deixou o testemunho de que a marquesa de Belas *tinha hum gosto tão delicado para as composições, enfeites, e decorações*, que se tornou um exemplo para as outras senhoras da corte e uma fonte de aconselhamento para os artistas²⁸⁸. Acrescentou ainda que esta senhora não era a única pessoa da sua família *dotada de hum genio feliz para as Artes de imitação*²⁸⁷²⁸⁹. Também o seu marido, o marquês de Belas, era um homem culto e protetor das artes²⁹⁰, não hesitando em recompensar um artista quando lhe agradava o resultado do trabalho, como aconteceu com Joaquim Barros Laborão, pela sua escultura para o Obelisco, que já referimos. No Palácio Pombeiro, a residência dos condes de Pombeiro em Lisboa, reuniam-se com frequência, nas “Quartas-feiras de Lereno”²⁹¹, os membros da Nova Arcádia, composta por poetas portugueses, entre os quais: o fundador Domingos Caldas Barboza (Lereno), Bocage e a marquesa de Alorna²⁹². Como resultado, o conde de Pombeiro era tido na mais alta consideração pela comunidade artística portuguesa, da qual é exemplo Cyrillo Volkmar Machado, que deixou registadas nas suas memórias *as urbanas atenções, amizade, e protecção, que sempre devi ao Senhor Regedor, e a toda a sua illustre Família*²⁹³.

Nem sempre, porém, a admiração era a nota dominante no círculo dos que rodeavam os condes; é disso exemplo um pequeno apontamento de Beckford a respeito do seu vislumbre de D. Maria Rita de Castelo Branco: *No camarote de boca estava a afectada condessa de Pombeiro, cujos cabelos e pele cor de cera faziam um curioso contraste com a negra tez dos dois pagenzinhos pretos encarrapitados junto a ela, um de cada lado*²⁹⁴. Ou os versos satíricos de Bocage que tanto enfureceram D. José de Vasconcelos e Sousa, a ponto de este pôr fim à sua protecção à Nova Arcádia²⁹⁵:

*Preside o neto da rainha Ginga
A corja vil aduladora, insana;
Traz sujo moço amostras de chanfana,
Em copos desiguais se esgota a pinga;*

288 Cyrillo Volkmar Machado, *Colecção de Memórias...*, p. 40.

289 Cyrillo Volkmar Machado, *Colecção de Memórias...*, p. 40.

290 José-Augusto França, *A Arte em Portugal no século XIX*, Volume 1, p. 167.

291 Lereno era o nome arcadiano de Domingos Caldas Barboza.

292 Eduardo Sucena, «A Quinta e o Paço de Belas», p. 25.

293 Cyrillo Volkmar Machado, *Colecção de Memórias...*, p. 307.

294 William Beckford, *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, 3.ª Edição, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2009, p. 143.

295 José Ramos Tinhorão, *Domingos Caldas Barbosa: o poeta da viola, da modinha e do lundu (1740-1800)*, 1.ª Edição, São Paulo, Editora 34, 2004, p. 78.

*Vem pão, vem manteiga e chá, tudo à catinga;
 Masca farinha a turba americana;
 E o orangotango a corda à banza abana,
 Com gesto e visagens de mandiga:*

*Um bando de comparsas logo acode
 Do fofo conde ao novo Talaveiras;
 Improvisa berrando o rouco bode;*

*Aplaudem de contínuo as frioleiras
 Belmiro em ditirambo, o ex-frade em ode:
 Eis aqui de Lerenó as quartas-feiras.²⁹⁶*

O “fofo conde” era o conde de Pombeiro, do qual Bocage teve de se esconder por uns tempos, tal foi a fúria de D. José de Vasconcelos e Sousa perante estes versos.

Sátiras à parte, envolvidos pela sua fama de senhores cultos, os condes de Pombeiro organizavam magníficas festas na sua Quinta de Belas, que se estendiam pelos jardins e duravam toda a noite. Embora através de interposta pessoa, William Beckford deixou no seu diário uma descrição das famosas festas dos condes de Pombeiro: a que se realizou a 5 de julho de 1787, com baile, ceia e fogo de artifício, oferecida pelo conde de Pombeiro ao corpo diplomático e à qual compareceram grandes nomes da nobreza portuguesa, como o marquês de Marialva e família.

Tive o prazer, ao jantar, da companhia do grão-prior, que voltou de Belas às seis horas da manhã. Pela descrição que ele me fez da festa, deve ter sido muito romântica e sumptuosa. A casa, bem como os jardins, cobertos de flores, escondem-se no meio de uma mata com grandes árvores, laranjais e imensas murtas. Pelas moitas havia orquestras e os brilhantes pavilhões, todos iluminados no meio da escuridão da espessa folhagem, eram como edifícios feéricos. Os Portugueses, quando a oportunidade se lhes oferece, perdem a cabeça com divertimentos. Os convidados do conde de Pombeiro, cuja festa principiou pouco antes do crepúsculo, só o deixaram às seis horas da madrugada!²⁹⁷

Para além destas festas de carácter mundano que os senhores de Belas proporcionavam aos seus convidados, a construção de uma ermida dedicada ao Senhor da Serra, por volta de 1740²⁹⁸, provavelmente por vontade do 4.º conde de Pombeiro, D. Luís de Castelo Branco, con-

296 José Ramos Tinhorão, *Domingos Caldas Barbosa...*, p. 78.

297 William Beckford, *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p. 84.

298 Miguel Coelho de Sousa, «Paço de Belas e Quinta do Senhor da Serra», In Cristina Castel-Branco (dir.), *Água nos Jardins Portugueses*, Lisboa, SCRIBE – Produções Culturais Lda, 2010, p. 114.

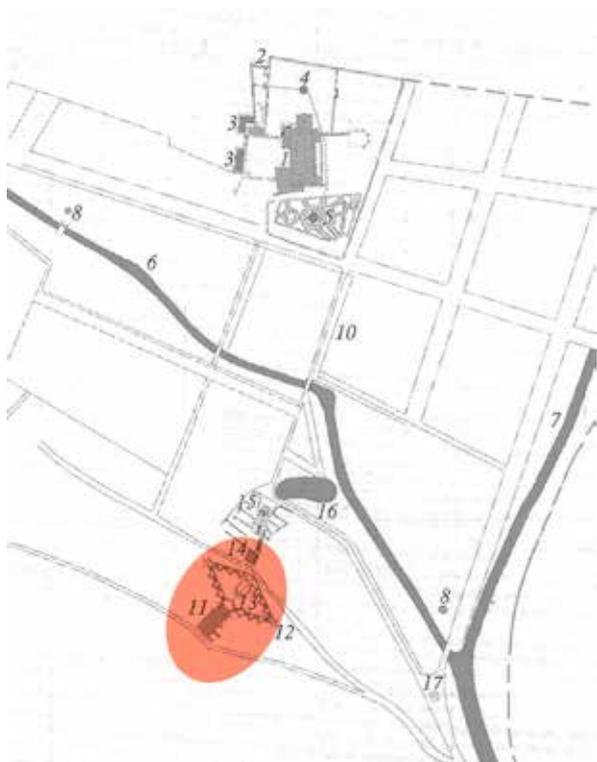


Fig. 239 - Localização da Capela do Senhor da Serra



Fig. 240 - Ruínas da Capela do Senhor da Serra (fonte: SIPA)

feriu ao local um caráter sagrado, ao qual os crentes afluíam para prestar culto, especialmente durante as romarias. Como já lemos pela mão de Domingos Caldas Barboza, a quinta estava aberta a quem a ela pretendesse aceder para usufruto dos jardins ou para subir à Capela do Senhor da Serra para orar.

O acesso principal à capela fazia-se a partir de um largo, situado acima da cascata anteriormente referida. Uma escadaria arrancava de ambos os lados criando dois lanços progressivamente divergentes. A meia altura da encosta, os lanços iniciavam a sua aproximação um ao outro, convergindo no largo onde se encontrava a capela. Ao longo das escadas várias capelas marcavam os diferentes momentos da Via Sacra, em conformidade com um gosto característico das manifestações religiosas do período barroco²⁹⁹.

A Capela, bem como a Via Sacra, ainda lá estão uns metros acima da cascata (Fig. 239 e 240) mas, infelizmente, encontram-se num completo estado de ruína e de difícil acesso, pois a mata tomou, entretanto, conta das estruturas. Contamos, uma vez mais, com as descrições de

299 Rosário Carvalho, *Quinta do Marquês*, IGESPAR (<http://www.igespar.pt>).

Caldas Barboza, para reconstruir o interior do pequeno templo: paredes forradas com azulejo onde estavam *delicadamente pintados os importantes Passos da Santíssima Vida do Nosso Redemptor, na proximidade de Sua Paixão, e Morte*³⁰⁰, e que foram atribuídos à oficina de Valentim de Almeida³⁰¹. Guardava-se no único altar da ermida o retábulo em terracota policromada com a imagem de Cristo crucificado, já morto, de cabeça inclinada sobre o ombro, tendo a seus pés três figuras chorosas: sua mãe, seu discípulo João e Maria Madalena que, ajoelhada, abraça a cruz³⁰².

No final do século XVIII, a quinta foi preparada para receber os peregrinos que no último domingo de agosto afluíam em romaria à Quinta do Senhor da Serra: rasgaram-se duas grandes praças, delimitadas por banco corrido com um gracioso encosto para *commodo de hum maior ajuntamento dos diversos ranchos de Familias (...). Agora mesmo, que descem da Capella da Serra os ranchos devotos, que neste dia festejaõ alli o Santo dos Santos, se faz este sitio mais alegre, e notavel*³⁰³. Era o local onde os romeiros se agrupavam, para merendar, dançar, tocar e cantar, mas também onde se montavam as tendas dos comerciantes que aproveitavam a romaria para vender os seus produtos³⁰⁴.

Esta imagem, simultaneamente de descontração e de fervor religioso e lembrando as festas da aldeia em que os peregrinos percorriam e ocupavam os jardins da quinta como se de uma propriedade pública se tratasse, manteve-se até ao início do século XX. Algumas fotografias dessa época ainda retratam esse ambiente (Figs. 241 e 242). Embora tudo pareça indicar que a Quinta do Senhor da Serra tenha sido encerrada ao culto nos anos 40³⁰⁵, constituindo por isso o final da Romaria do Senhor da Serra, um documento datado de 4 de abril de 1971 transcreve um parecer da Câmara Municipal de Sintra que remete para a sua continuada abertura: *explicava que a capela não estava em tão mau estado quanto algumas notícias faziam crer, pois é reparada e caiada todos os anos, sendo aberta ao público, também anualmente, no último Domingo de Agosto, dia em que um empregado acompanhava peregrinos em grupos de cinco, à capela*³⁰⁶. Independentemente da abertura ou encerramento, as notícias dão-nos uma imagem de progressivo abandono: se o mesmo parecer refere que a escadaria de acesso ao templo estava

300 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 26.

301 Rosário Carvalho, *Quinta do Marquês*, IGESPAR (<http://www.igespar.pt>).

302 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 26.

303 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 75.

304 Domingos Caldas Barboza, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas...*, p. 76.

305 SIPA, TXT. 00560876; TXT. 00560865

306 SIPA, TXT. 00560759.



Fig. 241 - Romaria do Senhor da Serra (fotografia cedida pelo arquitecto João Rito Afonso)



Fig. 242 - Romaria do Senhor da Serra (fotografia cedida pelo arquitecto João Rito Afonso)

em mau estado, porque havia muitos anos que não era reparada, em 1979 um comunicado da Câmara Municipal de Sintra à DGEMN dava conta do assalto à Capela do Senhor da Serra que fez desaparecer alguns dos azulejos que forravam o interior do templo³⁰⁷.

2.4 O Paço de Belas no século XX

Se bem que o auge do esplendor do Paço de Belas e da Quinta do Senhor da Serra tenha acontecido durante o senhorio dos marqueses de Belas, foi também sob o governo destes senhores que esta propriedade iniciou o seu caminho de declínio e ruína. A 13 de novembro de 1807, a Família Real embarcou para o Brasil de forma a evitar que Napoleão, ao invadir Portugal, depusesse D. Maria I e colocasse no trono português um monarca que ele próprio pudesse controlar. Toda a corte, incluindo os marqueses de Belas e a sua família, atravessou o Atlântico, deixando Portugal durante os treze anos seguintes.

Em 1878, depois de se ter mantido na posse da família Castelo Branco, a Quinta do Senhor da Serra é vendida pelo marquês D. José Inácio de Castelo Branco³⁰⁸ a D. Virgínia do Amparo Ferreira de Almeida, mantendo-se na posse desta família até 1942. Em 1943, o Paço de Belas, juntamente com todos os restantes imóveis da quinta, é classificado como Imóvel de Interesse Público, por Decreto n.º 32973, de 18 de agosto. Adquirido um ano antes por Júlio Martins, o abandonado e estado de ruína em que se encontrava é finalmente ultrapassado com a realização de obras de remodelação pelo arquiteto Raul Lino, por forma a tornar a residência

307 SIPA, TXT. 00560853.

308 Os condes de Pombeiro, D. Maria Rita de Castelo Branco e D. José Luís de Vasconcelos e Sousa, foram elevados a marqueses de Belas, a 17 de dezembro de 1801, por D. Maria I.



Fig. 243 - Porta larga de arco quebrado aberta por Raul Lino (2012, fotografia da autora)



Fig. 244 - Janelas chanfradas (2012, fotografia da autora)

habitável e dotada do conforto e da higiene necessários³⁰⁹. Um dos documentos do arquivo do SIPA refere que o palácio da Quinta do Senhor da Serra estava, antes da intervenção do arquiteto Raul Lino, *transformado em palheiro, cheio de vergonhosos enxertos e em ruína*³¹⁰.

O projeto de Raul Lino passou pela demolição de parte do corpo a sudoeste do paço. Na realidade, era objetivo demolir todo esse corpo, incluindo a sala abobadada que hoje aí se pode ver. Optou-se, em boa hora, por demolir apenas o primeiro piso, tendo-se transformado em terraço o que antes era espaço interior (Anexos 3.1.6-7 e 3.1.9-10). A ter-se seguido o projeto inicial, Raul Lino tornaria a fachada principal mais simétrica, equilibrando o corpo central entre dois volumes de torreões. Alterou-se o acesso ao pátio: na parede sul, ao lado da pequena porta de arco quebrado, foi aberto um arco igualmente apontado mas de maiores dimensões (Fig. 243) para tornar possível *a comunicação para veículos entre este recinto e a quinta*³¹¹. Os arcos quatrocentistas e quinhentistas da fachada principal, entretanto emparedados, foram também alvo de intervenção, ainda que não conducente à sua libertação ou vazamento. Tratou-se tão só de substituir as janelas de entablamento simplificado que aí existiam (Anexo 3.1.6) por *largas frestas chanfradas segundo a fórmula mais simples e usual nas construções da primeira metade do*

309 SIPA TXT. 01801427.

310 SIPA TXT. 01801438.

311 SIPA TXT. 01801427.



Fig. 245 - 245. Escadas de serviço (2012, fotografia da autora)



Fig. 246 - Detalhe dos capitéis das portas de serviço (2012, fotografia da autora)

século XVI (Fig. 244; Anexo 3.1.7)³¹². A agilização dos acessos ao interior do paço foi também pensada adicionando-se uma nova escada de serviço no topo norte do edifício (adossada ao volume que envolve as escadas interiores) (Fig. 245; Anexo 3.1.7). No âmbito destas alterações foram abertas duas portas de serviço que usam elementos (capitéis) que nos parecem ser originais, aproveitados de vãos do século XVI (Fig. 246)³¹³.

Mas foi no interior do primeiro piso que o projeto de Raul Lino foi mais radical, a ponto de fazer tábua rasa do que existia anteriormente (Anexo 3.1.5). Eliminou a organização de divisões contínuas e ligadas entre si, projetando um corredor centra, em redor do qual se organizavam todas as áreas. O objetivo terá sido obter uma multiplicação de quartos que a planta anterior não permitia, como a inclusão de uma cozinha, com a copa e o quarto da criada, no primeiro piso da torre medieval. Este projeto, arrasou por completo o interior dos pisos superiores do paço, eliminando a organização que seria, com alguma probabilidade, a mesma desde a sua construção.

312 SIPA TXT. 01801426.

313 São muito semelhantes aos capitéis das janelas do primeiro piso da fachada poente.

Em 1975, o paço é ocupado por diferentes organismos, entre os quais o Centro Folclórico de Belas e uma clínica de psiquiatria, o que contribuiu para a progressiva degradação do imóvel e dos monumentos dos jardins, como a escultura do obelisco. A partir de 1985, tendo os proprietários recuperado a quinta, deu-se início à recuperação da propriedade, criando serviços recreativo, como o centro equestre e o centro de ténis. Nos anos 1990 procedeu-se aos estudos para dar início às obras de remodelação do paço, que permitiram descobrir grande parte dos vãos que estavam escondidos por vastas camadas de rebocos. No interior do paço apenas o piso térreo foi completamente remodelado, permanecendo inacabados até à data os pisos superiores. Este último projeto, desenhado pelos arquitetos José Victorino e João Rito Afonso, pretendeu, como se pode verificar pelas plantas, estabelecer uma organização de áreas que se aproximasse da planta anterior às intervenções de Raul Lino, reavivando a galeria, a poente, e as divisões, a nascente (Anexo 3.1.21).

Em 1994, parte da quinta foi expropriada por parte do Estado para a construção do viaduto da Cintura Regional Exterior de Lisboa (CREL), que veio a passar precisamente por cima do obelisco – apesar de este estar classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1943. Atualmente, a quinta está ainda na posse da Sociedade Agrícola e Abastecedora Sagrial, que reabilitou o Paço de Belas para cenário de eventos e festas. A par do edifício, o tratamento dos exteriores foi entregue ao estudo do arquiteto paisagista João Cerejeiro, ficando depois sob a responsabilidade do arquiteto paisagista Miguel Coelho de Sousa. Em 2001, os plátanos e as alamedas de buxo centenários, bem como dois teixos, foram classificados pela Direcção Geral das Florestas.

Conclusão

De todas as estruturas residenciais dos condes de Pombeiro, o Paço de Belas é aquela que encerra em si o testemunho de sete séculos de ocupação e reformulações arquitetónicas, desde o fim da Idade Média até aos dias de hoje. A importância histórica deste paço interliga-se com os nomes dos seus proprietários, entre os quais D. Lopo Fernandes Pacheco, o seu filho, Diogo Lopes Pacheco, D. Pedro I, D. João I, o infante D. João e a infanta D. Beatriz. O paço que os Castelo Branco herdaram, na segunda metade do século XVII era já uma residência carregada de elementos de um passado glorioso, fruto das intervenções régias e senhoriais. Aliando a excelente localização nos arredores de Lisboa ao passado, por vezes lendário, associado a esta casa, Belas tornou-se uma das residências mais importantes dos condes de Pombeiro, que dela fizeram cenário de lazer, festejo e até fervor religioso durante os séculos XVIII e XIX.

Na análise do Paço de Belas tentámos cruzar, naquele que é o nosso primeiro exercício de fôlego no campo da História da Arte, a análise das formas com o conhecimento profundo dos seus sucessivos proprietários, descodificando, através de ambos, o papel social que o imóvel foi sendo chamado a desempenhar. Exercício muito mais complexo do que inicialmente pensámos, desde logo pelas lacunas que as fontes não permitem preencher, mas também porque as formas não se deixam encerrar por limites estanques, de tempo ou espaço. A compreensão da complexa dinâmica subjacente, dos ritmos variados e da multiplicidade de factores que intervêm na sua expressão, foi sendo dos diversos contextos histórico-artísticos. Efectivamente, a necessidade operativa que sentimos de organizar a genealogia das famílias que passaram por Belas, fez-se sentir com a mesma intensidade no que respeita à materialidade das formas: aos seus tempos (tantas vezes surpreendentes pela sua longa e lenta espessura), aos seus criadores e àqueles que as encomendaram, à forma como se cruzaram, sucederam, influenciaram ou simplesmente ignoraram. Por isso procurámos, identificar obras similares, reconhecer um mesmo “ar de família”, uma mesma cultura ou, simplesmente, as respostas a necessidades idênticas.

A identificação de uma torre medieval a norte do conjunto residencial, colocou-nos perante o remoto da estrutura residencial. A sua localização, sem uma posição dominante sobre a paisagem e sem estratégia de defesa, poderá ser sinal da existência de uma construção anterior aos finais do século XIII, inícios do XIV. Todavia, a análise comparativa dos vãos mais antigos, remetem para o final do século XIV e inícios do século XV. Isso, a par dos testemunhos escritos, permite considerar que foi neste período que o paço tomou uma configuração mais alargada, não excluindo a possibilidade de que estas obras possam ter aproveitado fundações de constru-

ções anteriores.

O facto dos elementos mais antigos se reportarem à transição de Trezentos para Quatrocentos poderá ter uma ligação direta com o facto de, até esse período, a Quinta de Belas ter sido alvo de trocas de proprietários, pelo que pressupomos que tenham sido tempos de relativa instabilidade e menos votados a remodelações. Esta propriedade foi por várias vezes confiscada pela Coroa aos Pacheco, tendo sido a primeira delas por D. Pedro I por causa do envolvimento de Diogo Lopes Pacheco no assassinato de Inês de Castro, para ficar na posse real ou para ser doada, como aconteceu em 1398 quando D. João I fez doação a Gonçalo Peres Malafaia. Quando, no início do século XV, o monarca português adquiriu a propriedade de Belas fazendo depois doação desta a seu filho D. João, o paço conheceu profundas obras de remodelação. São vários os elementos comuns a outras construções promovidas pela casa de Avis durante a primeira metade do século XV. Esta recolha de elementos permitiu criar uma dimensão mais completa acerca do paço quatrocentista, alvo das obras joaninas. O paço joanino de Belas, à semelhança do que se verifica em outros paços deste período, seria uma residência que, procurando dar resposta a uma necessidade de maior conforto na habitação, apresentava uma multiplicação e ampliação de espaços. Embora de dimensões menores, foi aqui recriada uma estrutura que havia sido já praticada no Paço da Vila de Sintra: uma conjugação de volumes distintos (cujo efeito de plasticidade é uma das características mais vincadas), marcados por um pátio de recebimento, uma fachada rasgada por uma sucessão de arcos quebrados da *loggia*³¹⁴, uma sala ou Aula Régia, cujas dimensões suplantam as do Paço de Leiria.

Na falta de indícios que corroborassem as opiniões de que a infanta D. Beatriz, a última proprietária real, tenha dedicado uma atenção especial a esta residência, ou sequer aí tivesse residido, debruçamo-nos sobre os proprietários seguintes, a família Atouguia Correia³¹⁵. Foi durante as primeiras décadas do século XVI que as obras empreendidas por Pero Correia, embaixador de D. Manuel e membro do conselho de D. João III, trouxeram uma maior abertura do paço ao exterior, dotando-o de novos pontos de observação da paisagem, como galerias, mirantes e generosas janelas, facilitando o acesso do interior ao exterior. Datam deste período os motivos mudéjar que aqui, como em tantas outras obras, convivem com um amplo leque de motivos então tão em voga como cordas, correntes, esferas, homens selvagens, a cuja articulação a historiografia tem tradicionalmente denominado como “arte manuelina”.

314 Que em Belas teria um desenvolvimento diferente, havendo a possibilidade de a *loggia* percorrer várias frentes.

315 Primeiro na posse de Rodrigo Afonso de Atouguia, fidalgo da casa Viseu-Beja, que por testamento legou os seus bens e o morgado de Belas a seu filho Pero Correia.

Neste âmbito, a importância da sinalização da família senhorial através da pedra de armas era um processo comum, que começámos por verificar no Paço de Pirescouxe, e que em Belas os Correia não se coibiram de multiplicar, colocando o seu brasão em vários locais de grande visibilidade. Uma forma de identificar no exterior da propriedade quem eram os senhores daquelas terras, tendo os condes de Pombeiro igualmente incorporado o brasão a par dos Correias, a quem deviam o senhorio.

A relativa estagnação construtiva que caracterizou o século XVII, em grande parte justificada pela guerra da Restauração, foi ultrapassada pelas famílias nobres em finais da centúria e, principalmente, no decorrer do século seguinte. Os Castelo Branco, agora condes de Pombeiro³¹⁶, reformularam a Quinta e o Paço de Belas, sendo dessa época e encomenda a parte fundamental das marcas que chegaram aos nossos dias. Foi o século de melhorias na residência e, sobretudo nos jardins, atualizando o Paço de Belas de acordo com uma nova forma de viver a habitação, transformando a propriedade numa quinta de recreio como resposta a *um crescendo da importância e variedade da sociabilidade em torno da «mesa» a partir da Restauração*³¹⁷. Tornava-se comum o serviço das refeições e refrescos ao ar livre, de preferência nos jardins, pelo que os exteriores dos palácios se tornaram uma verdadeira extensão da casa, providenciando agradáveis e deleitosos espaços para variadas atividades. No século XVIII, a Quinta de Belas, com os seus jardins e paços, chegou a um ponto alto da sua história, graças às melhorias levadas a cabo por três gerações de condes de Pombeiro: D. Luís de Castelo Branco, D. António de Castelo Branco e D. Maria Rita de Castelo Branco, em conjunto com o seu marido, D. José Luís de Vasconcelos e Sousa. Foi o século em que a família régia voltou a Belas, para beneficiar dos bons ares da região, encetando os sucessivos condes de Pombeiro esforços para remodelar os jardins de forma que estes providenciassem os ambientes necessários a uma quinta de recreio. Desta forma, para além de se dotar os espaços verdes de árvores de grande porte, algumas originárias de outros continentes, foi criado um espaço religioso e de peregrinação na encosta a Sul do paço. A Romaria do Senhor da Serra traria ali multidões de peregrinos todos os últimos domingos de agosto, numa tradição que permaneceu viva até à quarta década do século XX.

Para além do religioso, a quinta guardava ainda espaço para os monumentos lúdicos nos quais a água tinha uma forte presença, como destaque para a Fonte do Neptuno, hoje já não atribuída a Bernini, mas ao escultor Ercole Ferrata. No final de Setecentos, os condes D. Maria Rita de Castelo Branco e seu marido, D. José Luís de Vasconcelos e Sousa, trataram de aprimorar

316 Graças aos serviços prestados a D. João IV e à Rainha D. Luísa de Gusmão (enquanto regente).

317 Ana Duarte Rodrigues, «Banquetes, jantares, merendas e refrescos nas quintas de recreio. Realidade e Representação», In Ana Isabel Buescu e David Felismino (coord.), *A Mesa dos reis de Portugal*, 2011, p.438.

o jardim de recreio, imaginando caminhos por entre jardins, a cascata povoada de deuses aquáticos, casas de fresco, e uma multiplicação de alamedas e cores. A apoteose do jardim de Belas figura num outro monumento, dedicado ao então príncipe regente, sua esposa e seus filhos. Os condes pretenderam celebrar a visita dos seus príncipes erguendo um fabuloso obelisco numa nova área do jardim. Era este o cenário das emblemáticas festas com que os condes de Pombeiro surpreendiam os seus convidados, ou mesmo os estrangeiros que ouviam relatos das mesmas, como William Beckford.

Podemos considerar que foram três os grandes momentos do Paço de Belas, enquanto residência: as obras joaninas do século XV; um segundo momento durante o século XVI nas remodelações encetadas por Pero Correia; e finalmente no século XVIII, pelas mãos dos Castelo Branco. Como tantas vezes se constata na história da habitação nobre, as sucessivas obras não fazem tábua rasa do passado, muito pelo contrário. Integram elementos distintos, conjugando volumes diferentes, articulados de forma orgânica. O que explica os alinhamentos inusitados, as sobreposições de vãos de tempos diferentes, a convivência de linguagens só aparentemente díspares. Por vezes surge uma fachada biombo, numa tentativa de regularizar as várias ampliações mas que só para o exterior mitiga a espessura do tempo. De tudo isto é exemplo a ação dos Correia e posteriormente dos Castelo Branco. Os primeiros ampliaram a loggia quatrocentista adicionando-lhe nos extremos dois novos corpos rasgados por arcos congêneres. Os condes de Pombeiro, por seu lado, ao reconstruírem a fachada nascente, destruída pelo Terramoto de 1755, parecem ter seguido essa mesma inspiração da arcada quatrocentista, agora associada à platibanda quinhentista perfurada.

Ao longo desta investigação tornou-se cada vez mais clara e compreensível a opinião de José Custódio Vieira da Silva ao assinalar o Paço de Belas como um *edifício fundamental na evolução das moradas nobres medievais*³¹⁸. Sem sombra de dúvida, o Paço de Belas revelou-se uma frutífera fonte de elementos e programas de obras que atravessam diferentes correntes e períodos e que não se esgotaram neste estudo, oferecendo bases para estudos mais aprofundados centrados nas variadas áreas possíveis. Num mesmo caso de estudo temos presentes as respostas a diferentes necessidades: a procura de conforto, de protagonismo social através de programas decorativos específicos ou a abertura da casa aos jardins, tornando-os um espaço de eleição na vivência cortesã.

Pesa a consciência das muitas situações para as quais não foi possível tecer uma hipótese, especialmente para elementos que surgiram completamente desenquadrados da organização

318 José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, p. 127.

atual do paço. Apesar da presente investigação e de outras já empreendidas no passado, permanece a certeza de que esta residência é ainda uma frutuosa fonte de estudo a vários níveis, sendo passível de novos investimentos e cuidados na procura do seu real passado.

Bibliografia:

Fontes inéditas:

ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, maço 31, doc. 620.

ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, maço 31, doc. 604.

ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, maço 42, doc. 834.

ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, maço 45, doc. 890.

ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, maço 49, doc. 970.

Arquivo Histórico de Sintra, Arquivo dos Marqueses de Belas.

Fontes impressas:

BARBOSA, J. Vilhena de, «Quinta dos senhores de Bellas», *Archivo Pittoresco*, 1862, Volume V, pp. 289-291.

BARBOSA, J. Vilhena de, «Fragmentos de Roteiro de Lisboa: inédito: arrabaldes de Lisboa», *Archivo Pittoresco*, 1863, Volume VI, pp. 185-186.

GÓIS, Damião de, *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, Lisboa, Francisco Correia impressor, 1566.

LINO, José, «Periscoxe», *Diário de Notícias*, Ano 75, n.º 26404, 11 de agosto de 1939, p. 2.

LOPES, Fernão, *Chronica de El-Rei D. Pedro I*, Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1895.

LOPES, Fernão, *Chronica de El-Rei D. João I*, Lisboa, Bibliotheca de Clássicos Portuguezes, 1897-1898, 7 volumes.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915.

Obras consultadas:

AAVV, *Carta Arqueológica Municipal de Loures*, Loures, Câmara Municipal de Loures, 2000.

AAVV, *Castelo de Pirescouxe*, Loures, Câmara Municipal de Loures, novembro de 2001.

- AAVV, *Manuelino. À Descoberta da Arte do Tempo de D. Manuel I*, Lisboa, Electa, 2002.
- AAVV, *O Medieval e o Moderno em Loures. Viagens pelo Património*, Loures, Câmara Municipal de Loures, 1999.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, e BARROCA, Mário Jorge, *História da Arte em Portugal: o Gótico*, 1.ª Edição, Barcarena, Editorial Presença, 2002.
- ANDRADE; Maria Filomena, *O Mosteiro de Chelas. Uma comunidade feminina da Baixa Idade Média. Património e gestão*, “Dissertações”, Cascais, Patrimonia – Associação de Projectos Culturais e Formação Turística, 1996.
- ARAÚJO, Ilídio de, *Arte Paisagística e Arte dos Jardins em Portugal*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1962.
- AZEVEDO, Carlos de e FERRÃO, Julieta; GUSMÃO, Adriana de, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, Junta Distrital de Lisboa, 1963.
- AZEVEDO, Carlos de, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Concelho de Loures*, 1.ª Edição, Loures, Câmara Municipal de Loures, 1983.
- AZEVEDO, Francisco Simas Alves de «Meditações heráldicas X. A heráldica quatrocentista do apelido Castelo-Branco», *Armas e Troféus. Revista de História, Heráldica, Genealogia e de Arte*, N.º 3, 2.ª Série, Tomo 5, Lisboa, 1964, pp. 118-120.
- AZEVEDO, Carlos de, *Solares Portugueses: introdução do estudo da casa nobre*, 2.ª Edição, Mem-Martins, Livros Horizonte, 1988.
- BAENA, Visconde Sanches de, *Archivo Heraldico-genealogico*, facsimile da edição de 1872, 2.ª Edição, Braga, Barbosa & Xavier, 1991.
- BARBOZA, Domingos Caldas, *Descrição da Grandiosa Quinta dos senhores de Bellas, e notícia do seu melhoramento, offerecida á illustrissima e excellentissima senhora D. Maria Rita de Castello-Branco Correa e Cunha, condeça de Pombeiro e senhora de Bella / Por seu humilde servo o beneficiado Domingos Caldas Barboza, Capellão da Relação*, Lisboa, Typographia Regia Silviana, 1799.
- BARBOSA, Pedro Gomes, «Comércio e Circulação no Tejo, na Idade Média», In AAVV, *O Comércio em Vila Franca de Xira*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, junho de 1995, pp. 56-61.
- BARROCA, Mário Jorge, «D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa», *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, Faculdade de Letras, 1998, II série, Tomo XV, pp. 801-822.

BARROCA, Mário Jorge, «Tempos de Resistência e de Inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)», *Portugália: revista do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Volume XXIV, FLUP, 2003, pp. 95-112.

BARROCA, Mário Jorge, «Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes. A concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)», *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História e Teorias das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume 19, 1997, pp. 39-103.

BECKFORD, William, *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, 3.ª Edição, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2009.

BUESCU, Ana Isabel, e FELISMINO, David (coord.), *A Mesa dos Reis de Portugal*, 1.ª Edição, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.

BUESCU, Ana Isabel, *D. João III: 1502-1557*, Casais de Mem-Martins, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2008.

BUESCU, Ana Isabel, *D. João III e D. Manuel da Silva, bispo de Viseu: novas razões para um ódio velho*, Lisboa, Departamento de História, FCSH-UNL, 2010.

CALDAS, João Vieira, *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no século XVIII*, “série 2-Argumentos”, 2.ª Edição, Porto, FAUP, 1999.

CALDAS, João Vieira, «O Mundo Erudito e o Mundo Vernáculo nas quintas viradas ao Tejo», *V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*, Faro, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade do Algarve, 25 a 29 de setembro de 2001, pp. 233-257.

CARITA, Helder e CARDOSO, Homem, *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal: o da originalidade e desaires desta arte*, s.l., Edição dos Autores, 1987.

CARRIÇO, João António d’Almeida Cardoso, *O “Castelo” de Pirescoxe – estudo Histórico-Estético*, Trabalho não publicado para a disciplina de História da Arte Medieval do Mestrado de História da Arte, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 06 de outubro de 1999.

CASTEL-BRANCO, Cristina (dir.), *A Água nos Jardins Portugueses*, Lisboa, SCRIBE – Produções Culturais Lda, 2010.

CASTEL-BRANCO, Cristina (dir.), *Jardins Com História: Poesia atrás dos muros*, Lisboa, Edições Inapa, 2002.

CASTELLO BRANCO, Theresa M. Schedel, «A Pedra d’Armas de Castelo Branco, o Novo. História e Descrição», *Boletim de Trabalhos Históricos*, Volume XLI, Guimarães, Archivo Municipal Alfredo Pimenta, 1990.

CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand/José Bastos, 1902, Volume I.

CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga*, Coimbra, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1884-1885, Volume III.

CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, 2.^a Edição, Lisboa, S. Industriais da C. M. L., 1935, Volume III.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I: o que recolheu boa memória*, “Reis de Portugal”, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010.

COSTA, João Paulo Oliveira, *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do Renascimento*, “Reis de Portugal”, Lisboa, Temas e Debates, 2011.

COSTA, P. António Carvalho da, *Corografia Portuguesa E Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal*, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1708.

COUTINHO, J. Reis, «Jóia Architectónica Manuelina em Santiago da Guarda», *Revista Munda*, N.º 15, 1988, pp. 21-32.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *A Arquitectura “ao Romano”*, “Arte Portuguesa da Pré-História ao século XX”, Porto, Fubu, 2009, Volume 9.

DELAFORCE, Angela, MONTAGU, Jennifer, GOMES, Paulo Varela e SOROMENHO, Miguel, «A Fountain by Gianlorenzo Bernini and Ercole Ferrata in Portugal», *The Burlington Magazine*, Volume 140, N.º 1149, dezembro de 1998, pp. 804-811.

DIAS, João José Alves (org.), *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, 1.^a Edição, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Universidade Nova de Lisboa, 2004.

DIAS, João José Alves (org.), *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Duarte: cortes de 1436 e 1438*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Universidade Nova de Lisboa, 2004.

DIAS, João José Alves (org.), *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I: cortes de 1502*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Universidade Nova de Lisboa, 2001.

DIAS, Pedro, *A Arquitectura Manuelina*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1988.

DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte: requiem por um rei triste*, “Reis de Portugal”, Lisboa, Temas e Debates, 2007.

DUARTE, Luís Miguel, «África», in BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, 1.^a Edição, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, Volume I, pp. 392-400.

D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, “Pensamento Português”, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

FARELO, Mário Sérgio da Silva, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, Tese de Doutoramento em História – História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.

FARIA, António Machado de, *Armorial Lusitano: genealogia e heráldica*, 4.^a Edição, Lisboa, Zairol, 2000.

FARIA, António Machado de, *Livro das Linhagens do século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1956.

FERNANDES, Carla Varela, *Memórias de Pedra. Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa*, “Monumentos-Monografias”, Lisboa, IPPAR, 2001.

FERREIRA, P., *Livro de Ouro da Nobreza de Portugal*, Lisboa, Typ. Da Pap. Estevão Nunes & Filhos, 1902.

FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no século XIX*, Lisboa, Livraria Bertrand, Volume I, 1966.

FRANÇA, José-Augusto, *Tomar*, “Cidades e vilas de Portugal”, Lisboa, Presença, 1994.

FREIRE, Anselmo Braancamp, *Armaria Portuguesa*, Fac-simile da 1.^a Edição de 1925, Lisboa, Cota d'Armas-Editores e Livreiros, 1989.

FREIRE, Anselmo Braancamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, 3 volumes.

FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, “Reis de Portugal”, 2.^a Edição, Lisboa, Círculo de Leitores-Temas e Debates, 2010.

GAYO, Manuel Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Braga, Editorial Carvalho Bastos, 1990.

GOMES, Rita Costa, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.

GOMES, Rita Costa, *D. Fernando I*, “Reis de Portugal”, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010.

GOMES, Saul António, *D. Afonso V: o Africano*, “Reis de Portugal”, Lisboa, Temas e Debates, 2009.

GONÇALVES, A. Nogueira, *O Paço dos Senhores de Pombeiro na Cidade de Coimbra*, Albergaria-a-Velha, Tipografia Vouga, 1959.

- HACQUARD, George, *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, 1.ª Edição, Porto, Asa, 1996.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1985.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *D. Pedro II: o Pacífico*, “Reis de Portugal”, *Temas e Debates*, 2009.
- LOURENÇO, Vanda, «Lopo Fernandes Pacheco: um valido de D. Afonso IV», *Medievalista*, Ano 2, N.º 2, 2006.
- MACHADO, J. T. Moltalvão, *Itinerários de El-Rei D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1978.
- MAGALHÃES, Fátima (coord.), *Roteiro do Património Medieval da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, Lisboa, Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1998.
- MANTAS, Vasco Gil, «A Rede Viária Romana e Medieval da Região de Torres Vedras», *Turres Veteras I Actas de História Medieval*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras-Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo “Alexandre Herculano”, 2000, pp. 9-25.
- MARQUES, A. H. Oliveira, *A Sociedade Medieval portuguesa. Aspectos de Vida Quotidiana*, 6.ª Edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.
- MARQUES, A. H. de Oliveira e DIAS, Nuno José Pizarro (ed.), *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, 4.ª Edição, Lisboa, Palas Editores, 2 volumes, 1974.
- MARTINS, Maria Odete Sequeira, *D. Brites. Uma mulher da Casa de Avis*, Lisboa, Matosinhos, Quidnovi, 2009.
- MARTINS, Maria Odete Sequeira, *D. Brites: Mulher de Ferro: 1429-1506*, Vila do Conde, Quidnovi, 2011.
- MARTINS, Miguel Gomes, «Os Alvernazes: um percurso familiar e Institucional entre finais de Duzentos e início de Quatrocentos», *Cadernos do Arquivo Municipal*, N.º 6, 2002, pp. 10-14.
- MATTOSO, José, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, 2.ª Edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1987.
- MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Média*, Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2011, Volume 1.

MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna*, Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2011, Volume 2.

MATTOSO, José, *Identificação de um País. Ensaios sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, “Imprensa Universitária”, Lisboa, Estampa, 1985, Vol. I.

MATTOSO, José, Ricos-homens, *Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos séculos XI e XII*, “História e ensaios”, Lisboa, Guimarães, 1982.

MENDONÇA, Manuela, *Chancelaria de D. João II: Índices*, Lisboa, Arquivos Nacionais. Torre do Tombo, 1994, 2 volumes.

MORAIS, Cristovão Alão de, *Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal)*, Porto, Livraria Fernando Machado, 1942.

MOREIRA, Rafael, «A Torre de Belém», In Irisalva Moita (coord.), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

MORENO, Humberto Baquero (org.), *Itinerários de El-rei D. Duarte: (1433-1438)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1976.

MORENO, Humberto Baquero, «O Infante D. Fernando, Mestre da Ordem de Santiago», in Isabel Cristina Ferreira Fernandes (coord.), *As Ordens Militares em Portugal e no sul da Europa. Actas do II Encontro Sobre Ordens Militares*, 1.ª Edição, Lisboa, Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 1997, pp. 325-343.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz, *D. João V*, “Reis de Portugal”, 7.ª Edição, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

OLIVAL, Fernanda, *D. Filipe II: de cognome «o Pio»*, “Reis de Portugal”, 1.ª Edição, Temas e Debates, 2008.

OLIVEIRA, Ana Cristina, SILVA, Ana Raquel e ESTEVÃO, Florbela, «Património Edificado do Concelho de Loures», *O Medieval e o Moderno em Loures. Viagens pelo Património*, Catálogo de Exposição, Loures, Câmara Municipal de Loures, junho de 1999, pp. 47-67.

PAULINO, Francisco Faria (coord.), *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994.

PEREIRA, Paulo, *A Obra Silvestre e a Esfera do Rei: iconologia da arquitectura manuelina na Grande Estremadura*, “Subsídios para a História da Arte Portuguesa”, Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, 1990.

PEREIRA, José Fernandes (dir.), *Dicionário de Escultura Portuguesa*, 1.ª Edição, Lisboa, Editorial Caminho, 2005.

PEREIRA, Paulo, «As grandes edificações (1450-1530). A Nova Conjuntura quatrocentista», in Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa*, Volume 2, pp. 11-113.

PEREIRA, Paulo, *Fortaleza Evoramonte*, Lisboa, Ministério da Cultura/Ippar, Lisboa, 2004.

PIEIDADE, Frei António da, *Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida*, Lisboa, s. e., Tomo I, Capítulo XV, 1728.

PIMENTA, Cristina, *D. Pedro I: entre o reino e a recordação de Inês*, “Reis de Portugal”, Lisboa, Temas e Debates, 2007.

PIMENTEL, António Filipe, *A Morada da Sabedoria. 1. O Paço Real de Coimbra: Das Origens ao Estabelecimento da Universidade*, Coimbra, Almedina, 2005.

PINTO, Albano da Silveira, *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, Facsimile da edição de 1883, Lisboa, Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 1991, 2 volumes.

PINTO, Segismundo e LAMAS DE MENDONÇA, Manuel, «Quatro povoadores açorianos. Muitas perguntas e poucas respostas», *Atlântida*, Volume L, 2005, pp. 147-149.

PINTON, Daniele, *Bernini: sculptor and architect*, “Art Courses”, Roma, Ats Italia Editrice s.r.l., 2009.

PORTUGAL, Fernando, *A Chancelaria de Dom Manuel*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, 1969.

Portugal or the young travellers: being some account of Lisbon and its environs, and a tour in the Alemtejo, in which the customs and manners of the inhabitants are faithfully detailed, London, Harvey and Darton, 1830, IV.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, *D. Maria I*, “Reis de Portugal”, 1.ª Edição, Lisboa, Temas e Debates, 2010.

RASTEIRO, Joaquim, *Quinta e Palácio da Bacalhoa em Azeitão: monografia histórico-artística*, Porto, Asa, 2005.

RICARDO, Daniel, *Francisco de Arruda*, Lisboa, Escola Técnica Elementar, 1966.

RODRIGUES, Maria João, SOUSA, Pedro F. e BONIFÁCIO, Horácio, *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, 4.ª Edição, Lisboa, Quimera Editores, 2005.

RODRIGUES, Rui, CASA, João e OLIVEIRA, Rui, «Cena Mitológica do Julgamento do Rei Midas: História e Origem do Painel Brutesco em Baixo Relevo do Paço Senhorial de Belas», *Tritão: Revista de História, Arte e Património de Sintra*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, N.º1, dezembro de 2012, pp. 2-20.

RODRIGUES, Rui, *Las Quintas como sistema de estructuración del territorio de Portugal. El caso de la Quinta do Senhor da Serra. Análisis Arquitectónico y territorial*, Sevilha, Tese de doutoramento apresentada na Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidade de Sevilha, 2011.

ROSA, Amorim, *História de Tomar*, Tomar, Gabinete de Estudos Tomarenses, 1965, Volume 1.

ROSA, Maria de Lurdes, *O Morgadio em Portugal. sécs. XIV-XV: modelos e práticas de comportamento linhagístico*, “Histórias de Portugal”, Lisboa, Estampa, 1995.

SALGADO, Anastásia Mestrinho e SALGADO, Abílio José (ed. lit.), *Testamento da Infanta D. Beatriz (Duquesa de Beja)*, Beja, Oficina da Associação de Municípios do Distrito de Beja, 1988.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (org.), *Itinerários de El-Rei D. João II: 1481-1495*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1993.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (org.), *Itinerários de El-Rei D. Sebastião: 1568-1578*, 2.^a Edição, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1987.

SILVA, Alfonso Franco, «Los Pacheco. La imagen mítica de un linage portugués en tierras de Castilha», *Actas das II Jornadas Luso -Espanholas de História Medieval*, Volume II, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 943-991.

SILVA, Ana Raquel e MATALOTO, Rui, *Intervenção Arqueológica no Castelo de Periscope – Relatório (15/Fev. - 21/Mar.2000)*, Loures, Câmara Municipal de Loures, 2000.

SILVA, Eugénio Sobreiro de Figueiredo e, «Os Estaus», *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, Tomar, U.A.M.O.C., Volume 4, junho 1966, pp. 49-54.

SILVA, José Custódio Vieira da, *O Fascínio do Fim: Viagens ao final da Idade Média*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997.

SILVA, José Custódio Vieira da, *O Tardo-Gótico em Portugal: a arquitectura no Alentejo*, “Estudos de Arte”, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002.

SOUSA, António Caetano de, *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*, 4.^a Edição, Lisboa, Publicações Arquivo Histórico de Portugal, 1933.

SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa Ocidental, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1735-1749.

SOUSA, João Silva de, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, 1.ª Edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

SOUSA, João Silva de, *D. Duarte: Infante e Rei e as casas senhoriais*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1991.

SOYER, Françoise, *The Persecution of the Jews and Muslims of Portugal: King Manuel and the end of religious tolerance (1496-7)*, "The medieval Mediterranean", Leiden, Koninklijke Brill NV, 2007.

STOOP, Anne de, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1986.

SUCENA, Eduardo, «A Quinta e o Paço de Belas», *Olisipo: Boletim do Grupo de Amigos de Lisboa*, II série, N.º 19, julho/dezembro de 2003.

TINHORÃO, José Ramos, *Domingos Caldas Barbosa: o poeta da viola, da modinha e do lundu (1740-1800)*, 1.ª Edição, São Paulo, Editora 34, 2004.

TRINDADE, Luísa, *A casa corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002.

TRINDADE, Luísa, «Um sedimento, uma ruína, um projecto. O Paço dos Vasconcelos em Santiago da Guarda. Enquadramento histórico-artístico», *Monumentos*, N.º 25, Lisboa, DGEMN, setembro de 2006, pp. 214-217.

TRINDADE, Maria José Lagos; GASPAR, Jorge, «A utilização agrária do solo em torno de Lisboa, na Idade Média e a Teoria de Von Thunen», *Boletim Cultural*, Junta Distrital de Lisboa, Série III, N.º 79-80, Lisboa, 1974, pp. 5-13.

VENTURA, Leontina, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, Volume I, pp.179-195.

VIANA, Mário, «Alguns Preços de Vinho em Portugal (séculos XIV-XVI)», *Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores*. História, 2.ª Série, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Volume V, 2001, pp. 610-625.

VITERBO. Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

Sítios em linha:

Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt>

Flickr: www.flickr.com

Museum of Fine Artes, Boston: <http://www.mfa.org>

Museu Regional de Beja: <http://www.museuregionaldebeja.net>

O Dolicocefalo: <http://odolicocefalo.blogspot.pt>

Palacio de la Rambla: <http://www.palaciodelarambla.com>

Panoramio: <http://www.panoramio.com>

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico: <http://www.igespar.pt/pt/>

The Metropolitan Museum of Art: www.metmuseum.org/toah/hd/golt/hd_golt.htm.

The Latin Library: www.thelatinlibrary.com

Wikimedia Commons: <http://commons.wikimedia.org>

Zank You Casamentos: <http://www.zankyou.pt>